

CURSO JURÍDICO FMB



APOSTILA ESPECIAL ADVOCACIA PÚBLICA

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
DOS MÓDULOS**

Sumário

DIREITO CIVIL – LINDB.....	03
DIREITO CIVIL – PARTE GERAL.....	05
DIREITO CIVIL – OBRIGAÇÕES.....	14
DIREITO CIVIL – CONTRATOS.....	22
DIREITO CIVIL – RESPONSABILIDADE CIVIL.....	26
DIREITO CIVIL – DIREITO DAS COISAS.....	29
DIREITO CIVIL – DIREITO DE FAMÍLIA.....	35
TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	36
DIREITO EMPRESARIAL – TOMO I.....	38
DIREITO EMPRESARIAL – TOMO II.....	45
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	53
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	73
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III.....	77
DIREITO PENAL – PARTE GERAL	81
DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL	89
DIREITO PROCESSUAL PENAL	99
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	99
DIREITO CONSTITUCIONAL II.....	105
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	109
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	126
DIREITO AMBIENTAL.....	130
DIREITO AGRÁRIO.....	135
DIREITO ECONÔMICO.....	136
DIREITO FINANCEIRO.....	136
DIREITO INTERNACIONAL.....	137
DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....	139
DIREITO DO TRABALHO.....	142
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	147

DIREITO CIVIL – LINDB

PROF. FLÁVIO AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Lei de introdução às normas do direito brasileiro;
- Generalidade;
- Conteúdo;
- Conceito e classificação;
- Lei de efeito concreto;
- Código, consolidação, compilação e estatuto;
- Vigência das normas;
- Sistema de vigência;
- VACATIO LEGIS;
- Cláusula de vigência;
- Forma de contagem;
- Lei corretiva;
- Local de publicação das leis;
- Princípio da obrigatoriedade das leis;
- Princípio JURA NOVIT CÚRIA;
- Princípio da continuidade das leis;
- Repristinação e Efeito Repristinatório;
- Fontes do Direito;
- Conceito;
- Fontes materiais ou reais;
- Fontes formais;
- Eficácia da Norma;
- Hipóteses;
- Revogação;
- Competência para Revogar as Leis;
- Princípio da Segurança e da Estabilidade Social;
- Ineficácia;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Interpretação da Lei;
- Conceito e Objeto;
- Funções da Interpretação;
- Interpretação quanto ao sujeito;
- Interpretação quanto aos métodos;
- Interpretação quanto ao resultado;
- Interpretação progressiva;
- Mecanismos de integração do ordenamento jurídico:
- Introdução;
- Analogia;
- Integração do ordenamento jurídico;
- Conceito e fundamento;

- Espécies de analogia;
- Normas que não admitem analogia.
- Costumes.
- Princípios gerais do Direito;
- Equidade:
- Introdução;
- A equidade na elaboração das leis,
- A equidade e a aplicação do Direito;
- A equidade na interpretação das leis.
- A justiça alternativa;
- Antinomias;
- Conceito;
- Espécies;
- Critérios de solução das antinomias aparentes no Direito Interno;
- Antinomia de 1º e 2º grau;
- Critérios de solução das antinomias aparentes de Direito Internacional;
- Critérios de solução das antinomias de Direito Interno – Internacional;
- Normas de Direito Internacional Privado.
- Introdução;
- Conceito;
- Qualificação do elemento de conexão;
- Princípios Básicos;
- Eficácia da sentença estrangeira no Brasil;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Normas sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público;
- Aplicação do direito público,
- Motivação das decisões administrativas, controladoras e judiciais,
- Interdecisões com base em valores abstratos indeterminados;
- Decisão que impõe medida à administração pública ou que invalida ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa.
- Interpretação das normas sobre gestão pública,
- Princípio do primado da realidade
- Critérios para aplicação de sanções;
- Mudança de interpretação sobre norma de conteúdo indeterminado;
- Revisão sobre a validade;
- Solução amigável da lide;
- Imposição de compensação;
- Responsabilidade civil do agente público;
- Criação de atos normativos na esfera administrativa;
- Segurança jurídica;
- Perguntas.

DIREITO CIVIL – PARTE GERAL
PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Introdução à Parte Geral;
- A Estrutura do Código;
- Princípios;
- Das Pessoas;
- Das Pessoas Naturais;
- Os Sujeitos de Direito – Conceito - Espécies;
- Pessoa - Conceito – Espécies;
- Personalidade Jurídica;
- Conceito;
- Início da personalidade;
- Conteúdo da personalidade;
- Fim da personalidade;
- Comoriência;
- Quase Pessoa Jurídica;
- Nascituro;
- Capacidade;
- Conceito e espécie;
- Incapacidade absoluta e incapacidade relativa
- Benefício da restituição;
- Distinção entre Representação e Assistência;
- Distinção entre Representação e Substituição Processual;
- Distinção entre Incapacidade e Falta de Legitimação;
- Distinção entre Assistência e Autorização;
- Rol dos Absolutamente Incapazes;
- Menores de Dezesseis Anos;
- Rol dos Relativamente Incapazes;
- Maiores de 16 anos e menores de 18 anos;
- Ébrios Habituais e Viciados em Tóxicos;
- Pessoas que não exprimem a vontade;
- Pródigo;
- Índios;
- Aquisição da Capacidade Plena;
- Formas de Aquisição;
- A Maioridade Civil;
- Interdição e Levantamento da curatela ou da interdição;
- Integração do Índio.
- Emancipação;
- Emancipação Voluntária;
- Emancipação Judicial;
- Emancipação Legal;
- A emancipação na união estável
- A responsabilidade civil do menor emancipado
- Perguntas.

MÓDULO II

- Pessoas Jurídicas;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Classificação das Pessoas Jurídicas;
- Pessoas jurídicas de Direito Público;
- Generalidades;
- Responsabilidade Civil;
- Regime Jurídico das Pessoas Jurídicas de Direito Público;
- Pessoa Jurídica de Direito Privado;
- Introdução;
- Breves Conceitos;
- Distinção entre associação, fundação, sociedade;
- Representação e Administração;
- Início da Personalidade Jurídica;
- Teoria “ultra vires”
- Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica;
- Introdução;
- Conceito;
- Distinção entre Desconsideração e de Despersonalização da Pessoa Jurídica;
- Distinção entre a Desconsideração da Personalidade da Pessoa Jurídica e a Responsabilidade Subsidiária dos Sócios;
- A desconsideração da personalidade jurídica no CDC;
- Distinção entre a Teoria Menor da Desconsideração da Pessoa Jurídica e a Responsabilidade Subsidiária dos Sócios;
- Espécies;
- A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código Civil;
- A Desconsideração da Personalidade Jurídica no CDC;
- Procedimento;
- Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica;
- Teoria Expansiva da Desconsideração da Personalidade Jurídica;
- Teoria da Desconsideração Indireta da Personalidade Jurídica;
- Desconsideração da Personalidade Jurídica em Processo Administrativo;
- Distinção entre Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica e a Ultra Vires;
- Pluralidade de Devedores e Pessoa Jurídica Sem Fins Lucrativos;
- Encerramento Irregular da Empresa;
- Responsabilidade de uma Sociedade por Débito da Outra;
- Associações;
- Conceito;
- Liberdade de Associação;
- Desrespeito à Liberdade de Associação;
- A Liberdade de Reunião;
- Distinção entre Reunião e Associação;
- Distinção entre Associação e Sociedade;
- Direito de representação Coletiva;
- Constituição da Associação;
- Direitos e Deveres dos Associados;

- Exclusão do Associado;
- Assembleia Geral;
- Dissolução da Associação;
- Destino do Patrimônio da Associação Extinta;
- Organizações Religiosas e Partidos Políticos;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Fundação;
- Conceito;
- Elementos;
- Forma de Instituição;
- Revogação do Ato Institucional;
- Aprovação do Estatuto;
- Fiscalização da Fundação;
- Elaboração do Estatuto pelo Ministério Público;
- Alteração do Estatuto;
- Extinção da Fundação;
- Distinção entre Fundação de Direito Público e Fundação de Direito Privado.
- Sociedades;
- Conceito;
- Espécies;
- Distinção entre Sociedades Empresárias e Sociedades Simples;
- Início da Personalidade Jurídica;
- Sociedade em Comum;
- Sociedade em Comum e Comunhão;
- Cláusula Leonina;
- Perdas Sociais;
- Sócio Remisso;
- Sociedade de Capital e Sociedade de Pessoa;
- Responsabilidade Subsidiária dos Sócios;
- Responsabilidade Direta dos Sócios.
- Regime jurídico;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Direito da Personalidade;
- Conceito;
- Classificação;
- Caracteres;
- Direito à Identidade Pessoal;
- Conceito;
- Conteúdo;
- Direito ao Nome;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Elementos Essenciais;
- Prenome

- Sobrenome
- Elementos Facultativos;
- Princípio da Imutabilidade;
- Causas Comuns de Mudança do Prenome e Sobrenome;
- Causas Específicas de Mudança do Prenome;
- Alteração do prenome por vontade da pessoa, após atingir a maioridade civil;
- Irmãos com Prenome Idêntico;
- Apelidos Públicos e Notórios;
- Vontade do Transgênero ou transexual;
- Tradução;
- Adaptação do Prenome à Língua Portuguesa;
- Causas Específicas de Mudança do Sobrenome;
- Casamento;
- União Estável;
- Separação Judicial;
- Divórcio;
- Viuvez;
- Reconhecimento de Filho;
- Ação Negatória de Paternidade;
- Anulação do Casamento;
- Mau Procedimento da Viúva, Separada e Divorciada;
- Inclusão do Sobrenome de Familiares;
- Inclusão do Sobrenome de Padrasto e Madrasta;
- Nome Vocabulário;
- Pseudônimo;
- Títulos Qualificativos;
- Hipocorístico;
- Proteção ao Nome;
- Direito sobre o Corpo;
- Introdução;
- Disposição do Corpo;
- Transplantes;
- Esterilização;
- Intervenção Cirúrgica e Tratamento Médico;
- Direito à Privacidade;
- Introdução;
- Vida Privada;
- Direito à Imagem;
- Bens dos Ausentes;
- Introdução;
- Conceito e Fases do Procedimento;
- Curadoria do Ausente;
- Sucessão Provisória;
- Sucessão Definitiva;
- Ausência por Motivos Políticos;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Domicílio;
- Introdução;
- Distinção entre Morada, Residência e Domicílio;
- Domicílio da Pessoa Natural;
- Domicílio Profissional;
- Domicílio Aparente ou Ocasional;
- Mudança de Domicílio;
- Domicílio da Pessoa Jurídica;
- Classificação do Domicílio;
- Domicílio do Servidor Público;
- Domicílio do Agente Diplomático;
- Domicílio Contratual ou Especial;
- Domicílio no Direito Internacional;
- Bens;
- Conceito;
- Bens Corpóreos e Incorpóreos;
- Classificação Legal dos Bens;
- Dos Bens considerados em si mesmos;
- Bens Imóveis ou de Raiz;
- Imóveis por natureza ou Por Essência;
- Imóvel por Acesso Física Artificial ou Industrial;
- Imóvel por Força de Lei;
- Bens Móveis;
- Bens Móveis por Natureza ou Essência;
- Bens Móveis por Antecipação;
- Bens Móveis por Força De Lei;
- Efeitos da Distinção entre Bens Móveis e Imóveis;
- Bens Fungíveis e Infungíveis;
- Bens Consumíveis e Inconsumíveis;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Bens Divisíveis e Indivisíveis;
- Bens Singulares e Coletivos;
- Bens Reciprocamente Considerados;
- Frutos;
- Produtos;
- Benfeitorias;
- Acessões;
- Pertenças;
- Partes Integrantes;
- Bens Públicos;
- Inalienabilidade;
- Imprescritibilidade;
- Impenhorabilidade;
- Impossibilidade de Oneração;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Dos Fatos Jurídicos;
- Conceito;
- Aquisição dos Direitos;
- Direitos Atuais e Direitos Futuros;
- Modificação dos Direitos;
- Extinção dos Direitos;
- Defesa dos direitos;
- Negócio Jurídico;
- Distinção entre Ato e Negócio Jurídico;
- Ato jurídico e Ato –fato –Jurídico;
- Classificação dos Negócios e Atos Jurídicos;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Existência, Validade e Eficácia dos Atos ou Negócios Jurídicos.
- Requisitos de Validade dos Negócios Jurídicos;
- Agente Capaz;
- Objeto Lícito;
- Objeto Possível;
- Objeto Determinado ou Determinável;
- Forma;
- Causa;
- Motivo;
- Interpretação dos Negócios Jurídicos;
- Representação;
- Conceito;
- Distinção entre Representante e Presentante;
- Representação Legal, Voluntária e Judicial;
- Os Poderes de Representação;
- Limitações aos Poderes do Representante. Procuração em Causa Própria e Procuração para Contrato Consigo Mesmo;
- Benefício de Restituição (“*Restitutio in Integrum*”). Conflito de Interesses;
- Núncio ou mensageiro;
- Da Invalidade do Negócio Jurídico;
- Inexistência, Nulidade e Anulabilidade;
- Causas de Nulidade Absoluta;
- Causas de Nulidades Relativas;
- Nulidades Textuais e Virtuais;
- Distinção entre a Nulidade Absoluta e a Nulidade Relativa;
- Ratificação do ato anulável;
- Efeitos da Decretação da Nulidade;
- Princípio da Incomunicabilidade das Nulidades;
- Obrigações Contraídas por Menores;
- A invalidade do Instrumento;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Modalidades dos Atos ou Negócios Jurídicos;
- Introdução;
- Cabimento;
- Condição;
- Conceito;
- Elementos da Condição;
- Classificação das condições;
- Condições Possíveis;
- Condições Impossíveis;
- Condições Fisicamente impossíveis;
- Condições Juridicamente Impossíveis;
- Condições Casuais, Potestativas, Mistas e Promíscuas;
- Condições Lícitas, Ilícitas e Perplexas;
- Distinção entre condições Ilícitas e Condições Juridicamente Impossíveis;
- Condições Positivas e Negativas;
- Condições Suspensivas;
- Retroatividade das Condições Suspensivas;
- Condições Resolutivas;
- Distinção entre condição Resolutiva e Cláusula Resolutiva;
- Termo;
- Conceito;
- Distinção entre termo e prazo;
- Classificação;
- Medidas Conservatórias;
- Atos e Negócios Jurídicos que não admitem termo e condição;
- Prazo;
- Encargo ou Modo;
- Conceito;
- Distinção entre Encargo e Condição Suspensiva;
- Revogação do Ato por Inexecução do Encargo;
- Encargo Ilícito ou Impossível;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Defeitos ou Vícios do Negócio Jurídico;
- Introdução
- As teorias dos Vícios de Consentimento;
- Erro ou Ignorância;
- Conceito;
- Requisitos;
- Erro Substancial e Erro Acidental;
- Hipóteses de Erros Substancial;
- Erro sobre a Natureza do Negócio;
- Erro sobre o Objeto Principal da Declaração.
- Erro Essencial;
- Erro sobre a Pessoa;
- Erro Obstáculo ou impróprio ou Obstativo;

- Erro Escusável;
- Erro Cognoscível;
- Erro real;
- Erro de Direito;
- Erro sobre o Motivo ou Quanto ao fim colimado;
- Transmissão de Vontade por Meios Interpostos;
- Erro na Indicação da Coisa ou Pessoa;
- Erro de Cálculo;
- Conservação do Negócio Jurídico;
- Ônus da Prova;
- Dolo;
- Conceito;
- Dolo Civil, Dolo Penal, e Dolo Processual;
- Distinção entre Erro e Dolo;
- Dolo e Fraude;
- Espécie de Dolo;
- Dolo Principal e Dolo Acidental;
- Dolo Positivo e Dolo Negativo;
- DOLUS BONUS e DOLUS MALUS;
- Dolo Bilateral ou Recíproco;
- Dolo direto e Dolo de Terceiro;
- Dolo do Representante;
- Ônus da Prova;
- Dolo Quanto à Idade;
- Coação;
- Conceito e Espécies;
- Requisitos da Coação;
- Efeitos;
- Temor Reverencial;
- Coação de Terceiro;
- Estado de Perigo;
- Conceito;
- Fundamento da Anulação;
- Requisitos do Estado de Perigo;
- Situação de Perigo Atual, que Ameaça Causar um Grave Dano Pessoal;
- Conhecimento do Perigo pela outra Parte;
- Assunção de Obrigação Excessivamente Onerosa;
- Efeitos da Anulação;
- Distinção entre Coação e Estado de Perigo;
- Distinção entre Estado de Perigo e Estado de Necessidade;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Lesão;
- Conceito e espécies;
- Requisitos da Lesão Especial ou Lesão-Vício;
- Efeitos da Lesão;
- Distinção entre lesão por necessidade e Estado de perigo;

- Simulação;
- Conceito;
- Requisitos;
- Espécies;
- Simulação absoluta e relativa;
- Simulação objetiva e subjetiva;
- Simulação inocente e maliciosa;
- Efeitos;
- Negócio Fiduciário;
- Reserva mental;
- Conceito;
- Requisitos;
- Modalidades de reserva Mental
- Reserva Mental Absoluta e Relativa;
- Reserva Mental inocente e ilícita;
- Reserva Mental Unilateral e Bilateral;
- Efeitos da Reserva Mental;
- Distinção entre Simulação e Reserva Mental;
- Distinção entre Reserva Mental e Declaração Jocosa, irônica ou cênica;
- *Lapsus linguae vel calami*;
- Distinção entre Reserva Mental e reticência;
- Restrição Mental;
- Fraude contra credores;
- Generalidades;
- Conceito e requisitos;
- *Consilium fraudis*;
- Insolvência;
- *Eventus damni*;
- Negócios Jurídicos Suscetíveis de Fraude;
- Ação Pauliana;
- Distinção entre Simulação e Fraude contra Credores;
- Distinção entre Fraude contra Credores e Fraude à Execução;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Prescrição e Decadência ou Caducidade;
- Introdução;
- Conceito;
- Natureza Jurídica da Prescrição;
- Fundamento da Prescrição;
- Distinção entre Prescrição e Decadência;
- O Regime Jurídico Prescricional e o Decadencial;
- Renúncia à Prescrição;
- A Renúncia pode ser Expressa ou Tácita;
- O momento de arguição da Prescrição;
- Disposições Gerais;
- Distinção entre impedimento, suspensão e interrupção da prescrição;
- Causas de impedimento ou suspensão da prescrição;

- Suspensão da prescrição na Pandemia do Coronavírus (Covid 19)
- Causas interruptivas da prescrição;
- Prescrição Intercorrente;
- Conceito;
- Fundamento constitucional;
- Vedação na fase de conhecimento;
- Hipóteses legais;
- Causas de interrupção da prescrição intercorrente;
- Causas de Suspensão da Prescrição Intercorrente;
- Prazos da Prescrição Intercorrente;
- Decretação da Prescrição Intercorrente;
- Prescrição Intercorrente na Execução Fiscal;
- Distinção entre prescrição intercorrente e prescrição executória;
- Perguntas.

DIREITO CIVIL – OBRIGAÇÕES
PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Direito das obrigações;
- Introdução;
- Divisão do direito patrimonial;
- Distinção entre os direitos reais e pessoais;
- Direitos mistos;
- Obrigações *propter rem* ou reais;
- Ônus reais;
- Obrigação com eficácia real;
- Dever jurídico, obrigação, ônus, direito potestativo, estado de sujeição e faculdades jurídicas e direito subjetivo;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Direito das Obrigações;
- Conceito;
- Vínculo Jurídico (Elemento Espiritual ou Imaterial);
- As Partes na Relação Obrigacional (Elemento Pessoal ou Subjetivo);
- Prestação (Elemento Material);
- Conteúdo do Vínculo Obrigacional;
- Fontes das Obrigações;
- Classificação das Obrigações;
- Quanto ao vínculo ou exigibilidade da prestação;
- Perguntas

MÓDULO III

- Obrigação de Dar;
- Conceito;
- Espécies;
- Obrigação de Dar Coisa Certa;
- Obrigação de Restituir;

- Obrigação de Dar Coisa Incerta ou Obrigação Genérica;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Obrigação de Fazer;
- Conceito;
- Distinção entre as Obrigações de Dar e Fazer;
- Espécies;
- Consequências do Descumprimento Fortuito da Obrigação de Fazer Infungível e Fungível;
- Consequências do Inadimplemento Culposo da Obrigação de Fazer Infungível e Fungível;
- Multa Diária ou Cominatória na Obrigação de Fazer.
- Obrigação de Não Fazer ou Negativa;
- Conceito;
- A Restrição da Liberdade Pessoal;
- A Obrigação de Não Fazer e a Servidão;
- Descumprimento Fortuito da Obrigação de Não Fazer;
- Descumprimento Culposo da Obrigação de Não Fazer;
- Classificação quanto ao modo de execução;
- Introdução;
- Obrigação Simples e Complexa;
- Obrigação Cumulativa ou Conjuntiva;
- Obrigação Facultativa;
- Obrigações Alternativas ou Disjuntivas;
- A Fase da Escolha;
- Impossibilidade ou Inexequibilidade de uma das Prestações;
- Impossibilidade ou Inexequibilidade de todas as Prestações;
- Perecimento por Culpa do Credor;
- Distinção entre Obrigação Alternativa e Obrigação de Dar Coisa Incerta;
- Classificação das Obrigações quanto ao Tempo de Adimplemento;
- Classificação das Obrigações Quanto aos Elementos Acidentais;
- Classificação das Obrigações Quanto ao Conteúdo;
- Obrigações Líquidas e Ilíquidas;
- Obrigações Reciprocamente Consideradas;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Classificação das Obrigações em Relação à Pluralidade de Sujeitos
- Obrigações Divisíveis;
- Conceito;
- Pressupostos;
- A Regra “CONCURSO PARTES FIUNT”;
- Espécies;
- Divisibilidade Ativa;
- Divisibilidade Passiva;
- Obrigação Indivisível;
- Conceito;

- A Indivisibilidade da Prestação;
- Espécies;
- Indivisibilidade Ativa;
- Indivisibilidade Passiva;
- A Indivisibilidade nas Diversas Modalidades de Obrigações;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Obrigações Solidárias;
- Conceito;
- Espécies;
- Fontes da Solidariedade;
- Solidariedade Ativa;
- Conceito;
- Direito de Regresso;
- Inconvenientes;
- Exceções Pessoais e Coisa Julgada;
- Fenômeno da Refração do Crédito;
- A Confusão;
- Renúncia à Solidariedade;
- Perecimento da Prestação;
- Mora, Prescrição, Incapacidade de um dos Credores e Cessão de Crédito;
- Distinção entre Solidariedade Ativa e Indivisibilidade Ativa;
- Solidariedade Passiva;
- Conceito;
- Direito de Regresso;
- Exceções Pessoais;
- Litispendência, Coisa Julgada e Chamamento ao Processo;
- Morte do Devedor Solidário
- A Confusão;
- Renúncia à Solidariedade;
- Perecimento da Prestação;
- Mora, Prescrição e Cessão de Crédito;
- Pagamento Parcial, Novação, Transação, Remissão e Compensação;
- Autonomia das Relações Jurídicas;
- Distinção entre Solidariedade Passiva e Indivisibilidade Passiva;
- Distinção entre Solidariedade Civil e Solidariedade Cambial;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Transmissão das Obrigações;
- Introdução;
- Tipos de Transmissão;
- Conteúdo;
- Cessão de Crédito;
- Conceito;
- Requisitos de Validade;
- Eficácia perante Terceiros;

- Eficácia perante o Devedor;
- Efeitos da Cessão;
- Cessão “PRO SOLUTO” e “PRO SOLVENDO”;
- Cessão de Crédito Penhorado;
- Espécies de Cessão de Crédito;
- Cessão Fiduciária e Cessão para Cobrança;
- Cessão de Crédito e Novação Subjetiva Ativa;
- Cessão de Crédito e Sub-Rogação;
- Endosso e cessão de Crédito.
- Assunção de Dívida;
- Conceito;
- Denominação;
- A Concordância do Credor;
- Forma;
- Espécie;
- Assunção de Dívida por Delegação;
- Assunção de Dívida por Expromissão;
- Assunção de Dívida no Silêncio do Negócio Jurídico;
- Assunção de Dívida e as Garantias;
- Anulação da Assunção de Dívida;
- Exceções Pessoais;
- Adquirente do Imóvel Hipotecado;
- Assunção da Dívida e Fiança;
- Promessa de Liberação ou Accolo ou Assunção de Cumprimento ou Acolação;
- Assunção de Dívida e Novação Subjetiva Passiva;
- Cessão de Contrato;
- Introdução;
- Conceito;
- Requisitos;
- Efeitos;
- Distinção entre Cessão de Contrato e Contrato com Pessoa a Declarar;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Do adimplemento e extinção da Obrigação;
- Introdução;
- Extinção da Obrigação;
- Do Pagamento ou modo direto de extinção da obrigação;
- Conceito;
- Natureza Jurídica do Pagamento;
- SOLVENS E ACCIPIENS;
- Adimplemento;
- Quem deve pagar;
- Pagamento efetuado pelo devedor;
- Pagamento efetuado por terceiro interessado;
- Pagamento efetuado por terceiro não interessado;
- O pagamento efetuado pela transmissão da propriedade;
- Daqueles a quem se deve pagar;

- Pagamento feito a quem não é credor. Credor Putativo;
- Pagamento ao Credor Incapaz;
- Pagamento efetuado na hipótese de penhora do crédito;
- Objeto do pagamento;
- Princípio do Nominalismo;
- Dívida de Dinheiro, Dívida de Valor e Dívida Remuneratória;
- Cláusula da Escala Móvel;
- A prova do Pagamento;
- Presunções de Pagamento;
- Despesas com o Pagamento e Quitação;
- Lugar do Pagamento.
- Do Tempo do Pagamento;
- Vencimento Antecipado da Dívida;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Pagamento em Consignação;
- Conceito;
- Espécies de Consignação;
- Cabimento da Consignação;
- Requisitos;
- Processo da Consignação;
- A consignação de Prestações Periódicas;
- Consignação Extrajudicial;
- Considerações Finais;
- Pagamento Indevido;
- Conceito;
- Espécies;
- Requisitos;
- Casos de Exclusão da Repetição de Indébito;
- Forma de Devolução;
- Pagamento com Sub-Rogação;
- Introdução;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Espécies;
- Sub-Rogação Legal;
- Do Credor que Paga a Dívida do Devedor Comum;
- Do Adquirente do Imóvel Hipotecado, que paga a Credor Hipotecário, bem como do Terceiro que Efetiva o Pagamento para não ser Privado de Direito sobre Imóvel;
- Do terceiro Interessado, que paga a Dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte;
 - Sub-rogação Convencional ou Contratual;
 - Quando o Credor Recebe o Pagamento de Terceiro e Expressamente lhe transfere todos os seus direitos;
 - Quando Terceira Pessoa Empresta ao Devedor a Quantia Precisa para Solver a Dívida, Sob a Condição Expressa de Ficar o Mutante Sub-Rogado nos Direitos do Credor Satisfeito;

- Efeitos da Sub-Rogação;
- Sub-Rogação Parcial;
- Imputação do Pagamento;
- Conceito;
- Requisitos;
- Espécies de Imputação;
- Imputação por Vontade do Devedor;
- Imputação feita pelo Credor;
- Imputação Ordenada por Lei;
- Efeitos;
- Dação em Pagamento;
- Conceito;
- Requisitos;
- Cabimento;
- Natureza Jurídica;
- Efeitos da Dação em Pagamento;
- Equiparação da Dação em Pagamento à Compra e Venda;
- A Evicção da coisa recebida em Pagamento;
- Pagamento “PRO SOLUTO” e “PAGAMENTO PRO SOLVENDO”
- Dação em Pagamento Parcial;
- Distinção entre Dação em Pagamento e Compra e Venda;
- Distinção entre Dação em Pagamento e Novação;
- Distinção entre Dação em Pagamento e *Datio pro Solvendo*;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Compensação;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Sistemas de Compensação;
- Espécies de Compensação;
- Compensação legal;
- Compensação Judicial ou Reconvencional ou Processual;
- Compensação Voluntária ou Convencional;
- Compensação facultativa;
- Obstáculos à Compensação legal;
- A Compensação e os Direitos de Terceiros;
- Momento de Arguição da Compensação;
- A Compensação e a Cessão de Crédito;
- Novação;
- Introdução;
- Conceito;
- Espécies;
- Requisitos da Novação;
- Efeitos;
- Novação e Recuperação Judicial e Extrajudicial;
- Confusão;
- Introdução;

- Conceito;
- Espécies;
- Fontes da Confusão;
- Natureza Jurídica;
- Efeitos;
- Distinção entre confusão e compensação;
- Remissão das Dívidas;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Distinção entre Remissão e Renúncia;
- Capacidade das Partes;
- Objeto;
- Formas de remissão;
- Efeitos;
- Distinção entre remissão e remição;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Do Inadimplemento das Obrigações;
- Conceito e Espécies;
- Distinção entre caso fortuito e força maior;
- Distinção entre fortuito ou força maior e ausência de culpa;
- O inadimplemento nos contratos benéficos e onerosos;
- Inadimplemento absoluto e inadimplemento relativo;
- Da Mora;
- Conceito;
- Mora do Devedor;
- Requisitos da Mora do Devedor;
- Consequência da mora do Devedor;
- Momento da Configuração da Mora do Devedor;
- Purga ou emenda da mora do devedor;
- “PERPETUATIO OBLIGATIONIS”
- Mora irregular ou Presumida;
- Mora do Credor;
- Mora Bilateral ou Recíproca.
- Perdas e Danos;
- Conceito;
- Pressupostos;
- Dano emergente e Lucro Cessante;
- As perdas e Danos nas Obrigações de Pagamento em Dinheiro;
- A influência do Dolo ou Culpa no Valor da Indenização;
- Presunção de Prejuízo;
- Juros Legais;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Classificação dos juros;
- Forma de Pagamento e de estipulação;
- Momento de Fluência dos juros de Mora;

- Hipóteses de não incidência dos juros Moratórios;
- Extensão dos Juros Moratórios;
- Juros moratórios nos contratos bancários;
- Cumulação de Juros nos contratos bancários;
- Correção Monetária;
- Comissão de permanência nos contratos bancários;
- Forma de Contagem dos Juros;
- Hipóteses de Capitalização Mensal de Juros ou em Período Inferior a um ano;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Cláusula Penal;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Finalidade da Cláusula Penal;
- Espécies de Cláusula Penal;
- O Valor da Cláusula Penal;
- Princípio da Moderação Judicial das Penas Convencionais;
- Requisitos de Exigibilidade;
- A pluralidade de devedores;
- A Cumulatividade entre a Cláusula Penal e Perdas e Danos;
- Cláusula Penal e Perdas e Danos;
- Cláusula Penal e Arras;
- Cláusula Penal e Obrigação alternativa;
- Cláusula Penal e Obrigação facultativa;
- Cláusula Penal e Obrigação condicional;
- Cláusula Penal e multa simples;
- Cláusula Penal e multa penitencial;
- Arras ou sinal
- Conceito;
- Espécies;
- Natureza jurídica;
- Funções das arras;
- Cumulação entre arras e perdas e danos;
- O direito do arrependimento;
- Arrependimento recíproco;
- Distinção entre arras penitenciais e obrigação alternativa;
- Distinção entre arras penitenciais e multa penitencial;
- Outros tipos de arras;
- Arras assecuratórias ou securatórias;
- Arras como suplemento de preço;
- Arras no direito de família;
- Arras recíprocas;
- Arras dadas por terceiros;
- Perguntas.

DIREITO CIVIL – CONTRATOS
PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Princípios Contratuais;
- Conceito;
- Eficácia horizontal dos direitos fundamentais;
- Distinção entre princípio e norma;
- Classificação;
- Princípio da autonomia da vontade;
- Princípio da intervenção mínima do Estado;
- Princípio da supremacia da ordem pública;
- Princípio da função social do contrato;
- Princípio da boa-fé;
- Introdução;
- Princípio da boa-fé objetiva;
- Princípio da boa-fé subjetiva;
- Função da boa-fé;
- A boa-fé objetiva e a teoria dos atos próprios;
- Princípio do consensualismo;
- Princípio da obrigatoriedade ou *pacta sunt servanda* ou princípio da força vinculante dos contratos;
- Princípio da relatividade;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Contratos;
- Introdução;
- Conceito;
- Distinção entre Pacto e Contrato;
- Elementos do Contrato;
- O contrato consigo mesmo;
- Requisitos de Validade do Contrato;
- Requisitos Subjetivos;
- Requisitos Objetivos;
- Requisitos Formais;
- Cláusulas Contratuais;
- Formação dos Contratos;
- Elementos Essenciais à Formação do Contrato;
- A Declaração de Vontade;
- Fases da Formação do Contrato;
- Negociações preliminares;
- Proposta ou Policitação ou Oblação ou Oferta;
- Conceito e Requisitos;
- Princípio da Irrevogabilidade da Proposta;
- Aceitação;
- A Aceitação nos Contratos por Correspondência Epistolar ou Telegráfica;
- Lugar da Celebração do Contrato;

- Perguntas.

MÓDULO III

- Classificação dos Contratos;
- Introdução;
- Classificação;
- Contratos Consensuais e Reais;
- Contratos Solenes e Não-Solenes;
- Contratos Unilaterais e Bilaterais;
- Contratos Onerosos e Gratuitos;
- Contratos Comutativos e Aleatórios.
- Contratos Causais e Abstratos;
- Contratos Principais e Acessórios;
- Contratos Típicos e Atípicos;
- Contratos Preliminares e Definitivos;
- Contrato de Execução Instantânea e Contrato de Execução Continuada;
- Contratos Pessoais e Impessoais;
- Contratos Paritários, de Adesão e por Adesão;
- Contratos Individual, Individual Plúrimo, Individual Homogêneo, Coletivo e Difuso;
- Perguntas

MÓDULO IV

- Efeitos dos Contratos Bilaterais;
- Introdução;
- “*EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS*”;
- Cláusula Resolutiva Tácita.
- Vícios Redibitórios no Código Civil;
- Vícios Redibitórios no Código de Defesa do Consumidor;
- Perguntas

MÓDULO V

- Evicção;
- Interpretação dos Contratos;
- Introdução;
- Interpretação e Integração Contratual;
- Teorias;
- Princípios Básicos;
- Meios Auxiliares da Interpretação;
- Regras de Interpretação;
- Destinatários da Interpretação;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Extinção dos Contratos;
- Introdução;
- Causas de Extinção Anormal;
- Nulidade e Anulabilidade dos Contratos;
- Conversão do Contrato Nulo;

- Implemento de Condição ou Cláusula Resolutiva Expressa;
- Direito de Arrependimento;
- Resolução;
- Resolução por Inexecução Voluntária do contrato;
- Resolução por Inexecução Involuntária do Contrato;
- Resolução por Onerosidade excessiva;
- Resilição;
- Distrato ou Resilição Bilateral;
- Resilição Unilateral;
- Morte de um dos Contratantes;
- Suspensão do Contrato;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Compra e Venda;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Elemento do Contrato;
- A coisa ou Objeto;
- O preço;
- Consentimento.
- Consequências derivadas da compra e venda;
- Introdução;
- As despesas do contrato;
- Responsabilidade pelos riscos;
- Direito de Retenção;
- Responsabilidade por dívidas fiscais recaídas sobre o imóvel;
- Direito aos cômodos.
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Limitações à Compra e Venda;
- Introdução;
- Venda a Descendente;
- Compra por Pessoa Encarregada de Zelar pelo Interesse do Vendedor;
- Venda por Condômino de coisa Indivisível;
- Venda a Cônjuge.
- Regras Específicas;
- Introdução;
- Venda “Ad Corpus”;
- Venda “Ad Mensuram”;
- Venda por Amostra;
- Venda de Coisa Conjunta.
- Clausulas Especial à Compra e Venda;
- Introdução;
- Retrovenda;
- Venda a Contento ou “AD GUSTUM”;
- Venda de Coisa Sujeita a Prova;

- Preempção ou Preferência ou Prelação;
- Venda com reserva de Domínio;
- Venda sobre Documentos;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Doação;
- Conceito e Elementos;
- Natureza Jurídica;
- Objeto da doação;
- Aceitação;
- Espécies de Doação;
- Restrições à Liberalidade de Doar;
- Doação feita por pessoa casada;
- Doação entre Cônjuges;
- Doação feita por incapaz;
- Doação Universal;
- Doação Inoficiosa;
- Doação Colacionável;
- Doação Fraudulenta;
- Doação do Cônjuge adúltero ao seu cúmplice;
- Doação Causa Mortis;
- Promessa de Doação;
- Revogação da Doação;
- Revogação por ingratidão do Donatário;
- Revogação por inexecução do encargo;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Fiança ou caução fidejussória;
- Introdução;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Interpretação da Fiança;
- Fiador;
- Abonador;
- Retrofiança;
- Fiança Conjunta;
- Fiança Limitada e Ilimitada;
- Fiança legal;
- Fiança Judicial;
- Fiança Mercantil;
- Distinção entre Fiança e Aval;
- Exoneração do Fiador;
- Efeitos;
- Execução do Fiador;
- Extinção;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Mandato;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Requisitos;
- Espécies;
- Substabelecimento;
- Principais Obrigações do Mandatário;
- Principais Obrigações do Mandante;
- Ratificação do Mandato;
- Direito de Retenção;
- Extinção do Mandato;
- Mandato Legal;
- Mandato Judicial;
- Mandato e Prestação de Serviço;
- Mandato e Comissão Mercantil;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Contrato Estimatório;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Efeitos;
- Estipulações em Favor de Terceiro;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Requisitos;
- Efeitos;
- Promessa de Fato de Terceiro;
- Conceito;
- Objeto do contrato e suas consequências;
- Distinção entre a Promessa de fato de terceiro e a estipulação em favor de terceiro;
- Contrato com Pessoa a Declarar;
- Perguntas.

DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL **PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS**

MÓDULO I

- Responsabilidade Civil;
- Conceito;
- Responsabilidade Subjetiva e Objetiva;
- Responsabilidade Contratual e Extracontratual;
- Responsabilidade Civil e Responsabilidade Penal;
- Requisitos da Responsabilidade Civil;
- Ação ou Omissão do Agente;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Responsabilidade Civil por Ato Próprio do Agente ou Direta;
- Ato Praticado Contra Honra Sexual da Mulher;
- Calúnia, Difamação e Injúria;
- Demanda de Pagamento de Dívida vincenda ou já paga;
- Demanda de Pagamento de Dívida já paga e Cobrança Excessiva;
- Responsabilidade Decorrente do Rompimento de Noivado;
- Assédio Moral e Sexual;
- Ruptura de Casamento e União Estável;
- Dano ao Embrião ou Nascituro;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Responsabilidade Civil Complexa ou Indireta;
- Responsabilidade dos Pais;
- Responsabilidade dos Tutores e Curadores;
- Responsabilidade do Empregador ou Comitente;
- Responsabilidade dos Educadores;
- Responsabilidade dos Donos de hotéis e Casas de Hospedagem;
- Responsabilidade dos que Participaram no Produto do Crime;
- Responsabilidade dos Farmacêuticos;
- Direito de Regresso;
- Responsabilidade dos Empresários;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Responsabilidade por danos causados por coisas que estejam sob a guarda do agente;
- Teoria da Guarda;
- Responsabilidade pela ruína de edifício;
- Responsabilidade resultante de coisas líquidas e sólidas (“EFFUSIS ET DEJECTIS”);
- Responsabilidade por Dano causado por veículo roubado ou furtado;
- Responsabilidade por dano causado por veículo dirigido por terceiro;
- Responsabilidade por dano Causado pelo Adquirente do Veículo, que não o Transferiu para o seu Nome;
- Responsabilidade aberta decorrente do exercício de atividade perigosa;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Responsabilidade das empresas locadoras de veículos;
- Responsabilidade em caso de arrendamento Mercantil (“LEASING”);
- Responsabilidade por Danos Causados por Animais que Estejam Sob a Guarda do Agente;
- Responsabilidade decorrente do contrato de Transporte;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Legislação aplicável;
- Âmbito da Aplicação do Código Civil;
- Responsabilidade Civil do Transportador;

- Danificação Perceptível à Primeira Vista;
- Desistência da viagem;
- Interrupção da viagem;
- Direito de Retenção;
- Responsabilidade Civil no Transporte Aéreo;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Danos Morais ou Imateriais;
- Introdução;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Classificação;
- Cumulação entre as indenizações pelos danos materiais, morais e estéticos;
- Legislação Ativa;
- Prescrição;
- Ônus da Prova;
- Fatos que não caracterizam dano moral;
- Quantificação do dano moral;
- Petição Inicial;
- Correção Monetária;
- Sucumbência Recíproca;
- Indenização Periódica;
- Recurso Especial e Extraordinário;
- Dano Moral Coletivo ou Somados ou Acrescidos;
- Dano Social;
- Dano Moral por Abandono Afetivo;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Culpa;
- Culpa genérica e culpa em sentido estrito;
- Dolo e Culpa;
- Formas de Culpa;
- Classificação de Culpa;
- Graus de Culpa;
- Ausência de Culpa;
- Princípio da Indenização Integral;
- Ônus da Prova;
- Culpa Exclusiva da Vítima;
- Culpa contra a legalidade;
- Relação de Causalidade;
- Conceito;
- Concausas Simultâneas;
- Concausas Sucessivas;
- Teorias;
- Teoria da Equivalência dos Antecedentes Causais ou Equivalência das Condições;

- Teoria da Causalidade Adequada;
- Teoria dos Danos Direitos e Imediatos;
- Distinção entre a teoria da Causalidade Adequada e a Teoria dos Danos Direitos e Imediatos;
- Excludentes da Responsabilidade Civil;
- Distinção entre Caso Fortuito ou Força Maior e Ausência de Culpa;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Dano material;
- Introdução;
- Conceito;
- Ônus da Prova;
- Dano Material Indenizável;
- Dano Incerto ou Hipotético;
- Perda da Chance;
- Distinção entre Dano Patrimonial Direto e Indireto;
- Lesados Diretos e Indiretos
- Legitimidade Ativa para Ação de Indenização;
- Legitimidade Passiva;
- Verbas Deduzidas de Indenização;
- Correção Monetária;
- Juros Moratórios;
- Honorários Advocatícios de Sucumbência;
- Honorários Advocatícios Contratuais;
- Garantias de Indenização;
- A indenização em caso de homicídio;
- Introdução;
- Verbas Indenizatórias a Título de Danos Materiais;
- Pensão Alimentícia ou Alimentos Ressarcitórios;
- Indenização em caso de lesão corporal;
- Indenização em caso de ofensa a liberdade pessoal;
- Indenização em caso de usurpação ou esbulho;
- Perguntas.

DIREITO CIVIL – DIREITO DAS COISAS **PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS**

MÓDULO I

- Direito das Coisas;
- Introdução;
- Conceito e Distinção entre Direitos Reais e Pessoais;
- Conteúdo;
- Regime Constitucional dos Direitos Reais;
- Posse;
- Conceito;
- Aquisição da posse;
- Da perda da posse;
- Detenção ou Mera Custódia;

- Natureza Jurídica da Posse;
- Objeto da Posse;
- Espécies de Posse;
- Posse Direta e Indireta;
- Posse Justa e Injusta;
- Posse de Boa-Fé e de Má-Fé;
- Princípio da continuidade do caráter da posse;
- Posse Jurídica e Natural;
- Posse Nova e Velha;
- Posse *ad interdicta* e *ad usucapionem*;
- Posse *pro diviso* e *pro indiviso*;
- Posse trabalho e posse improdutiva;
- Composse Simples e de Mão Comum;
- *Jus possidendi* e *jus possessionis*;
- Obstáculo para aquisição da posse;
- Acessão da posse;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Efeitos da Posse;
- Defesa Direta;
- A Faculdade de Invocar os Interditos;
- Ações de Manutenção e Reintegração de Posse;
- Interdito proibitório;
- Princípios Aplicáveis às Ações Tipicamente Possessórias;
- Princípio da Fungibilidade;
- Natureza Dúplice;
- Proibição da *EXCEPTIO PROPRIETATIS*;
- Procedimento das Ações Possessórias;
- Ação Possessória que envolve litígio coletivo;
- Ações Dominiais;
- Outras Ações;
- Embargos de Terceiro;
- Ação de nunciação de obra nova ou embargo de obra nova;
- Ação de dano infecto;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Efeitos quanto aos frutos;
- Efeitos em relação às benfeitorias;
- Direito de Retenção;
- Efeitos quanto à deterioração e perda da coisa;
- Usucapião;
- Conceito;
- Modo Originário;
- Relação entre Usucapião e Prescrição;
- Outros direitos que podem ser usucapidos;
- Objeto;
- Requisitos Comuns;

- Sentença de Usucapião;
- Espécies de Usucapião;
- Usucapião Extraordinária;
- Usucapião Ordinária;
- Usucapião Tabular ou de Livro ou de Documento;
- Usucapião Especial Urbana;
- Usucapião Especial Rural;
- Usucapião de Aeronave;
- Usucapião Especial Coletiva;
- Usucapião Familiar;
- Usucapião Indígena;
- Ação Judicial de Usucapião;
- Legitimidade Ativa;
- Petição Inicial;
- Legitimidade Passiva;
- Intervenção do Ministério Público;
- Usucapião Extrajudicial ou Administrativa;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Propriedade;
- Fundamento jurídico
- Conteúdo do direito de propriedade;
- Características do direito de propriedade;
- Propriedade urbana e rural;
- Aquisição da propriedade imóvel;
- Aquisição pelo registro do título;
- Aquisição por acessão;
- Formação de ilhas;
- Construções e plantações (arts. 1.253 a 1.259 do CC);
- Legitimação Fundiária;
- Legitimação de Posse;
- Perda da propriedade imóvel;
- Alienação;
- Renúncia;
- Abandono;
- Perecimento;
- Posse *pro labore* ou posse-trabalho;
- Aquisição da propriedade mobiliária;
- Propriedade resolúvel ou revogável;
- Propriedade *ad tempus*;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Condomínio geral;
- Conceito;
- Classificação;
- Direitos dos condôminos;
- Deveres dos condôminos;

- Administração do condomínio;
- Extinção do condomínio;
- Condomínio edilício;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Instituição e constituição do condomínio;
- Aspectos relevantes;
- Administração do condomínio;
- Assembleia geral;
- Extinção do condomínio edilício;
- Condomínio em Multipropriedade;
- Leitura Complementar;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Direito de vizinhança;
- Introdução;
- Modalidades;
- Natureza jurídica;
- Uso nocivo ou anormal da propriedade;
- Árvores limítrofes;
- Passagem forçada;
- Da passagem de cabos e tubulações;
- Das águas;
- Dos limites entre prédios;
- Direito de tapagem;
- Direito de construir;
- Direito de Alteamento e Direito de Penetração;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Direitos reais sobre coisas alheias;
- Introdução;
- Direitos reais de gozo ou fruição;
- Enfiteuse ou emprazamento ou aforamento ou prazos;
- Extinção da enfiteuse;
- Superfície ou Concessão de Uso de Superfície;
- Conceito;
- Objeto;
- Forma de instituição;
- Usucapião do direito de superfície;
- Natureza jurídica;
- Direito de preferência;
- Encargos;
- Extinção;
- Direito Real de Laje;
- Conceito;
- Objeto;
- Espécies;

- Instituidor;
- Natureza Jurídica;
- Requisitos;
- Forma de Constituição;
- Direito de Preferência;
- Lajes Sucessivas ou de Segundo Grau;
- Despesas para Conservação e Fruição do Direito Real de Laje;
- Autotutela;
- Proibição de Mudança da Fachada;
- Extinção do Direito Real de Laje;
- Distinção entre Direito Real de Superfície e Direito Real de Laje;
- Direito Real de Laje e Direito de Superfície e de Segundo Grau;
- Distinção entre Direito Real de Laje e Condomínio Edifício;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Servidão;
- Conceito;
- Fundamento;
- Princípios;
- Natureza jurídica;
- Distinção entre servidão e usufruto;
- Conteúdo;
- Classificação;
- Posse das servidões;
- Servidões acessórias;
- Modos de constituição;
- Tutela da servidão;
- Distinção entre servidão e direito de vizinhança;
- Remoção da servidão;
- Extinção das servidões;
- Perguntas

MÓDULO IX

- Usufruto;
- Conceito;
- Distinção entre usufruto e fideicomisso;
- Distinção entre usufruto e enfiteuse;
- Distinção entre usufruto, locação e comodato;
- Classificação;
- Necessidade de transcrição do usufruto;
- Inalienabilidade do usufruto;
- Direitos do usufrutuário;
- Objeto;
- Deveres do Usufrutuário;
- Extinção do usufruto;
- Usufruto simultâneo;
- Procedimento de extinção do usufruto

- Direito Real de Uso;
- Direito Real de Habitação;
- Concessão de uso especial para fins de moradia;
- Concessão de direito real de uso;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Direitos reais de garantia;
- Introdução;
- Espécies de garantia;
- Espécies de direitos reais de garantia;
- Distinção entre os direitos reais de garantia e os direitos reais de gozo ou fruição;
- Conceito e função;
- Características;
- Cláusula ou pacto comissório;
- Quem pode dar garantia real;
- Situações especiais;
- Quais coisas podem ser dadas em garantia;
- Princípio da especialização;
- Reserva Prelática;
- Garantia real outorgada por terceiro;
- Vencimento antecipado da dívida;
- Remição do penhor e da hipoteca;
- Penhor;
- Extinção do penhor;
- Anticrese;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Hipoteca;
- Conceito;
- Espécies, forma, registro e princípios;
- Hipoteca cedular;
- Bens que podem ser hipotecados;
- Alienação do bem hipotecado;
- Pluralidades de hipotecas (sub-hipotecas);
- Perempção da hipoteca ou Usucapião de Liberdade;
- Hipoteca legal;
- Especialização da hipoteca legal;
- Hipoteca judiciária;
- Remição;
- Remição no processo de execução;
- Extinção da hipoteca;
- Cancelamento da hipoteca;
- Hipoteca constituída no período suspeito da falência;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Alienação fiduciária em garantia ou propriedade fiduciária;
- Conceito;
- Natureza judicial;
- Legitimidade para alienar em garantia;
- Legitimidade para ser adquirente (fiduciário) do bem dado em garantia;
- Bens que podem ser objeto de alienação fiduciária em garantia;
- Modo de constituição;
- Direitos do fiduciante;
- Obrigações do fiduciante;
- Ação de busca e apreensão;
- Cláusula comissória ou Pacto Real Comissório;
- Execução do contrato;
- Prisão do depositário infiel;
- Alienação Fiduciária de bens Imóveis;
- Do compromisso de compra e venda;
- Notícia histórica;
- DEC-LEI 58, de 10/12/1937;
- Natureza jurídica;
- Direito real;
- Forma;
- Arrependimento;
- Execução;
- Extinção;
- Resolução do Compromisso de Compra e Venda;
- Indenização;
- Adjudicação Compulsória Extrajudicial;
- Ação de Adjudicação Compulsória;
- Introdução;
- Conceito e pressupostos;
- A adjudicação compulsória é ação pessoal ou real?
- Prazo para a Propositura da Ação;
- Possibilidade Jurídica do pedido;
- Legitimidade na adjudicação compulsória;
- Interesse de agir;
- Cessão de contrato;
- Conceito.
- A cessão do compromisso de compra e venda;
- Cessão do contrato por parte do compromissário de lote rural;
- A cessão do contrato por parte do promissário comprador de lote urbano;
- A cessão do contrato por parte do promissário comprador de imóvel não loteado;
- Perguntas.

DIREITO CIVIL – DIREITO DE FAMÍLIA **PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS**

MÓDULO I

- Conceito de família;

- Conteúdo e Conceito do Direito de Família;
- Natureza da Divisão;
- Divisão da matéria;
- Eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais;
- Princípios do Direito de Família;
- Casamento;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Princípios do Casamento;
- Processo de Habilitação;
- Conceito e funções;
- Competência para o Processo de Habilitação;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Capacidade para o Casamento;
- Impedimentos Matrimoniais;
- Causas Suspensivas;
- Oposição dos Impedimentos e das Causas Suspensivas;
- Celebração do Casamento;
- Casamento por Procuração;
- Celebração de Casamento Perante a Autoridade Consular;
- Casamento *IN EXTREMIS* ou em *ARTICULO MORTIS* ou NUNCUPATIVO;
- Casamento em caso de moléstia grave;
- Casamento Religioso com Efeitos Cíveis;
- Provas do Casamento;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Casamento Inexistente;
- Nulidade e Inexistência;
- Casamento Nulo;
- Casamento Anulável;
- Anulabilidade do Casamento por Erro Essencial;
- Ação de Nulidade e de Anulação de Casamento;
- Efeitos da Decretação da Nulidade ou Anulação de Casamento;
- Casamento Putativo;
- Casamento Fiduciário;
- Distinção entre Divórcio e Nulidade de casamento;
- Perguntas.

TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS **PROF. FLÁVIO AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS**

MÓDULO I

- Movimento de acesso à justiça;
- Históricos dos instrumentos de defesa dos interesses metaindividuais;
- Distinção entre interesse e direito;
- Interesse público;

- Direito Coletivo;
- Interesses ou direitos difusos;
- Interesses ou direitos coletivos em sentido estrito;
- Interesses ou direitos individuais homogêneos;
- Distinção entre direitos difusos e direitos coletivos em sentido estrito;
- Direitos Sociais;
- Ação civil pública;
- Conceito;
- Procedimento;
- Multa liminar;
- A Ação civil pública nas obrigações de fazer e não fazer;
- Distinção entre ação civil e ação coletiva;
- Princípio da integração das normas da ação civil pública ou sistema microprocessual;
- Princípio do processo coletivo;
- Elementos da ação civil pública;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Ação Civil Pública;
- Legitimação ativa;
- Entes legitimados;
- Representatividade adequada;
- Legitimidade ordinária e extraordinária;
- Características da legitimidade ativa;
- Legitimidade no Ministério Público;
- Legitimidade Ativa da Defensoria Pública;
- Legitimidade ativa das pessoas políticas;
- Legitimidade ativa das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;
- Legitimidade ativa das associações civis;
- Legitimidade ativa dos órgãos públicos;
- A intervenção do Ministério Público na ação civil pública;
- Litisconsórcio ativo em ação civil pública;
- Litisconsórcio ativo entre Ministérios Públicos;
- Legitimidade passiva;
- Abandono e desistência da ação civil pelos demais legitimados;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Ação Civil Pública;
- Pedidos;
- Processo coletivo e controle de constitucionalidade;
- Dano moral coletivo ou social;
- Objetivos da ação pública;
- Ação civil pública e direito individual homogêneo;
- Interpretação do pedido;
- Competência;

- Dano local, regional e nacional;
- Restrição territorial das ações coletivas (art. 16);
- Prevenção;
- Conexão entre ação civil pública e a ação individual;
- Litispendência entre ação civil pública e ação individual;
- Litispendência entre ações coletivas;
- Recursos nas ações coletivas;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Coisa julgada na ação coletiva;
- Conceito;
- Espécies;
- Coisa julgada coletiva e coisa julgada individual;
- Coisa julgada “inter partes”, “ultra partes” e “erga omnes”;
- Coisa julgada “pro et contra”, “secundum eventum litis”, “secundum eventum probationis”;
- Coisa julgada nos direitos difusos;
- A coisa julgada na ação civil pública que versa sobre direitos coletivos;
- A coisa julgada nas ações civis públicas que versam sobre direitos individuais homogêneos;
- Extensão “in utilibus” da coisa julgada coletiva;
- Liquidação da sentença da ação coletiva;
- Considerações gerais;
- Liquidação dos danos individuais;
- Liquidação coletiva subsidiária;
- Liquidação dos danos coletivos;
- Fundos;
- Inquérito civil;
- Arquivamento do inquérito civil;
- Termo de ajustamento de conduta;
- Perguntas.

DIREITO EMPRESARIAL I

PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Introdução;
- Comércio;
- Conceito;
- Denominação;
- Fontes do Direito Comercial;
- Evolução do Direito Comercial;
- Sistemas de Delimitação;
- A Teoria dos Atos de Comércio;
- Teoria da empresa;
- O sistema do Código Comercial de 1850;
- Empresário;

- Conceito;
- Profissionalismo;
- Atividade Econômica Organizada;
- Produção ou Circulação de bens e serviços;
- Espécies de Empresários;
- Capacidade para ser empresário Individual;
- Impedimento de exercer a Empresa;
- Distinção entre sócio e Empresário Individual de Responsabilidade Ilimitada;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Nome Empresarial;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Espécies;
- CNPJ como Nome Empresarial;
- Nome dos Empresários;
- Princípios da Formação do Nome empresarial;
- Alteração do Nome;
- Proteção do Nome Empresarial;
- Cancelamento do nome;
- Distinção entre Nome Empresarial e Marca;
- Conflito entre Nome Empresarial e Marca;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Estabelecimento Empresarial;
- Conceito e natureza Jurídica;
- Distinção entre Estabelecimento Empresarial e Empresa;
- Fundo de Comércio;
- Patrimônio Social;
- Elementos do Estabelecimento Empresarial;
- Distinção entre nome, Marca, ponto, Insígnia, Clientela e Aviamento;
- Alienação do Estabelecimento Empresarial;
- Trespasse com Cessão de Locação;
- Usufruto e Arrendamento de estabelecimento Empresarial;
- Cláusula de Não-Restabelecimento;
- Estabelecimento Virtual;
- Proteção ao Ponto;
- Exceção de Retomada;
- Indenização do ponto;
- Locação em Shopping Center;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Registro Empresarial;
- Noções Básicas;
- Pessoas sujeitas a registro na Junta Comercial;

- Órgãos;
- Finalidades;
- Compreensão dos Atos;
- Aspectos Formais do Arquivamento;
- Processo Decisório
- Processo Revisional;
- Efeitos do Registro;
- Escrituração;
- Introdução;
- Livros Empresariais;
- Balanços Anuais;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Direito Societário;
- Sociedade Empresária: Conceito e Classificação;
- Diferença entre Sociedade Empresária e Sociedade não empresária ou Sociedade Simples;
- Classificação das Sociedades;
- Sociedades não Personificadas;
- Sociedade em Comum;
- Sociedade em Conta de Participação;
- Forma de Instituir a Sociedade em Conta de Participação;
- Natureza Jurídica;
- Objeto Social da Sociedade em Conta de Participação;
- Patrimônio da Sociedade em Conta de Participação;
- Responsabilidade da Sociedade em Conta de Participação;
- Responsabilidade do Sócio Oculto ou Sócio Investidor ou Sócio Participante;
- Responsabilidade do Sócio Ostensivo;
- Falência do Sócio Ostensivo;
- Falência do Sócio Oculto;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Sociedade Simples;
- Conceito;
- Obrigação dos Sócios;
- Direitos dos Sócios;
- Administração da Sociedade Simples;
- Excesso do Administrador;
- **TEORIA DA “ULTRA VIRES”;**
- **FUNÇÃO INDELEGÁVEL;**
- Destituição do Administrador, isto é, da Revogação dos Poderes do Administrador;
- Credor Particular do Sócio;
- Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio;
- Dissolução Total (extinção) e Liquidação da Sociedade Simples;
- Liquidação;
- Sociedade em Nome Coletivo;

- Nome;
- Sociedade em Comandita Simples;
- Suspensão dos Lucros;
- Nome;
- LEITURA COMPLEMENTAR
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Sociedade Limitada;
- Diploma Normativo;
- Capital Social;
- Cessão de Quotas;
- Distribuição dos Lucros;
- Responsabilidade dos Sócios;
- Sócio Remisso;
- Administração da Sociedade Limitada;
- Fiscalização da Sociedade;
- Conselho Fiscal;
- Assembleia Geral;
- Aumento do Capital Social;
- Redução do Capital Social;
- Resolução da Sociedade Limitada;
- Resolução por Morte e Divórcio;
- Direito de Retirada ou de Recesso ou de Dissidência;
- Expulsão do sócio;
- Dissolução Total da Sociedade Limitada;
- Liquidação e Partilha;
- Partilha;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Sociedade Anônima;
- Conceito;
- Características Gerais;
- Classificação;
- Companhias de menor porte;
- Comissão de Valores Mobiliários;
- Mercado de Capital;
- Bolsa de Valores;
- Mercado de Balcão;
- Entidades do mercado de Balcão Organizado (EMBOS);
- Valores Imobiliários;
- Conceito;
- Ação;
- Bônus de Subscrição;
- Partes Beneficiárias ou partes do Fundador;
- *Commercial Paper's*;
- Debêntures;

- Ação;
- Conceito;
- Valor Nominal
- Valor Patrimonial;
- Valor de Negociação;
- Valor Econômico;
- Valor ou Preço de Emissão;
- Classificação das Ações;
- Ações Ordinárias;
- Ações Preferenciais;
- Ações de Fruição ou de Gozo;
- Ações Nominativas e Escriturais;
- Classes de Ações;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Circulação das Ações;
- Introdução;
- Sociedade de Capital;
- Alienação de Ações não Integralizadas;
- Aquisições de Ações pela Própria Companhia;
- Resgate;
- Compra de Ações do Acionista Dissidente;
- Amortização das Ações;
- Compra de ações para Mantê-las em Tesouraria ou para fim de Cancelamento;
- Aquisição de Ações a Título Gratuito;
- Compra de Ações Motivada pela Redução do Capital Social;
- Aquisição de Ações Caducas;
- Suspensão da Circulação das Ações;
- O Certificado de Ações;
- Suspensão dos Serviços de Certificados;
- Certificado de Depósito de Ações (CDA);
- Constituição de Direitos Reais e outros Ônus;
- Capital Social;
- Princípio da Intangibilidade do Capital Social;
- Formação do Capital Social;
- Mora do Acionista;
- Aumento Capital Social;
- Capitalização de Lucros e Reservas;
- Aumento mediante Subscrição das Ações;
- Capital Autorizado;
- Redução Compulsória do Capital Social;
- Subcapitalização;
- Constituição da Sociedade Anônima;
- Introdução;
- Requisitos Preliminares;
- Constituição Propriamente Dita;
- Constituição da Sociedade Anônima Aberta;

- Constituição da Sociedade Anônima Fechada;
- Providências Complementares;
- Abertura e fechamento do Capital Social;
- Disposições Gerais sobre a Constituição da Companhia;
- Responsabilidade Civil Pelos Atos Anteriores à Constituição;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Órgãos da Companhia;
- Introdução;
- Assembleia Geral;
- Conselho de Administração;
- Diretoria;
- Conselho Fiscal;
- Administração da Sociedade Anônima;
- Introdução;
- Normas Comuns;
- Requisitos;
- Impedimentos;
- Investidura;
- Remuneração;
- Deveres dos Administradores;
- Responsabilidade dos Administradores;
- Ação de Indenização;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Direito de Voto;
- Voto Plural;
- Voto Múltiplo;
- Abuso do Direito de Voto;
- Acordo de Acionistas;
- Acionista Controlador;
- Extinção da Sociedade Anônima;
- Conceito;
- Dissolução;
- Dissolução de Pleno Direito;
- Dissolução Judicial;
- Dissolução por Decisão de Autoridade Administrativa Competente;
- Dissolução Parcial;
- Liquidação;
- Partilha;
- Outras Formas de Extinção da Pessoa Jurídica;
- Transformação;
- Sociedade de economia Mista;
- Sociedade em Comandita por Ações;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Contratos Mercantis;
- Noções Gerais;
- Introdução;
- Contratos Mercantis;
- Diferença entre Contrato e Instituição;
- Contratos Consensuais e reais;
- Princípio da Relatividade;
- Princípio da Obrigatoriedade;
- “*Exceptio non adimpleti contractus*”
- Compra e Venda Mercantil;
- Introdução;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Elementos;
- Compra e Venda à vista;
- Responsabilidade pelo Transporte;
- Incoterm’s;
- Comissão Mercantil;
- Conceito;
- Distinção com o mandato e corretagem;
- Elementos;
- Obrigações do comissário;
- Natureza jurídica;
- Falência do comitente;
- Concessão Comercial de veículos automotores;
- Conceito;
- Contrato típico;
- Contrato solene;
- Vigência do contrato;
- Cláusula de exclusividade;
- Cláusula de territorialidade;
- Deveres do concedente;
- Deveres do concessionário;
- Distinção entre concessão mercantil e distribuição;
- Distinção entre distribuição e agência;
- Distinção entre distribuição e fornecimento;
- Representação Comercial ou Contrato de Agência;
- Conceito;
- Registros;
- Distinção com o mandato;
- Inexistência de relação de emprego;
- Competência;
- Natureza jurídica;
- Exclusividade na região;
- Pluralidade de representações comerciais;
- Contratações de auxiliares;
- Cláusula “del credere”;

- Rescisão do contrato por tempo indeterminado;
- Rescisão do contrato por tempo determinado;
- Indenização indevida;
- Rescisão por iniciativa do representante comercial;
- Prescrição;
- Distinção entre representação comercial e corretagem;
- Representação comercial e o contrato de agência;
- Arrendamento Mercantil ou *Leasing*;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- *Leasing* e os benefícios tributários;
- Objeto;
- Modalidades;
- Valor Residual Garantido (VGR);
- Rescisão do Contrato;
- Aplicação do Código de Defesa do Consumidor;
- Distinção entre *leasing* e Alienação Fiduciária em Garantia;
- *Factoring* ou Fomento Mercantil;
- Introdução;
- Conceito;
- Elementos;
- Atividade de *factoring* é livre;
- Direitos do faturizador;
- Obrigações do Faturizador;
- Responsabilidade pela inadimplência;
- Obrigações do Faturizado;
- Modalidades;
- Distinção entre *Factoring* e Desconto Bancário;
- Faturização e Juros;
- Perguntas.

DIREITO EMPRESARIAL II

PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Títulos de Crédito;
- Introdução;
- Legislação Aplicável;
- Conceito;
- Princípios Cambiários;
- Princípio da Cartularidade;
- Princípio da Literalidade;
- Princípio da Autonomia;
- Princípio da Abstração;
- Princípio da Inoponibilidade das Exceções Pessoais aos Terceiros de Boa-Fé;

- Títulos de Crédito Eletrônicos;
- Classificação dos Títulos de Crédito;
- Introdução;
- Títulos de Crédito e Modelo Livre e vinculado;
- Ordem e Promessa de Pagamento;
- Títulos de Crédito Causais, Abstratos e Limitados;
- Títulos de Crédito ao Portador e Nominativos;
- Títulos de Crédito Próprios e Impróprios;
- Títulos de Legitimação;
- Títulos Representativos;
- Títulos de Financiamento ou Cédula de Crédito;
- Títulos de Investimento;
- Títulos de Crédito Nominados ou Inominados;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Letra de Câmbio;
- Introdução;
- A Lei Uniforme de Genebra;
- A Legislação brasileira;
- Conceito;
- Requisitos;
- Requisitos essenciais;
- Requisitos Facultativos;
- Momento do Preenchimento dos Requisitos;
- Aceite;
- Conceito;
- Forma do Aceite;
- Legitimidade para Aceite;
- Aceite por Intervenção;
- Efeitos do Aceite;
- Local do Aceite e Local do Pagamento;
- Prazo de Apresentação para Aceite;
- Recusa ao Aceite;
- Aceite Limitado ou Parcial;
- Aceite Modificativo;
- Cláusula sem Aceite ou Não Aceitável;
- Cancelamento do Aceite;
- Prazo de Respiro;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Endosso;
- Conceito;
- Partes no Endosso;
- Efeitos;
- Local de Endosso;
- Espécies de Endosso;

- Endosso Parcial;
- Endosso Condicional;
- Endosso Impróprio;
- Endosso-Mandato;
- Endosso-Caução;
- Distinção entre Endosso e a Cessão Civil de Crédito;
- Endosso Tardio ou Póstumo ou Impróprio;
- Endosso de Título de Crédito “Não à Ordem”;
- Aval;
- Conceito;
- Partes;
- Local do Aval;
- Autorização do Cônjuge;
- Espécies de Aval;
- Responsabilidade do Avalista;
- Aval parcial ou Limitado;
- Aval Antecipado;
- Cancelamento do Aval;
- Distinção entre Aval e Endosso;
- Distinção entre Aval e Fiança;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Vencimento;
- Conceito;
- Espécies;
- Classificação da Letra de Câmbio;
- Contagem dos Prazos;
- Pagamento;
- Conceito;
- Prazo para Pagamento;
- Cautelas no Pagamento;
- Pagamento Parcial;
- Local do Pagamento;
- Oposição ao Pagamento;
- Protesto;
- Conceito;
- Princípios do Protesto;
- Classificação dos Protestos;
- Natureza Jurídica;
- Finalidades;
- Protesto por Falta de Pagamento;
- Protesto por Falta de Devolução;
- Protesto por Falta ou Recusa de Aceite;
- Protesto por Falta de Data de Aceite;
- Cláusula “sem despesas” ou “sem protesto”;
- Proibição do Protesto;
- Direito de Ação sem Protesto;

- Lugar do Protesto;
- Sustação e Cancelamento do Protesto;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Ação Cambial;
- Nota Promissória;
- Conceito;
- Regime Jurídico;
- Nota promissória a certo termo de vista;
- Requisitos Essenciais;
- REQUISITOS FACULTATIVOS;
- Cheque;
- Conceito;
- Requisitos Essenciais;
- Requisitos Facultativos;
- Princípio da Autonomia;
- Transmissão do Cheque;
- Aval;
- Apresentação do Cheque;
- Sustação do Cheque;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Pagamento do Cheque;
- Protesto do Cheque;
- Ações cambiais;
- Modalidades de Cheques;
- Outras Modalidades de Cheques;
- Cheque Mutilado ou com Borrões;
- Repressão ao cheque sem fundo;
- Cheque pré-datado ou pós-datado;
- Duplicata;
- Introdução;
- Duplicata Mercantil;
- Conceito;
- Fatura;
- Princípio da Abstração;
- Requisitos;
- Remessa da Duplicata;
- Modalidades de Aceite;
- Recusa do Aceite;
- Pagamento da Duplicata;
- Aval;
- Triplicata;
- Protesto por Indicação;
- Protesto da Duplicata;
- Execução da Duplicata Mercantil;

- Duplicata de Prestação de Serviços;
- Duplicata de Conta de Serviços;
- Duplicata Virtual ou Escritural;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Visão Global do Procedimento falimentar;
- Conceito de Falência;
- Objetivos da Falência;
- Formas de Execução Coletiva;
- Pressupostos da falência;
- Devedores Sujeitos à Falência;
- Devedores que nunca podem falir;
- Devedores que só podem falir em certas hipóteses;
- Insolvência;
- Impontualidade Injustificada;
- Execução Frustrada;
- Atos de Falência;
- Sentença Judicial de Falência;
- Rito pré-falencial;
- Competência;
- Juízo Unitário;
- Juízo Universal;
- Legitimidade Ativa;
- Rito Pré-falencial;
- Falência Requerida;
- Autofalência;
- A intervenção do Ministério Público na fase pré-falencial;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Sentença Declaratória de Falência;
- Conceito e Natureza jurídica;
- Conteúdo;
- Termo Legal da Falência;
- Publicidade;
- Recursos;
- Sentença Denegatória da Falência;
- Administração da Falência;
- Órgão da Administração;
- Administrador Judicial;
- Assembleia dos Credores;
- Comitê;
- Efeitos da Falência;
- Introdução;
- Dissolução da Pessoa Jurídica;
- Paralisação da Atividade Econômica;
- Responsabilidade dos Sócios. Efeitos quanto aos sócios;

- Arrecadação dos Bens;
- Ineficácia dos Negócios Jurídicos. Efeitos Retroativos da Falência;
- Critério Objetivo do art. 129;
- Critério Subjetivo do art. 129;
- Ação Revocatória;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Efeitos da Falência quanto aos Credores do Falido;
- Introdução;
- Credores não Admitidos à Falência;
- Credores Admitidos à Falência;
- Suspensão das Execuções Individuais;
- Execução Fiscal;
- Vencimento Antecipado das Obrigações;
- Suspensão da Fluência dos Juros;
- Proibição de Atos de Construção Judicial ou Extrajudicial sobre bens do devedor;
- Os Contratos do falido;
- Considerações Gerais;
- Contratos Unilaterais;
- Contratos Bilaterais;
- “Stoppage in Transitu”;
- Mercadoria Entregue nos Quinze dias Anteriores ao pedido da Falência;
- Compromisso de Compra e Venda de Imóveis;
- Conta-corrente;
- Locação;
- Contratos de Consumo;
- Contratos de Trabalho;
- Compensação;
- Contrato de Câmbio;
- Contrato de mandato;
- Contrato de Concessão de Serviço Público;
- Solidariedade;
- Prescrição das Obrigações do Falido;
- Efeitos da falência quanto à pessoa do falido;
- Introdução;
- Proibição de Ausentar-se do Local da falência;
- Proibição do exercício da atividade empresarial;
- Suspensão do Direito ao Sigilo das Correspondências;
- Perda do Direito de Administração e Disposição dos Bens;
- Deveres do Falido ou do seu Representante Legal;
- Direitos do Falido;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Pedido de Restituição;
- Introdução;
- Cabimento;

- A Restituição Baseada no Direito Real de Propriedade;
- Restituição de Dinheiro;
- Restituição da Coisa Vendida a Crédito;
- Restituição de Adiantamento ao Exportador;
- Restituição ao Contratante de Boa-fé, cujo negócio foi Declarado Ineficaz;
- Efeitos do Pedido de Restituição;
- Procedimento do Pedido de Restituição;
- Verificação de Crédito (arts. 7º a 20);
- Introdução;
- A Primeira relação de credores;
- Habilitação de crédito e divergência;
- A Segunda relação de credores;
- Impugnações aos créditos;
- A Terceira relação de credores;
- Quadro geral de credores;
- Habilitações Retardatárias ou intempestivas;
- Incidente de Classificação de Crédito Público;
- Ação Rescisória;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Liquidação;
- Conceito;
- Venda dos bens Arrecadados;
- Espécie de Venda;
- Venda Ordinária;
- Venda Extraordinária;
- Venda Sumária;
- Impugnação à Venda;
- Aquisição da empresa Falida;
- Ausência de bens ou bens insuficientes para as despesas do processo;
- Venda Frustrada;
- Cobrança dos Devedores;
- Classificação dos Créditos;
- Introdução;
- Ordem de Pagamento dos Credores Extraconcursais;
- Credores do Falido;
- Encerramento da Falência;
- Extinção das Obrigações;
- Reabilitação Penal;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Recuperação Judicial das Empresas;
- Introdução;
- Conceito;
- Pressupostos;
- Objetivos;

- Distinção entre recuperação judicial e concordata;
- Distinção entre recuperação judicial e falência;
- Destinatários;
- Requisitos da Recuperação Judicial;
- Fases Procedimentais;
- Fase Postulatória;
- Legitimidade Ativa;
- Petição Inicial;
- Processamento da Recuperação Judicial;
- Credores sujeitos à recuperação judicial;
- Recuperação Judicial: fase Deliberativa e Fase de execução;
- Fase Deliberativa;
- Plano de Recuperação ou reorganização da empresa;
- Plano de Recuperação Judicial;
- Plano especial de Recuperação Judicial;
- Procedimento;
- Fase de execução;
- Convolação da Recuperação Judicial em falência;
- Encerramento da Fase de execução da Recuperação Judicial;
- Órgãos da Recuperação Judicial;
- Introdução;
- Assembleia geral de Credores;
- Comitê de Credores;
- Administrador Judicial;
- Verificação de Créditos;
- Consolidação Processual;
- Consolidação Substancial;
- Das Conciliações e das Mediações antecedentes ou incidentais aos processos de Recuperação Judicial;
- Do Financiamento do Devedor e do Grupo Devedor durante a Recuperação Judicial;
- Recuperação Extrajudicial;
- Introdução;
- Conceito;
- Legitimidade Ativa;
- Homologação judicial facultativa e obrigatória;
- Classes de credores na recuperação extrajudicial;
- Credores que podem ser abrangidos pelo plano;
- Restrições ao plano de recuperação extrajudicial;
- Procedimento de homologação do plano;
- Efeitos;
- Recursos;
- Distinção entre recuperação judicial e extrajudicial;
- Perguntas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I - CONHECIMENTO
PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Normas fundamentais do processo civil;
- Introdução;
- Processo civil constitucional;
- Modelo constitucional do processo civil;
- Princípios processuais;
- Conceito;
- Princípio do devido processo legal (“due process of law”);
- Princípio da proporcionalidade ou da proibição do excesso;
- Princípio da razoabilidade;
- Princípio da dignidade da pessoa humana;
- Princípio da adequação legal do processo;
- Princípio do respeito ao autogoverno da vontade no processo;
- Princípio da legalidade processual;
- Princípios da publicidade e da motivação;
- Princípio da eficiência processual;
- Princípio da efetividade;
- Princípio da primazia do mérito;
- Princípio da proteção da confiança;
- Princípio da boa-fé processual objetiva;
- Princípio da cooperação ou colaboração;
- Princípio da paridade do tratamento ou da isonomia e princípio do contraditório;
- Princípio da ordem cronológica das sentenças ou acórdãos;
- Aplicação das normas processuais;
- Introdução;
- Princípio “Tempus Regit Actum”;
- Princípio do Isolamento Dos Atos Processuais;
- Aplicação Supletiva Ou Subsidiária;
- Perguntas.
- Jurisdição;
- Conceito;
- Outros Mecanismos De Solução Dos Conflitos;
- Finalidades;
- Princípios;
- Características;
- Exceção ao caráter uno da jurisdição;
- Casos de exclusão da jurisdição;
- Cláusula de eleição de jurisdição;
- Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária;
- Perguntas.
- Cooperação internacional;
- Conceito e fundamento;
- Meios ou Instrumentos;
- Classificação;

- Autoridade central;
- Alimentos com base no tratado de Nova Iorque;
- Convenção de Haia sobre sequestro internacional de menores;
- Cooperação internacional ativa;
- Cooperação internacional passiva;
- Normas comuns aos vários meios de cooperação internacional;
- Objeto da cooperação internacional;
- Auxílio direto;
- Carta rogatória;
- Procedimento do exequatur da carta rogatória;
- Critério do julgamento;
- Recursos;
- Execução ou cumprimento da carta rogatória;
- Dispensa do exequatur;
- Homologação de sentença estrangeira;
- Homologação de Sentença Estrangeira no Divórcio Consensual;
- Perguntas.
- Da ação;
- Teorias sobre o direito de ação;
- Fundamento constitucional do direito de ação;
- Conceito de ação e características;
- Elementos da ação;
- Partes;
- Pedido;
- Causa de pedir ou causa *petendi*;
- Condições da ação;
- Legitimidade *ad causam ou ad agendum*;
- Legitimidade extraordinária negocial;
- Interesse de agir;
- Possibilidade jurídica do pedido;
- Condição e carência supervenientes;
- Formas de aferição das condições da ação;
- Outras considerações sobre a Teoria da Asserção;
- Perguntas.
- Processo;
- Conceito e elementos;
- Procedimento;
- Relação jurídica;
- Sujeitos processuais;
- Distinção entre processo e direito material;
- Característica da relação jurídica processual;
- Classificação do processo;
- Sincretismo processual;
- Classificação do procedimento;
- Pressupostos processuais;
- Conceito e classificação;

- Momento da análise;
- Efeitos;
- Consequência da distinção entre os pressupostos processuais de existência e de validade;
- Rol dos pressupostos processuais de existência ou constituição;
- Rol dos pressupostos processuais de validade;
- Distinções entre as diversas capacidades;
- Legitimidade “ad causam” e interesse de agir;
- Perguntas.
- Fato jurídico processual;
- Negócios jurídicos processuais;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Competência;
- Conceito;
- Fundamento;
- Fontes normativas da competência;
- Ordem de análise da competência;
- Competência da justiça brasileira: limites da jurisdição nacional;
- Competência originária dos tribunais;
- Perguntas.
- Competência da justiça especial e da justiça comum;
- Perguntas.
- Foro competente ou competência territorial;
- Juízo competente;
- Princípio da perpetuação da jurisdição (“perpetuatio jurisdictionis”);
- Perguntas.
- Modificação da competência;
- Conexão e continência;
- Foro de eleição ou contratual;
- Perguntas.
- Competência funcional;
- Competência por delegação;
- Competência absoluta e competência relativa;
- Conflito de competência;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Sujeitos do processo;
- Partes;
- Capacidade de ser parte;
- Identificação das partes;
- Capacidade processual e legitimidade “ad causam”;
- Curador especial;

- Integração da capacidade processual;
- Sucessão das partes;
- Sucessão por ação de habilitação;
- Sucessão nos próprios autos;
- Dos procuradores;
- Perguntas.
- Litisconsórcio;
- Conceito;
- Classificação;
- Litisconsórcio facultativo;
- Litisconsórcio necessário;
- Litisconsórcio necessário ativo;
- Princípio da autonomia dos litisconsortes;
- Prazo;
- Sucumbência no litisconsórcio;
- Perguntas.
- Intervenção de terceiros;
- Conceito;
- Espécies de terceiros;
- Classificação;
- Efeitos;
- Cabimento;
- Recursos;
- Assistência;
- Conceito e espécies;
- Procedimento;
- Assistência simples;
- Assistência litisconsorcial;
- Distinção entre assistência simples e assistência litisconsorcial;
- Intervenção litisconsorcial voluntária ou no curso da instância;
- Perguntas.
- Denúnciação da lide;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Cabimento;
- Ação autônoma de indenização;
- Denúnciação da lide “per saltum”;
- Denúnciações sucessivas;
- Não cabimento da denúncia da lide;
- Posição processual do denunciado;
- Procedimento da denúncia da lide formulada pelo autor;
- Procedimento da denúncia da lide formulada pelo réu;

- Rito e sentença;
- Perguntas.
- Chamamento ao processo;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Finalidade;
- Cabimento;
- Não cabimento do chamamento ao processo;
- Procedimento;
- Sentença;
- Distinção entre chamamento ao processo e denunciação da lide;
- Denunciação da lide e chamamento ao processo no código de defesa do consumidor;
- Perguntas.
- Incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
- Introdução;
- Conceito;
- Espécies;
- Procedimento;
- Desconsideração inversa da personalidade jurídica;
- *Amicus curiae*;
- Conceito;
- Requisitos;
- Legitimidade e Interesse Inconstitucional;
- Intervenção espontânea e provocada;
- Recurso;
- Perguntas.
- Recurso de terceiro prejudicado;
- Intervenção *iussu iudicis*;
- Intervenção anômala dos entes públicos;
- A intervenção de terceiros na ação de alimentos;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Formação do processo;
- Suspensão do processo;
- Hipóteses da suspensão do processo;
- Perguntas.
- Extinção do processo;
- Introdução;
- Hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito;
- Momento da extinção do processo sem resolução do mérito;

- Extinção do Processo com Resolução do Mérito;
- Reconhecimento da Procedência do pedido formulado na ação ou na Reconvencção;
- Transação;
- Renúncia à pretensão formulada na Ação ou na Reconvencção;
- Confusão;
- Perguntas.
- Procedimento comum;
- Fases. Visão panorâmica;
- Petição inicial;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Funções;
- Efeitos processuais;
- Forma;
- Requisitos;
- Perguntas.
- Posturas do juiz diante da petição inicial;
- Emenda da inicial;
- Indeferimento da petição inicial;
- Improcedência liminar do pedido;
- Pedido;
- Conceito e natureza jurídica;
- Efeitos;
- Espécies;
- Características do pedido;
- Cumulação de pedidos;
- Requisitos da cumulação de pedidos;
- Princípio da estabilização da demanda;
- Pedido na obrigação alternativa;
- Pedido na obrigação indivisível ativa;
- Interpretação do pedido;
- Perguntas.
- Citação;
- Conceito;
- Funções;
- Natureza jurídica;
- Comparecimento espontâneo do réu;
- Efeitos da citação;
- Interrupção da prescrição;
- Pessoaalidade da citação;
- Lugar da citação;
- Restrições à citação;

- Perguntas.
- Modalidades de citação;
- Citação pelo correio;
- Citação por oficial de justiça ou mandado;
- Citação com hora certa;
- Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria;
- Citação por edital;
- Citação por meio eletrônico;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Audiência preliminar de conciliação ou mediação;
- Conceito e finalidade;
- Cabimento;
- Momento da audiência;
- Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos;
- Local da audiência preliminar de conciliação ou mediação;
- Condução da audiência preliminar;
- Ausência injustificada;
- Capacidade postulatória;
- Representação voluntária;
- Autocomposição;
- Contestação antecipada;
- Conciliador e mediador;
- Perguntas.
- Contestação;
- Introdução;
- Conceito;
- Prazo;
- Defesas processuais;
- Defesas de mérito;
- Ordem das defesas;
- Pedidos na contestação;
- Exceções e objeções;
- Diferença entre preliminar e prejudicial;
- Princípios da contestação;
- Princípio da eventualidade;
- Princípio do ônus da impugnação específica;
- Indeferimento da contestação;
- Defesas processuais arroladas no art. 337 do CPC;
- Perguntas.
- Reconvenção;
- Conceito;

- Natureza jurídica;
- Fundamento;
- Pressupostos da reconvenção;
- Não cabimento da reconvenção;
- Nomenclatura das partes;
- Legitimidade para Reconvenção;
- Procedimento;
- Recursos;
- Respostas à reconvenção;
- Reconvenção e substituição processual;
- Reconvenção e ações dúplices;
- Compensação e reconvenção;
- Reconvenção sem contestação;
- Perguntas.
- Arguição de impedimento ou suspeição;
- Conceito;
- Distinção entre impedimento e suspeição;
- Hipóteses de impedimento;
- Hipóteses de suspeição;
- Procedimento;
- Legitimidade ativa;
- Prazo;
- Procuração;
- Forma de arguição;
- Efeitos;
- Perguntas.
- Revelia;
- Conceito;
- Efeitos;
- Outros efeitos da revelia;
- Intervenção do réu revel no processo;
- Revelia no processo de execução;
- Perguntas;
- Providências preliminares;
- Conceito;
- Finalidade;
- Espécies;
- Especificação das provas;
- Réplica do autor;
- Correção das irregularidades ou de vícios sanáveis;
- Ação declaratória incidental;
- Perguntas.

- Julgamento conforme o estado do processo;
- Conceito e considerações gerais;
- Julgamento antecipado do mérito;
- Julgamento antecipado parcial de mérito;
- Perguntas.
- Saneamento e organização do processo;
- Conceito;
- Forma;
- Conteúdo do saneamento;
- Esclarecimentos ou ajustes;
- Estabilização da relação processual;
- Acordo de delimitação das questões;
- Perguntas.
- Audiência de instrução e julgamento;
- Introdução;
- Poder de polícia;
- Sequência dos atos;
- Abertura;
- Pregão;
- Tentativa de conciliação;
- Fixação dos pontos controvertidos;
- Produção de prova oral;
- Debates orais;
- Sentença;
- Adiamento da audiência;
- Audiência una e contínua;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Provas
- Conceito;
- Classificação das provas;
- Finalidade da prova;
- Destinatário da prova;
- Objeto da prova;
- Presunção;
- Presunções judiciais;
- Experiência comum;
- Experiência técnica;
- Distinção entre fato notório e regras de experiência comum e técnica;
- Índícios;
- Princípio “iura novit curia”;

- Prova emprestada;
- Procedimento probatório;
- Poderes probatórios do juiz;
- Ônus da prova;
- Regra Geral;
- Consequência;
- Classificação;
- Inversão do ônus da prova;
- Inversão legal do ônus da prova;
- Prova diabólica;
- Inversão judicial do ônus da prova;
- Inversão convencional do ônus da prova;
- Sistema de valorização das provas;
- Prova ilícitas;
- Princípio da comunhão ou da aquisição da prova;
- Meios de prova;
- Perguntas.
- Produção antecipada da prova.
- Previsão legal.
- Objetivo.
- Natureza jurídica;
- Aplicação;
- Justificação;
- Procedimento;
- Petição Inicial;
- Competência;
- Liminar;
- Citação;
- Manifestação dos interessados.
- Pedido contraposto;
- Recurso;
- Deferimento da prova
- Sentença
- Devolução dos autos
- Ata notarial
- Conceito
- Competência
- Conteúdo
- Requerente
- Documento público narrativo
- Considerações finais
- Perguntas

- Depoimento pessoal
- Conceito
- Objetivo
- Distinção entre depoimento pessoal e prova testemunhal
- Distinção entre depoimento pessoal e interrogatório
- Iniciativa
- Princípio da pessoalidade ou da indelegabilidade
- Direito ao silêncio
- Procedimento
- Perguntas

MÓDULO VII

- Confissão
- Conceito
- Natureza jurídica
- Distinção entre confissão e reconhecimento do pedido
- Distinção entre confissão e admissão
- Quem pode confessar
- Espécies de confissão
- Requisitos de eficácia da confissão
- Efeitos da confissão
- Confissão no litisconsórcio
- Irrevogabilidade da confissão
- Anulação da confissão
- Indivisibilidade de confissão
- Perguntas
- Exibição de documento ou coisa
- Considerações gerais
- Documento ou coisa em poder da parte adversária
- Documento ou coisa em poder de terceiro
- Escusas legítimas à exibição do documento ou coisa
- Inspeção judicial;
- Conceito;
- Postulação;
- Cabimento;
- Direito de não ser inspecionado;
- Espécies;
- Distinção entre pericia e inspeção judicial indireta;
- Distinção entre inspeção judicial de pessoas e interrogatório;
- Local da inspeção judicial;
- Acompanhamento das partes;
- Auto e ata de inspeção;
- Perguntas.

- Prova documental ou literal (parte 1);
- Conceito;
- Documento, monumento, instrumento e prova documentada;
- Documentos autógrafos e heterógrafos;
- Documentos dispositivos e narrativos;
- Documento público;
- Documento público nulo;
- Documento particular;
- Documentos eletrônicos;
- Análise de algumas normas sobre documento particular;
- Perguntas.
- Produção da prova documental;
- Momento para manifestação sobre os documentos;
- Requisição de documento ou coisa;
- Arguição de falsidade;
- Perguntas.
- Prova testemunhal;
- Conceito;
- Classificação;
- Admissibilidade da prova testemunhal;
- Capacidade para ser testemunha;
- Impedimento e suspeição da testemunha;
- Direito ao silêncio ou escusa de depor;
- Local do depoimento;
- Juntada do rol de testemunhas;
- Substituição da testemunha;
- Intimação da testemunha;
- Condução coercitiva;
- Ordem da inquirição;
- Qualificação da testemunha;
- Contradita;
- Escusa de depor;
- Compromisso;
- Inquirição das testemunhas;
- Documentação do depoimento;
- Acareação;
- Direitos das testemunhas;
- Perguntas.
- Prova pericial;
- Conceito;
- Natureza jurídica do perito;
- Espécies de prova pericial;

- Indeferimento da prova pericial;
- Dispensa da perícia;
- Nomeação do perito;
- Liberdade de escolha do perito;
- Perícia complexa;
- Escusa do perito;
- Substituição do perito;
- Suspeição ou impedimento do perito;
- Preparação da prova pericial;
- Perícia simples ou informal;
- Segunda perícia ou nova perícia;
- Princípio da persuasão racional;
- Responsabilidade do perito;
- Honorários do perito e do assistente técnico;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Sentença;
- Conceito;
- Elementos da sentença;
- Relatório;
- Fundamentação ou motivação;
- Dispositivo;
- Teoria dos capítulos da sentença;
- Princípio da congruência;
- Congruência objetiva;
- Sentença ultra-petita;
- Sentença extra-petita;
- Sentença citra-petita;
- Classificação da sentença;
- Outras classificações;
- Fatos supervenientes;
- Publicação da sentença;
- Alteração da sentença;
- Hipoteca judiciária;
- Perguntas.
- Tutela provisória;
- Conceito;
- Finalidade;
- Fundamento;
- Classificação;
- Distinção ente tutela provisória e tutela definitiva;
- Breves conceitos;

- Forma de requerimento da tutela provisória;
- Legitimidade;
- Cabimento;
- Momento da concessão da tutela provisória;
- Precariedade;
- Recursos;
- Forma de efetivação;
- Competência;
- Tutela de urgência;
- Conceito;
- Pressupostos da tutela de urgência;
- Responsabilidade objetiva;
- Fungibilidade das tutelas de urgência;
- Procedimento da tutela antecipada ou satisfativa requerida em caráter antecedente;
- Tutela cautelar antecedente;
- Considerações iniciais;
- Requisitos;
- Procedimento especial;
- Tutela antecipada estabilizada;
- Tutela Cautelar Antecedente;
- Tutela da evidência;
- Tutela provisória contra a Fazenda Pública;
- Argumentos contrários e favoráveis à tutela provisória contra a Fazenda Pública;
- Constitucionalidade das leis que proíbem ou restringem a tutela provisória contra a Fazenda Pública;
- Hipóteses de não cabimento da tutela provisória contra a Fazenda Pública;
- Tutela provisória em dívidas de dinheiro;
- Suspensão da liminar ou da sentença prolatada contra a Fazenda Pública;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Coisa julgada;
- Conceito;
- Espécies da coisa julgada;
- Fundamento;
- Efeitos da coisa julgada;
- Pressupostos da coisa julgada;
- Decisão de mérito;
- Trânsito em julgado da decisão;
- Coisa julgada “pro et contra”, “secundum eventum litis” “secundum eventum probationis”;
- Limites objetivos da coisa julgada;
- Introdução;

- Questão principal;
- Questão prejudicial;
- Ação declaratória incidental;
- Tópicos da decisão que não fazem coisa julgada;
- Limites subjetivos da coisa julgada;
- Regra Geral;
- Exceções ao princípio da singularidade ou aos limites subjetivos da coisa julgada;
- Eficácia preclusiva da coisa julgada material ou princípio do deduzido e do dedutível;
- Eficácia natural da sentença;
- Limites temporais da coisa julgada;
- Regra geral;
- Relação jurídica de trato continuado;
- Demais casos previstos em lei;
- Relativização ou flexibilização da coisa julgada;
- Coisa julgada e litispendência nas ações coletivas;
- Litispendência;
- Coisa julgada coletiva e coisa julgada individual;
- Coisa julgada coletiva;
- Coisa julgada parcial ou fragmentada ou por capítulos ou progressiva;
- Perguntas.
- Ação rescisória;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Distinção entre ação rescisória e recurso;
- Distinção entre ação rescisória e *querela nullitatis insanabilis*;
- Distinção entre ação rescisória e ação anulatória de ato processual;
- Prazo da ação rescisória;
- Legitimidade ativa;
- Legitimidade passiva;
- Competência;
- Pressupostos da ação rescisória;
- Trânsito em julgado de uma decisão de mérito;
- Esgotamento dos recursos;
- Tutela de urgência;
- Fundamentos da ação rescisória;
- Procedimento da ação rescisória;
- Petição inicial;
- Depósito prévio;
- Julgamento de improcedência liminar;
- Incompetência do tribunal;
- Citação;
- Julgamento antecipado do mérito;

- Reconhecimento do pedido, transação e renúncia;
- Extinção do processo sem resolução do mérito;
- Intervenção do Ministério Público;
- Fatos que dependem de prova;
- Alegações finais e julgamento;
- Recursos cabíveis;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Incidente de resolução de demandas repetitivas;
- Introdução;
- Conceito;
- Finalidade;
- Pressupostos;
- Objeto do incidente;
- Competência;
- Legitimidade ativa;
- Procedimento;
- Efeitos da admissibilidade do incidente;
- Tutela de urgência;
- Efeito expansivo;
- Publicidade;
- Atos procedimentais;
- Julgamento;
- Efeitos do julgamento;
- Revisão da tese jurídica;
- Recursos;
- Incidente de assunção de competência;
- Conceito;
- Cabimento;
- Legitimidade ativa;
- Competência;
- Efeitos;
- Objetivo do incidente;
- Incidente de arguição de inconstitucionalidade;
- Perguntas.
- Precedente judicial;
- Introdução;
- Conceito de precedente judicial;
- Conteúdo do precedente judicial;
- Métodos de identificação do precedente;
- Diferença entre a eficácia do precedente e da coisa julgada;
- Distinção entre precedente judicial, jurisprudência e súmula;

- Deveres dos tribunais em relação aos precedentes;
- Dever de uniformizar a jurisprudência;
- Dever de manter a jurisprudência estável;
- Dever de manter a jurisprudência coerente;
- Dever de manter a jurisprudência íntegra;
- Dever de publicidade;
- Precedentes obrigatórios;
- Superação ou revogação do precedente judicial;
- Conceito e espécies;
- *Overruling*;
- *Overriding*;
- *Transformation*;
- Eficácia temporal da revogação ou alteração do precedente;
- *Signaling*;
- Reversal;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Recursos;
- Provimentos jurisdicionais;
- Jurisdição revisiva;
- Conceito de recurso;
- Honorários advocatícios;
- Características do recurso;
- Classificação dos recursos;
- Princípios recursais;
- Princípio do duplo grau de jurisdição;
- Princípio da colegialidade;
- Princípio da taxatividade;
- Princípio da unirrecorribilidade ou singularidade ou unicidade;
- Princípio da dialeticidade;
- Princípio da proibição da *reformatio in pejus*;
- Princípio da fungibilidade;
- Princípio da complementariedade;
- Princípio da consumação;
- Perguntas.
- Admissibilidade dos recursos;
- Introdução;
- Pressupostos de admissibilidade;
- Análise dos pressupostos de admissibilidade dos recursos;
- Cabimento do recurso;
- Legitimidade;
- Interesse recursal

- Inexistência de fato extintivo do direito de recorrer;
- Tempestividade;
- Preparo;
- Regularidade procedimental ou formal;
- Inexistência de fato impeditivo do direito de recorrer;
- Perguntas.
- Juízo do mérito recursal;
- Efeitos dos recursos;
- Sucedâneos recursais;
- Reexame necessário ou remessa necessária;
- Correição parcial;
- Pedido de reconsideração;
- Reclamação;
- Conceito;
- Legislação aplicável;
- Natureza jurídica;
- Legitimidade ativa;
- Competência;
- Prazo para a propositura;
- Cabimento de recurso;
- Procedimento;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Recurso adesivo;
- Introdução;
- Conceito;
- Cabimento;
- Prazo;
- Requisitos;
- Interposição do recurso adesivo;
- Pressupostos de admissibilidade do recurso adesivo;
- Julgamento do mérito;
- Técnica de julgamento ou prolongamento do julgamento;
- Conceito;
- Finalidade;
- Distinção entre técnica de julgamento e embargos infringentes;
- Cabimento;
- Prosseguimento do julgamento;
- Não cabimento da técnica de julgamento;
- Decisão monocrática do relator;
- Sustentação oral;
- Conceito;
- Momento da realização;
- Duração;

- Cabimento;
- Preferência;
- Sustentação oral por videoconferência;
- Conversão do julgamento em diligência;
- Revisor;
- Pedido de vista;
- Julgamento;
- Julgamentos realizados eletronicamente (art. 945 do CPC);
- Apelação;
- Conceito;
- Prazo;
- Forma de interposição;
- Objeto do recurso;
- Juízo de admissibilidade;
- Efeito suspensivo;
- Teoria da causa madura;
- Recurso Ordinário Constitucional;
- Introdução;
- Recurso ordinário constitucional julgado pelo STF;
- Recurso ordinário constitucional julgado pelo STJ;
- Procedimento do Recurso Ordinário;
- Efeitos;
- Perguntas.
- Embargos de Declaração;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Vícios que legitimam os Embargos de Declaração;
- Procedimento;
- Prazo;
- Legitimidade;
- Forma de interposição;
- Pressupostos de admissibilidade;
- Análise do mérito;
- Interrupção do prazo recursal;
- Embargos de declaração manifestamente protelatórios;
- Complemento ou alteração das razões do recurso;
- Procedimento;
- Espécies;
- Efeito devolutivo;
- Efeito suspensivo;
- Efeito translativo;
- Conversão dos Embargos de Declaração em Agravo Interno;

- Perguntas.
- Agravo de instrumento;
- Conceito;
- Agravo retido;
- Nomenclatura;
- Hipóteses de cabimento do Agravo de Instrumento;
- Composição do instrumento;
- Comunicação da interposição do agravo ao juízo de primeiro grau;
- Procedimento;
- Prazo;
- Forma de interposição;
- Posturas do Relator;
- Requisitos de informações ao juízo de primeiro grau;
- Intimação do agravado para as contrarrazões;
- Oitiva do Ministério Público;
- Julgamento do agravo;
- Agravo interno;
- Conceito;
- Prazo;
- Procedimento;
- Perguntas.
- Teoria geral do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial;
- Introdução;
- Recursos de fundamentação vinculada;
- Esgotamento das vias recursais;
- Decisão judicial recorrida;
- Questões de direito;
- Finalidades;
- Prequestionamento;
- Embargos de declaração prequestionador;
- Efeito translativo;
- Juízo de admissibilidade;
- Forma de interposição;
- Prazo;
- Efeito suspensivo impróprio;
- Contrarrazões;
- Posturas do Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal recorrido;
- Interposição simultânea de Recurso Extraordinário e Recurso Especial;
- Fungibilidade;
- Recurso Especial ou Extraordinário com mais de um fundamento;
- Perguntas.
- Recurso Extraordinário;
- Hipóteses de cabimento;
- Repercussão geral;
- Recurso Especial;

- Hipóteses de cabimento;
- Relevância na questão de direito federal;
- Perguntas.
- Recursos Extraordinário e Especial repetitivos;
- Perguntas.
- Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário;
- Perguntas.
- Embargos de divergência;
- Cabimento (art. 1.043 do CPC);
- Objeto;
- Requisitos;
- Procedimento;
- Interrupção do prazo para o Recurso Extraordinário;
- Recurso Extraordinário da outra parte interposto na pendência dos Embargos de Divergência;
- Perguntas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II – EXECUÇÃO

PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Execução ou tutela executiva;
- Conceito;
- Terminologia;
- Instauração da execução;
- Meios de execução;
- Princípios processuais da execução;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Partes na execução
- Introdução e intervenção de terceiros. Litisconsórcio
- Legitimidade ativa;
- Legitimidade passiva;
- Cumulação de execuções;
- Competência para o cumprimento de sentença;
- Competência para a execução de título extrajudicial;
- Insolvência civil;
- Protesto de título executivo judicial;
- Negativação do nome;
- Averbação em registro público do ato da propositura da execução;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Responsabilidade patrimonial;
- Conceito;

- Responsáveis patrimoniais;
- Direito Real de Superfície, Enfitese, Concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso;
- Cumprimento provisório de sentença ou execução provisória;
- Conceito;
- Cabimento;
- Regras da execução provisória;
- Procedimento;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Título executivo;
- Introdução;
- Características;
- Títulos executivos judiciais;
- Títulos executivos extrajudiciais;
- Títulos Executivos Eletrônicos;
- Outras disposições;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Liquidação de sentença;
- Introdução;
- Títulos que podem ser objeto de liquidação;
- Espécies de liquidação;
- Normas comuns às espécies de liquidação de sentença;
- Liquidação por mero cálculo aritmético do credor;
- Liquidação por arbitramento;
- Liquidação pelo procedimento comum;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Execução das obrigações de fazer e não fazer;
- Obrigação de fazer;
- Obrigação de não fazer ou negativa;
- Procedimento de execução da obrigação de fazer e não fazer;
- Multa diária ou cominatória ou *astreintes*;
- Execução do fato por terceiro;
- Conversão em perdas e danos;
- Deveres de fazer e não fazer;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Execução de entregar coisa;
- Introdução;
- Procedimento de execução da obrigação de entrega de coisa;
- Benfeitorias indenizáveis;

- Execução de entrega de coisa incerta;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Execução de pagar quantia certa;
- Introdução;
- Cumprimento de sentença na obrigação de pagar quantia certa;
- Processo de execução de título executivo extrajudicial;
- Execução contra a Fazenda Pública;
- Introdução;
- A expressão Fazenda Pública;
- Procedimento;
- Coisa julgada inconstitucional;
- Precatório;
- Requisitório;
- Distinção entre precatório e requisitório;
- Execução de alimentos;
- Alimentos e cumprimento de sentença;
- Cumprimento de sentença por desconto em folha de pagamento;
- Cumprimento de sentença sob ameaça de prisão;
- Cumprimento de sentença mediante penhora de bens;
- Execução de alimentos fixados em título executivo extrajudicial;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Penhora;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Efeitos processuais;
- Efeitos materiais;
- Bens impenhoráveis;
- Documentação da penhora;
- Momento de realização da penhora;
- Depositário do bem penhorado;
- Administrador depositário;
- Averbação da penhora e do arresto;
- Intimação da penhora;
- Lugar da penhora;
- Penhora com ordem de arrombamento;
- Dispensa da penhora;
- Substituição do bem penhorado;
- Segunda penhora;
- Reforço da penhora;
- Redução da penhora;
- Alienação antecipada dos bens penhorados;
- Penhora de dinheiro em depósito bancário;
- Penhora de crédito;

- Penhora de título de crédito;
- Penhora de outros direitos e ação do devedor;
- Penhora de dívidas remuneratórias;
- Penhora sobre direito a prestação ou direito à restituição de coisa;
- Penhora no rosto dos autos;
- Penhora de mão própria;
- Penhora de quotas ou de ações da sociedade anônima fechada;
- Penhora de ações de sociedade anônima aberta;
- Penhora de navio;
- Avaliação;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Expropriação;
- Conceito;
- Espécies;
- Adjudicação;
- Alienação por iniciativa particular;
- Alienação em leilão judicial;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Embargos à execução;
- Natureza jurídica;
- Prazo;
- Competência;
- Moratória legal;
- Rejeição liminar dos embargos;
- Conteúdo dos embargos;
- Efeito suspensivo;
- Procedimento dos embargos à execução;
- Sentença dos embargos;
- Embargos de segunda fase;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Impugnação;
- Natureza Jurídica;
- Conteúdo da impugnação;
- Prazo para a impugnação;
- Efeito suspensivo;
- Fatos supervenientes à impugnação;
- Recurso;
- Honorários advocatícios;
- Exceção de pré-executividade;
- Conceito;
- Conteúdo;

- Procedimento;
- Perguntas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Ação de consignação em pagamento;
- Conceito;
- Espécies de consignação;
- Cabimento da consignação;
- Requisitos;
- Processo da consignação;
- A consignação de prestações periódicas;
- Consignação extrajudicial;
- Considerações finais;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Ações possessórias;
- Ações de manutenção e reintegração de posse;
- Interdito proibitório;
- Princípios aplicáveis às ações tipicamente possessórias;
- Princípio da fungibilidade;
- Natureza dúplice;
- Proibição da *exceptio proprietatis*;
- Procedimento das ações possessórias;
- Ação possessória que envolve litígio coletivo;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Ação de demarcação ou demarcatória;
- Ação de divisão ou divisória;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Da ação de dissolução parcial de sociedade.
- Distinção entre ação de dissolução total e dissolução parcial da sociedade;
- Resolução da sociedade em relação a um sócio;
- Distinção entre ação de dissolução parcial e ação de apuração de haveres;
- Legitimidade ativa para as ações de dissolução parcial e apuração de haveres;
- Legitimidade passiva para as ações de dissolução parcial e apuração de haveres;
- Procedimento da ação de dissolução parcial da sociedade;
- Procedimento da ação de apuração dos haveres da sociedade dissolvida parcialmente;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Inventário e partilha;

- Inventário;
- Conceito;
- Foro competente;
- Legitimidade ativa;
- Inventariante;
- Primeiras declarações e citação;
- Questão de alta indagação;
- Administrador provisório;
- Espécies de inventário;
- Arrolamento;
- Distinção entre inventário e arrolamento comum;
- Distinção entre arrolamento comum e sumário;
- Dispensa de inventário e de arrolamento;
- Inventário extrajudicial;
- Partilha;
- Sobrepartilha;
- Emenda da partilha;
- Formal de partilha;
- Herdeiro evicto;
- Pagamento das dívidas;
- Anulação e rescisão da partilha;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Embargos de terceiro;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Oposição;
- Conceito;
- Características;
- Fundamento;
- Natureza jurídica;
- Espécies;
- Pedido bifronte;
- Cabimento da oposição;
- Limite temporal;
- Procedimento;
- Julgamento da oposição;
- Natureza da sentença da oposição;
- Sucumbência;
- Recursos;
- Diferença entre oposição e embargos de terceiro;
- Diferença entre oposição e assistência;
- Perguntas;
- Habilitação;
- Introdução;
- Ação de habilitação;

- Sucessão nos próprios autos;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Ações de família;
- Pergunta.
- Homologação do penhor legal;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Ação monitória;
- Considerações gerais;
- Petição inicial;
- Legitimidade;
- Espécies de obrigação;
- Prova escrita;
- Procedimento;
- Cumprimento da obrigação;
- Inércia do réu;
- Embargos à ação monitória;

MÓDULO X

- Procedimentos de jurisdição voluntária;
- Distinção entre jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária;
- Procedimento;
- Perguntas.
- Procedimentos especiais de jurisdição voluntária;
- Divórcio consensual, separação consensual e extinção consensual de união estável;
- Alteração do regime de bens do matrimônio;
- Perguntas.
- Herança jacente;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Procedimento;
- Herança vacante;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Interdição;
- Considerações gerais;
- Pessoas sujeitas à curatela;
- Limites à curatela;
- Curatela prorrogada ou extensiva;
- Curatela do nascituro;
- Legitimidade para requerer a interdição;
- Petição inicial;
- Citação e interrogatório;
- Impugnação;

- Intervenção do Ministério Público;
- Perícia;
- Sentença;
- Escolha do curador;
- Compromisso do curador;
- Escusa da curatela;
- Remoção do curador;
- Recondução automática do curador;
- Prestação de contas;
- Levantamento da curatela;
- Tomada de decisão apoiada;
- Introdução;
- Conceito;
- Legitimidade;
- Peculiaridades do procedimento;
- Validade da decisão;
- Destituição do apoiador;
- Revogação do apoio;
- Renúncia do apoiador;
- Prestação de contas;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Bens dos ausentes;
- Introdução;
- Conceito e fases do procedimento;
- Curadoria do ausente;
- Sucessão provisória;
- Sucessão definitiva;
- Ausência por motivos políticos;
- Perguntas.
- Das coisas vagas;
- Perguntas.
- Organização e fiscalização das fundações;
- Conceito;
- Elementos;
- Forma de instituição;
- Revogação do ato institucional;
- Aprovação do estatuto;
- Fiscalização da fundação;
- Elaboração do estatuto pelo Ministério Público;
- Alteração do estatuto;
- Extinção da fundação;
- Distinção entre fundação de direito público e fundação de direito privado;
- Perguntas.

DIREITO PENAL – PARTE GERAL

PROF. FLÁVIO AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO III

- Definição do direito penal;
- Direito penal do inimigo;
- Fontes do direito penal;
- Fontes materiais;
- Fontes formais;
- Lei penal;
- Introdução;
- Classificação das leis penais;
- Lei penal em branco;
- Interpretação da lei penal;
- Conceito e objeto;
- Interpretação quanto ao sujeito;
- Interpretação quanto aos métodos;
- Interpretação quanto ao resultado;
- O princípio “in dubio pro reo”;
- Interpretação progressiva;
- Interpretação analógica ou “intra legem”;
- Distinção entre analogia, interpretação extensiva e interpretação analógica;
- Analogia;
- Princípio da reserva legal;
- Considerações preliminares;
- Princípio da reserva legal considerações preliminares;
- O princípio da reserva legal e as espécies normativas;
- O princípio da reserva legal e as espécies normativas;
- Princípio da anterioridade;
- A lei penal no tempo;
- Conflitos de leis penais no tempo;
- Combinação de leis;
- “novatio legis” incriminadora e “novatio legis in pejus”;
- Lei temporária ou excepcional;
- Tempo do crime;
- Efeitos;
- Lei penal no espaço;
- Princípio da territorialidade;
- Princípio da personalidade (ou da nacionalidade) e princípio do domicílio;
- Princípio da defesa;
- Princípio da justiça penal universal;
- Princípio da representação;
- Conceito de território;
- Lugar do crime (“locus delicti”);
- Extraterritorialidade incondicionada;
- Extraterritorialidade condicionada;
- “non bis in idem”;

-
- Eficácia da sentença penal estrangeira;
 - Imunidades diplomáticas e chefes de governo estrangeiro;
 - Contagem do prazo;
 - Fração não computável da pena;
 - Legislação especial;
 - Teoria geral do crime;
 - Crime, delito e contravenção;
 - Conceito de crime;
 - Conceito formal;
 - Conceito material;
 - Conceito analítico;
 - Teoria bipartida;
 - Objeto jurídico;
 - Objeto material do crime;
 - Responsabilidade penal da pessoa jurídica;
 - Sujeito passivo do crime;
 - Prejudicado pelo crime;
 - Classificação dos crimes;
 - Crimes de dano e de perigo;
 - Delitos instantâneos, permanentes e a prazo;
 - Crimes comuns, próprios e de mão própria;
 - Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes;
 - Crimes de forma livre e de forma vinculada;
 - Crimes principais e acessórios;
 - Crimes conexos e independentes;
 - Crimes a distância, plurilocais e em trânsito;
 - Crimes transeuntes e não transeuntes;
 - Outros delitos;
 - Fato típico;
 - Conceito e caracteres;
 - Conduta;
 - Teoria naturalística;
 - Teoria finalista;
 - Características da conduta;
 - Elementos da conduta;
 - Ausência de conduta;
 - Formas de conduta;
 - Ação;
 - Omissão;
 - Omissivos próprios;
 - Omissivos impróprios;
 - O dever jurídico de agir;
 - O poder de agir;
 - Resultado;
 - Resultado normativo ou jurídico;

- Resultado naturalístico;
- Da relação de causalidade;
- Teorias;
- Teoria adotada;
- Exceção à teoria da “condictio sine qua non”;
- Teoria da imputação objetiva;
- Teoria da tipicidade;
- Introdução;
- Adequação típica;
- Teoria do tipo;
- Introdução;
- Funções do tipo legal;
- Elementos do tipo legal;
- Tipo normal e tipo anormal;
- Tipo fechado e tipo aberto;
- Conflito aparente de normas;
- Princípio da especialidade;
- Princípio da especialidade;
- Princípio da consunção;
- Princípio da alternatividade;
- Dolo;
- Introdução;
- Teorias do dolo;
- Elementos do dolo;
- Dolo direto de primeiro grau (determinado, intencional, incondicionado) e dolo indeterminado (indireto);
- Dolo genérico e dolo específico;
- Dolo geral (“dolus generalis”) ou erro sucessivo;
- “dolus in re ipsa” ou dolo presumido;
- Dolo direto de segundo grau ou dolo de consequências necessárias;
- Crime culposos;
- Conceito e elementos;
- Conduta inicial voluntária;
- Violação do dever de cuidado;
- Resultado involuntário;
- Nexos causal;
- Previsibilidade objetiva do resultado;
- Ausência de previsão;
- Tipicidade;
- Espécies de culpa;
- Culpa presumida (ou “in re ipsa”);
- Graus de culpa;
- Compensação de culpas;
- Concorrência de culpas;
- Caráter excepcional do crime culposos;

- Causas de exclusão da culpa;
- Crime preterdoloso;
- Erro de tipo;
- Conceito;
- Espécies;
- Efeitos;
- Erro determinado por terceiro;
- Descriminantes putativas;
- Erro accidental;
- Crime consumado;
- Conceito;
- Crime exaurido (ou esgotado);
- A consumação nas diversas espécies de crimes;
- Fases da realização do crime;
- “iter criminis”;
- Cogitação;
- Atos preparatórios;
- Atos executórios;
- Tentativa;
- Conceito;
- Elementos da tentativa;
- Punibilidade da tentativa;
- Inadmissibilidade da tentativa;
- Tentativa perfeita e imperfeita;
- Tentativa branca (ou incruenta);
- Desistência voluntária e arrependimento eficaz;
- Arrependimento posterior ou ponte de prata;
- Normas especiais sobre a reparação do dano;
- A súmula 554 do stf;
- Delito putativo;
- Delito putativo por erro de proibição;
- Delito putativo por erro de tipo;
- Delito putativo por obra do agente provocador;
- Policial disfarçado;
- Crime impossível;
- Crime impossível por ineficácia absoluta do meio;
- Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto;
- Da antijuridicidade;
- Conceito;
- Causas supralegais de exclusão da ilicitude;
- Princípio da adequação social;
- Princípio da insignificância (ou da bagatela);
- Princípio do balanço dos bens ou da proporcionalidade;
- Consentimento do ofendido;
- Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude;

- Estado de necessidade;
- Conceito;
- Requisitos do estado de necessidade;
- Perigo atual;
- Ameaça a direito próprio ou alheio;
- Perigo não provocado voluntariamente pelo agente;
- Inexistência do dever legal de enfrentar o perigo;
- O fato necessitado;
- Estado de necessidade recíproco;
- Comunicabilidade do estado de necessidade;
- Da legítima defesa;
- Agressão injusta, atual ou iminente;
- Direito próprio ou alheio, atacado ou posto em perigo de agressão;
- Reação com os meios necessários;
- Uso moderado do meio;
- Provocação da agressão;
- Espécies de legítima defesa;
- Legítima defesa sucessiva;
- Legítima defesa recíproca;
- Exercício regular do direito;
- Lesões em jogos esportivos;
- Intervenções médicas e cirúrgicas;
- Ofendículos;
- Estrito cumprimento de dever legal;
- Do excesso punível;
- Culpabilidade;
- Da imputabilidade;
- Sistemas de apuração da inimputabilidade;
- Momento de aferição da imputabilidade;
- Menoridade penal;
- Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento;
- Imputabilidade diminuída ou restrita;
- Concurso de pessoas;
-
- Autoria;
- Formas de concurso de agentes;
- Autoria mediata;
-
- Requisitos do concurso de pessoas;
- Pluralidade de agentes culpáveis;
- Relevância causal das condutas;
- Vínculo subjetivo e normativo;
- Identidade de infrações penais para todos os agentes;
- Da cooperação dolosamente distinta ou desvios;
- Subjetivos entre os agentes;
- Participação impunível;

- Autoria colateral;
- Autoria incerta;
- Comunicabilidade das elementares e circunstâncias;
- Crime próprio;
- Casos de inadmissibilidade da coautoria;
- Da embriaguez;
- Conceito;
- Fases da embriaguez;
- Classificação da embriaguez;
- A situação da embriaguez perante o Código Penal;
- “Actio libera in causa”;
- Embriaguez accidental;
- A emoção e a paixão;
- Potencial consciência da ilicitude;
- Introdução;
- Conceito de erro de proibição;
- Distinção entre erro de tipo e erro de proibição;
- Erro de proibição escusável e inescusável;
- Erro de proibição e delito putativo por erro de proibição;
- Exigibilidade de conduta diversa;
- Coação moral irresistível;
- Obediência hierárquica;
- Sanção penal;
- Conceito e espécies;
- Das penas;
- Teorias;
- Princípios ou caracteres da pena;
- Da pena privativa de liberdade;
- Conceito e espécies;
- Regimes ou sistemas penitenciários;
- Fixação do regime inicial da pena;
- Pena de reclusão;
- Pena de detenção;
- O réu reincidente;
- Pena de prisão simples;
- Distinção entre as penas de reclusão e de detenção;
- Delitos de regime fechado;
- Características dos regimes;
- Remição;
- Progressão de regimes;
- Execução provisória;
- Regressão;
- Regime disciplinar diferenciado (RDD);
- Detração;
- Penas restritivas de direitos;
- Conceito e espécies;

- Critérios para aplicação;
- Momento da substituição;
- Conversão;
- Prestação pecuniária;
- Perda de bens e valores;
- Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;
- Limitação de fim de semana;
- Interdição temporária de direitos;
- Da pena de multa;
- Suspensão da execução da multa;
- Multa substitutiva ou vicariante;
- Extinção da punibilidade da pena de multa sem que haja pagamento;
- Das medidas de segurança;
- Aplicação da pena;
- Diferenças entre agravantes genéricas e causas de aumento de pena;
- Diferenças entre atenuantes genéricas e causas de diminuição de penas;
- Diferenças entre causas de aumento de penas e qualificadoras;
- A técnica de aplicação da pena;
- A fixação da pena-base;
- Circunstâncias agravantes;
- Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes;
- Causas de aumento ou majorantes e de diminuição ou minorantes de penas;
- Reincidência;
- Conceito e pressuposto;
- Efeitos da reincidência;
- Crimes militares e políticos;
- A duração da condenação anterior para efeito de reincidência;
- Concurso de crimes;
- Conceito;
- Concurso material;
- Concurso formal;
- Crime continuado;
- Conceito;
- Pluralidade de condutas;
- Pluralidade e crimes da mesma espécie;
- Conexão temporal;
- Conexão espacial;
- Conexão modal;
- Conexão ocasional;
- Espécies de crime continuado;
- Multas no concurso de crimes;
- Limite das penas;
- Suspensão condicional da pena;
- Suspensão condicional do processo;
- Livramento condicional;

- Conceito;
- Requisitos;
- Período de prova e condições;
- Revogação obrigatória do livramento (art. 86);
- Revogação facultativa (art. 87);
- Prorrogação do período de prova e suspensão do livramento condicional;
- Efeitos da condenação;
- Conceito de condenação;
- Efeitos principais;
- Efeitos penais secundários;
- Efeitos extrapenais da condenação;
- A reparação civil do dano;
- Confisco;
- Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo;
- Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela;
- Inabilitação para dirigir veículo
- Reabilitação;
- Da extinção da punibilidade;
- Conceito de punibilidade;
- O rol do art. 107 do CP;
- Morte do agente;
- Anistia;
- Indulto e graça;
- Perdão judicial;
- Distinção entre perdão judicial e escusa absolutória;
- Retratação do agente;
- Renúncia;
- Perdão do ofendido;
- Decadência;
- Perempção;
- Prescrição;
- Conceito;
- Delitos imprescritíveis;
- Espécies de prescrição;
- Natureza jurídica;
- Efeitos;
- Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação;
- Forma de contagem;
- Termo inicial;
- Períodos prescricionais;
- Impedimento e suspensão da prescrição;
- Interrupção da prescrição;
- Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva;
- Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação;
- Forma de contagem;

- Termo inicial;
- Interrupção da prescrição “executória” (art. 117, V e VI, do CP);
- Incomunicabilidade da interrupção;
- Causa impeditiva da prescrição executória;
- A superveniência de doença mental;
- Prescrição superveniente ou intercorrente;
- Forma de contagem;
- Termo inicial;
- Modos de ocorrência;
- Prescrição retroativa;
- Forma de contagem;
- Termos iniciais;
- Pressuposto;
- Momento da decretação;
- Prescrição antecipada ou virtual ou retroativa em perspectiva;
- A prescrição da pena de multa;
- Prescrição punitiva propriamente dita;
- Prescrição executória, superveniente e retroativa;
- Causas suspensivas e interruptivas.

DIREITO PENAL ESPECIAL
PROFESSOR FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO IV

- Crimes contra a vida;
- Os crimes contra a vida no direito penal brasileiro;
- Homicídio;
- Conceito;
- Sujeito passivo;
- Meios de execução;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Homicídio privilegiado;
- Homicídio qualificado;
- Homicídio culposo;
- Conceito e elementos;
- Espécies de homicídios culposos;
- Perdão judicial;
- Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação;
- Conceito;
- Sujeito passivo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Causas de aumento de pena;

- Questões especiais;
- Infanticídio;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Influência do estado puerperal;
- Compatibilidade do infanticídio com o art. 26 e parágrafo único do CP;
- Aborto;
- Conceito;
- Estado fisiológico da gravidez;
- Emprego de meios dirigidos à provocação do aborto;
- Morte do produto da concepção;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Espécies de aborto;
- Autoaborto (art. 124, 1ª parte);
- Aborto consentido e aborto consensual;
- Aborto praticado sem o consentimento da gestante;
- Aborto qualificado (art. 127);
- Aborto legal;
- Lesão corporal;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito passivo;
- Elemento subjetivo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Lesão corporal leve;
- Lesões corporais graves e gravíssimas;
- Análise das hipóteses de lesão corporal grave;
- Incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias (art. 129, § 1º, I);
- Perigo de vida (art. 129, § 1º, II);
- Debilidade permanente de membro, sentido ou função (art. 129, § 1º, III);
- Aceleração do parto (art. 129, § 1º, IV);
- Análise das hipóteses de lesão corporal gravíssima;
- Incapacidade permanente para o trabalho (art. 129, § 2º, I);
- Enfermidade incurável (art. 129, § 2º, II);
- Perda ou inutilização de membro, sentido ou função (art. 129, § 2º, III);
- Deformidade permanente (art. 129, § 2º, IV);
- Aborto (art. 129, § 2º, V);
- Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP);
- Lesão corporal hedionda;
- Lesões culposas (art. 129, §§ 6º e 7º, do CP);
- Rixa;
- Sistemas de punição da rixa quando resulta morte ou lesão grave;

- Objetividade jurídica;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Rixa qualificada;
- Concurso de crimes;
- Crimes contra a honra;
- Conceito;
- Disponibilidade do bem jurídico tutelado;
- Calúnia;
- Conceito;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Calúnia contra os mortos;
- Exceção da verdade;
- Difamação (art. 139 do CP);
- Conceito;
- Sujeito passivo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Exceção da verdade;
- Injúria;
- Conceito;
- Sujeito passivo;
- Meios de execução;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Exceção da verdade;
- Perdão judicial;
- Injúria real;
- Injúria preconceituosa ou discriminatória;
- Injúria racial;
- Disposições comuns aos crimes contra a honra;

- Crimes contra a honra cometidos em redes sociais da *internet*;
- Exclusão do crime;
- Retratação;
- Ação penal (CP, art. 145);
- Delito de perseguição ou *stalking*;

- Violência psicológica contra a mulher;

- Crimes contra o patrimônio;
- Furto;
- Conceito;
- Elementos objetivos e normativos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Furto noturno;
- Furto privilegiado;
- Furto qualificado;
- Furto qualificado mediante destruição ou rompimento de obstáculo;
- Furto qualificado pelo abuso de confiança;
- Furto qualificado pela fraude;
- Furto qualificado pela escalada;
- Furto qualificado pela destreza;
- Furto qualificado pela chave falsa;
- Furto qualificado pelo concurso de pessoas;
- Furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- Furto com fraude eletrônica ;
- Furto de veículo automotor que venha a ser transportado para outro estado ou para o exterior;
- Furto de semovente domesticável de produção;
- Furto de substância explosiva ou de acessórios;
- Furto de coisa comum;
- Roubo;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Espécies;
- Roubo qualificado, agravado ou circunstanciado;
- Roubo majorado pelo emprego de arma de fogo;
- Roubo majorado pela destruição ou rompimento de obstáculo com emprego de explosivo;
- Roubo qualificado pela lesão corporal grave (§ 3º, I);
- Roubo qualificado pelo resultado morte;
- Roubo hediondo;
- Extorsão;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elementos subjetivos do tipo;
- Consumação e tentativa;
- Extorsão qualificada pelo sequestro (sequestro relâmpago);
- Extorsão mediante sequestro;

- Extorsão mediante sequestro qualificada;
- Extorsão mediante sequestro qualificada pelo resultado;
- Extorsão indireta;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Consumação;
- Crime de dano;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Tipo qualificado;
- A reparação do dano ação penal;
- Ação penal;
- Apropriação indébita;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Apropriação indébita previdenciária – art. 168-a, CP;
- Apropriação de coisa havida por erro;
- Apropriação de coisa havida por caso fortuito ou força da natureza;
- Apropriação de tesouro;
- Apropriação de coisa achada;
- Apropriação indébita privilegiada;
- Estelionato;
- Conceito;
- Sujeito passivo;
- Fraude;
- Erro;
- Resultado duplo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação e tentativa;
- Estelionato privilegiado;
- Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro;
- Fraude no pagamento por meio de cheque;
- Causas de aumento de pena;
- Competência territorial;
- Ação penal;
- Receptação;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Objeto material;
- Pressuposto do crime;
- A absolvição do autor do delito anterior;

- Receptação própria;
- Receptação imprópria;
- Receptação privilegiada;
- Receptação agravada;
- Receptação qualificada;
- Receptação culposa;
- Receptação de animal;
- Imunidades nos crimes contra o patrimônio;
- Imunidades absolutas;
- Imunidades penais relativas ou processuais penais;
- Exceções às imunidades;

- Crimes contra a dignidade sexual;
- Estupro;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos;
- Conjunção carnal ou outro ato libidinoso;
- Análise do conceito de ato libidinoso;

- Dissenso da vítima;
- Violência ou grave ameaça;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação e tentativa;
- Concurso de crimes;

- Estupro qualificado pela lesão grave ou menoridade da vítima;
- Estupro qualificado pela morte;
- Disposições gerais;
- Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual;
- Estupro coletivo;
- Estupro corretivo;
- Majorante do art. 9º da lei n. 8.072/90 concurso de causas de aumento de pena;
- Causas de aumento de pena do art. 234-a do CP;
- Majorante da doença sexualmente transmissível;
- Concurso de causas de aumento de pena;
- Segredo de justiça;
- Violação sexual mediante fraude;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação e tentativa;
- Importunação sexual;

- Assédio sexual;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação e tentativa;
- Registro não autorizado da intimidade sexual;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Figuras típicas equiparadas;
- Ação penal;
- Crimes sexuais contra vulnerável;
- Estupro de vulnerável;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação e tentativa;
- Formas qualificadas;
- Norma penal explicativa ;
- Mediação para satisfazer a lascívia de outrem;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação e tentativa;
- Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação e tentativa;

- Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Distinção;
- Revogação do art. 244-a do ECA;
- Crimes funcionais (arts. 312 a 327 do CP);
- Funcionário público por equiparação legal;
- Peculato;
- Peculato próprio (art. 312, “*caput*”);
- Peculato impróprio ou furto (art. 312, §1º);
- Peculato culposo;
- Peculato mediante erro de outrem ou peculato estelionato (art. 313);
- Inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A);
- Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações ou peculato-eletrônico ou peculato-hacker (art. 313-B);
- Concussão (art. 316 do CP);
- Excesso de exação (art. 316, §1º);
- Corrupção passiva (art. 327 do CP);
- Corrupção passiva qualificada ou exaurida (art. 317, §1º);
- Corrupção passiva privilegiada (§2º);
- Facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318);
- Prevaricação;
- Condescendência criminosa (art. 320);
- Advocacia administrativa;
- Abandono de função (art. 323 do CP);
- Denunciação caluniosa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL
PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Introdução;
- Pretensão punitiva e “jus puniendi”
- Lide Penal;
- Conceito;
- Persecução Penal;
- Caráter instrumental do processo penal: aplicação jurisdicional do direito penal ao caso concreto;
- Sistemas Processuais Penais;
- Princípios;
- Conceitos;
- Funções;

- Princípio da presunção da inocência ou da não culpabilidade;
- Princípio do Devido Processo Legal (“Due Process Of Law”);
- Princípios do contraditório e da ampla defesa;
- Princípio da necessidade da defesa técnica;
- Princípio da publicidade;
- Princípio da Justificação Teleológica ou da Necessidade de Motivação das Decisões Judiciais;
- Princípio da busca da verdade real ou material;
- Princípio do “nemo tenetur se detegere”;
- Princípio da proporcionalidade;
- Princípio do *Favor Rei* ou *Favor Libertatis*;
- Princípio da duração razoável do processo;
- Princípio da Igualdade Processual;
- Fontes do Direito Processual Penal;
- Conceito;
- Fontes Materiais;
- Fontes Formais;
- Analogia;
- Costumes;
- Princípios gerais do direito;
- Aplicação no tempo
- Sistemas de aplicação da lei processual no tempo
- Normas híbridas;
- Normas sobre prisão preventiva e fiança;
- Normas sobre presos processuais em curso;
- Aplicação supletiva ou subsidiária
- Inquérito policial;
- Conceito de polícia;
- Polícia preventiva;
- Polícia judiciária;
- Conceito e finalidade;
- Funções;
- Natureza jurídica;
- Princípio da independência formal do inquérito;
- Valor probatório do inquérito;
- Presidência do inquérito policial;
- Presidência do inquérito policial;
- Inquéritos presididos por delegado de polícia federal;
- Âmbito de atuação da autoridade policial;
- Princípio do delegado natural;
- Característica;
- Formulação de perguntas pelo advogado durante o interrogatório;
- Procedimento discricionário;
- “Notitia criminis”;
- Instauração do inquérito policial;
- Identificação criminal;
- Arquivamento do inquérito policial;
- Investigações conjuntas;
- Direitos das vítimas;

- Acordo de não persecução penal;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Da Ação Penal;
- Teorias;
- Conceito de ação;
- Características do direito de ação;
- Fundamento constitucional do direito de ação;
- Carência de ação;
- Espécies de condições da ação;
- Condições genéricas;
- Condições específicas, especiais ou de procedibilidade;
- Possibilidade jurídica do pedido;
- Legitimidade para agir ou *legitimatio ad causam*;
- Legitimidade ativa;
- Legitimidade passiva;
- Princípio da intranscendência;
- Legitimidade ordinária e legitimidade extraordinária;
- Interesse de agir ou interesse processual;
- Necessidade;
- Adequação;
- Utilidade;
- Justa causa;
- Natureza jurídica da justa causa;
- Justa causa duplicada;
- Condições especiais ou específicas ou de procedibilidade da ação penal;
- Diferença entre condição de prosseguibilidade e condição da ação;
- Condições objetivas de punibilidade;
- Classificação das ações penais;
- Ação Penal Pública;
- Conceito;
- Princípios da Ação Penal Pública;
- Ação Penal Pública Incondicionada.
- Ação penal pública condicionada à representação
- Titularidade;
- Prazo para oferecer a representação;
- Forma da representação;
- Destinatários da representação;
- Natureza jurídica;
- Eficácia objetiva da representação;
- Retratação da representação;
- Renúncia ao direito de representação;
- Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça;
- Da Ação Penal Privada;
- Considerações iniciais;
- Espécies de Ação Privada;
- Ação penal exclusivamente privada;
- Ação penal privada personalíssima;

- Princípios da Ação Privada;
- Ação penal privada subsidiária da pública;
- Extinção da punibilidade na ação penal privada;
- Extinção da punibilidade nos crimes de ação penal privada;
- Decadência;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Prazos decadenciais;
- Contagem do prazo;
- Titularidade do direito de queixa ou representação;

Prazo para oferecer a queixa ou a representação, no caso de morte da vítima ou ausência declarada por sentença;

- Renúncia ao direito de queixa;
- Distinção entre renúncia e perdão;
- Diferença entre a decadência e a renúncia;
- Natureza jurídica da renúncia;
- Legitimidade para renunciar;
- Características da renúncia;
- Formas de renúncia;
- Extensão da renúncia;
- Perdão do ofendido;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Oportunidade;
- Espécies;
- Legitimidade;
- Extensão;
- Perempção;
- Desistência da ação;
- Não suspensão dos prazos processuais;
- Aditamento da Denúncia;
- Jurisprudência;
- Perguntas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROF. FLÁVIO AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Constitucionalismo;
- Acepções tradicionais da palavra;
- Constituição contemporânea;
- Neoconstitucionalismo;
- Transconstitucionalismo;
- Conceito de Constituição;
- Introdução;
- Constituição liberal;
- Constituição social;
- Princípio da reserva do possível;

- Modalidades de constituições sociais;
- Elementos da Constituição brasileira;
- Estrutura normativa da Constituição de 1988;
- Preâmbulo;
- Disposições constitucionais permanentes e transitórias;
- Classificação das Constituições;
- Quanto ao conteúdo: formal e material;
- Quanto à extensão: sintética e analítica;
- Quanto à forma: escrita e não escrita;
- Quanto ao modo de elaboração: histórica e não dogmática;
- Quanto à ideologia: ortodoxa e eclética;
- Quanto à origem: outorgada, promulgada e cesaristas;
- Quanto à estabilidade ou reforma (alterabilidade, mutabilidade ou consistência): imutável, rígida, flexível, semirrígida, superrígida, plástica e aberta;
- Quanto à relação entre a efetividade constitucional e o exercício do poder político: normativa, semântica e nominal;
- Quanto à concretização ou concepção: jurídica, real e política;
- Quanto à relação entre o Estado e a religião laica e teocrática;
- Quanto à originalidade: original e reproduzida;
- Quanto à unidade do texto constitucional: unitextuais e pluritextuais;
- Quando ao sistema: principiológica e preceitual;
- Quanto à fase política em que elaborada: definitiva e de transição;
- Quanto à finalidade: liberal e social;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Poder Constituinte;
- Introdução;
- Conceito do poder constituinte originário ou genuíno ou de primeiro grau;
- Características;
- Limites do poder constituinte originário;
- Poder Constituinte supranacional;
- Modalidades do Poder Constituinte originário;
- Titular do Poder Constituinte originário;
- Forma do exercício do Poder Constituinte originário;
- Divisão do Poder Constituinte originário;
- Poder Constituinte Derivado ou reformador ou de Segundo grau;
- Conceito;
- Características;
- Titular do Poder Constituinte derivado;
- Instrumento do Poder Constituinte derivado;
- Revisão constitucional do art. 3º do ADCT/CF;
- Poder Constituinte Derivado Decorrente;
- Conceito;
- Fundamento;
- Constituição municipal;
- A lei orgânica do Distrito Federal;
- Restrições do Poder Constituinte Derivado Decorrente;

- Perguntas.

MÓDULO III

- Validade das Normas Constitucionais;
- Conceito;
- Espécies;
- Validade das Normas Constitucionais originárias;
- Validade das Normas Constitucionais derivadas;
- Vigência das Normas Constitucionais;
- Conceito;
- Início;
- Consequências da vigência;
- Ab-rogação e desconstitucionalização;
- Recepção;
- Aplicabilidade das Normas Constitucionais;
- Introdução;
- Normas constitucionais de eficácia plena;
- Normas constitucionais de eficácia contida;
- Normas constitucionais de eficácia limitada;
- Interpretação das Normas Constitucionais;
- Métodos tradicionais de interpretação;
- Interpretação quanto ao sujeito;
- Princípio da interpretação constitucional;
- Sociedade aberta dos intérpretes da Constituição;
- Integração das Normas Constitucionais;
- Conceito;
- Mecanismos de Integração Constitucional;
- Silêncio eloquente ou lacunas propositais;
- Tipo de Inconstitucionalidade;
- Introdução;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Controle de Constitucionalidade;
- Conceito;
- Fundamento;
- Finalidades;
- Formas de Controle da Constitucionalidade;
- Controle preventivo pelo Poder Legislativo;
- Controle preventivo pelo Poder Executivo;
- Controle preventivo pelo Poder Judiciário;
- Controle repressivo pelo Poder Judiciário;
- Controle repressivo pelo Poder Legislativo;
- Controle repressivo pelo Poder Executivo;
- Sistemas de Controle de Constitucionalidade;
- Controle Judicial de Constitucionalidade;
- Classificação;
- Histórico do Controle Judicial no Brasil;

• Controle difuso ou incidental ou indireto ou concreto ou aberto ou via de exceção ou defesa;

- Controle de legalidade;
- Controle de convencionalidade ou supralegalidade;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Súmula Vinculante;
- Controle Abstrato de constitucionalidade;
- Conceito;
- Processo objetivo e subjetivo;
- Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN ou ADI);
- Fundamento constitucional;
- Legitimidade Ativa;
- Capacidade postulatória;
- Objeto de Discussão;
- Procedimento;
- Da medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade;
- Julgamento de mérito;
- Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC ou ADECON);
- Fundamento constitucional;
- Legitimidade Ativa;
- Petição inicial;
- Objeto de discussão;
- Liminar;
- Procedimento;
- Julgamento de mérito;
- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF;
- Fundamento;
- Legitimidade Ativa;
- Objeto de Proteção;
- Objeto de Discussão;
- Petição Inicial;
- Procedimento;
- Controle de Constitucionalidade e Proteção à Constituição Estadual;
- Inconstitucional por Omissão;
- Considerações gerais;
- Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADI ou ADIN por Omissão);
- Da medida cautelar;
- Efeitos da Decisão de Mérito;
- Mandado de Injunção;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Organização do Estado;
- Introdução;
- Formas de Estado: Unitário e Federação;
- PRINCIPAIS TIPOS DE FEDERALISMO;
- Características das federações;

- Cláusulas pétreas;
- Os municípios como entes da federação;
- Territórios federais;
- Distrito Federal;
- Formação dos Estados-membros;
- Formação de município;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Repartição Constitucional de Competência;
- Introdução;
- Classificação quanto à natureza da atividade: legislativa e administrativa;
- Classificação quanto à forma: enumerada, remanescente e resultante;
- Classificação quanto ao conteúdo da matéria que é atribuída a um ou mais entes da federação;
- Classificação quanto à origem: originária e delegada;
- Classificação quanto ao modelo federativo: horizontal e vertical;
- Classificação quanto à extensão;
- Competência exclusiva;
- Competência privativa;
- Competência comum;
- Competência concorrente;
- Competência suplementar;
- Análise de algumas hipóteses de competência;
- Da intervenção;
- Considerações gerais;
- Características;
- Pressupostos materiais da intervenção federal;
- Intervenção federal para defesa da soberania nacional;
- Intervenção federal para defesa do princípio federativo;
- Intervenção federal para defesa das finanças dos Estados-membros ou Distrito Federal;
- Intervenção federal para defesa da Constituição e seus princípios;
- Pressupostos formais da intervenção federal;
- Procedimento para intervenção federativa do art. 34, I, II, III e V, da CF;
- Procedimento para intervenção federativa do art. 34, IV, da CF;
- Procedimento para intervenção federativa na hipótese de desobediência ou decisão judicial (art. 34, IV, parte final, da CF);
- Procedimento para intervenção federativa na hipótese de o Estado-membro ou DF recusar a execução da lei federal ou violar princípios constitucionais sensíveis (art. 34, VI e VII, da CF);
- Diferenças entre representação interventiva e ação direta de constitucionalidade;
- Intervenção Estadual;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Organização dos Poderes;
- Poder Legislativo;
- Introdução;
- Denominação do Poder Legislativo;
- Justificativas do Sistema Bicameral;

- Legislatura, sessão legislativa e período legislativo;
- Princípio proporcional;
- Princípio Majoritário;
- Teoria geral das maiorias;
- Atribuição do Congresso Nacional;
- Funções típicas do Poder Legislativo;
- Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI);
- Conceito;
- Criação;
- Composição;
- Prazo de funcionamento;
- Publicidade;
- Objeto de investigação;
- Conclusão dos trabalhos;
- Poderes da CPI;
- Funções atípicas do Poder Legislativo;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Estatuto dos Parlamentares;
- Introdução;
- Imunidades dos membros do Congresso Nacional (art. 53 da CF);
- Considerações iniciais;
- Espécies;
- Imunidades absolutas;
- Imunidades formais ou relativas;
- Imunidades de deputados estaduais;
- Imunidades dos vereadores;
- Incompatibilidade dos parlamentares;
- Perda do mandato;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Processo Legislativo;
- Espécies Normativas;
- Emenda à Constituição;
- Conceito e limitações;
- Limitações formais ou procedimentais;
- Limitações circunstanciais;
- Limitações materiais;
- Cláusulas pétreas explícitas;
- Cláusulas pétreas implícitas;
- Lei complementar e lei ordinária;
- Distinção;
- Hierarquia entre lei complementar e lei ordinária;
- Processo legislativo das leis complementares e ordinárias;
- Fase introdutória;
- Fase principal ou constitutiva;
- Fase complementar: promulgação e publicação;
- Lei delegada (art. 68 da CF);

- Medidas provisórias (art. 62 da CF);
- Decreto legislativo;
- Resolução
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Poder Executivo;
- Sistema de governo;
- Estrutura interna;
- Relação com o Poder Executivo;
- As Constituições anteriores;
- Ministros de Estado;
- Princípio da chapa una e indivisível;
- Atribuições do vice-Presidente da República;
- Substituição e sucessão do Presidente da República;
- Atribuições do Presidente da República;
- Prerrogativas do Presidente da República;
- Poder Judiciário;
- Introdução;
- Monopólio da função jurisdicional pelo Poder Judiciário;
- Princípio do livre e amplo acesso ao Poder Judiciário;
- Dimensão da função jurisdicional;
- Conselho Nacional de Justiça;
- Supremo Tribunal Federal;
- Tribunais Superiores;
- Quinto Constitucional;
- Garantias do Poder Judiciário;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Estado de sítio e estado de defesa;
- Introdução;
- Semelhanças entre o estado de sítio e o estado de defesa;
- Fundamentos;
- Distinções entre estado de defesa e estado de sítio;
- Forma de decretação;
- Tempo de duração;
- Âmbito espacial de abrangência;
- Medidas que podem ser tomadas;
- Estado de calamidade pública e situação de emergência;
- Perguntas.

DIREITO CONSTITUCIONAL II

PROF. FLÁVIO AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Direitos fundamentais;
- As três dimensões dos direitos fundamentais;
- As dimensões de Karel Vasak;

- A sistematização dos direitos fundamentais na Constituição de 1988;
- Direitos fundamentais, garantias e remédios constitucionais;
- Direitos individuais e liberdades clássicas;
- Os cinco direitos básicos do *caput* do art. 5º da CF;
- Destinatários;
- Aplicabilidade imediata;
- Norma de encerramento;
- Direitos individuais implícitos
- Direitos individuais decorrentes de Tratado Internacional;
- Tribunal Penal Internacional;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais;
- Classificação dos direitos fundamentais;
- Direito à vida;
- Direito à propriedade;
- Direito à igualdade;
- Direitos sociais ou liberdades concretas;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Implantação dos direitos sociais;
- Cláusulas da reserva do possível
- Proibição do retrocesso;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Nacionalidade;
- Conceito;
- Cidadão;
- Polipátrida;
- Apátrida ou heimatlos;
- Povo;
- População;
- Nação;
- Estado;
- País;
- Pátria;
- Distinção entre nacionalidade e cidadania;
- Critérios de aquisição de nacionalidade primária;
- Nacionalidade secundária ou adquirida;
- Brasileiro nato – critério de direito solo (art. 12, I, c, da CF);
- Brasileiro nato – critério de direito de sangue;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Brasileiro naturalizado;
- Naturalização ordinária;
- Naturalização extraordinária;
- Naturalização especial;

- Naturalização provisória;
- Radicação precoce;
- Naturalização provisória;
- Efeitos da naturalização;
- Português equiparado ou quase nacionalidade;
- Distinções entre brasileiros natos e naturalizados;
- Perda da nacionalidade;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Extradicação;
- Expulsão;
- Deportação;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Direitos políticos;
- Introdução;
- Direito de sufrágio;
- Plebiscito e referendo;
- Alistamento eleitoral e voto;
- Voto;
- Capacidade eleitoral passiva;
- Inelegibilidade;
- Perda ou supressão dos direitos políticos;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Mandado de Segurança;
- A Doutrina Brasileira do “Habeas Corpus”
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Requisitos;
- Hipóteses de não cabimento;
- Mandado de Segurança contra projeto de lei;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Mandado de Segurança – Parte 2;
- Legitimidade passiva;
- Autoridade coatora;
- Prazo para impetração do Mandado de Segurança;
- Competência;
- Procedimento;
- Petição inicial;
- Recebimento da petição inicial e liminar;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Notificação da autoridade coatora;

- Informações da autoridade coatora;
- Manifestação do Ministério Público;
- Sentença;
- Honorários advocatícios;
- Custas processuais;
- Recursos;
- Técnica de julgamento ou prolongamento do julgamento;
- Sustentação oral
- Suspensão da liminar ou da sentença prolatada contra a fazenda pública;
- Execução provisória;
- Coisa julgada;
- Prioridade de tramitação;
- Desistência;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Mandado de segurança coletivo e mandado de injunção;
- Mandado de segurança coletivo;
- Considerações iniciais;
- Objetivos;
- Direito coletivo;
- Interesses ou direitos difusos;
- Interesses ou direitos coletivos em sentido estrito;
- Interesses ou direitos individuais homogêneos;
- Legitimidade ativa;
- Natureza jurídica da legitimidade;
- Requerer a sua habilitação individual;
- Objeto;
- Liminar;
- Coisa julgada;
- Litispendência;
- Mandado de injunção;
- Conceito;
- Finalidade;
- Legitimidade ativa;
- Legitimidade passiva;
- Competência;
- Procedimento;
- Petição inicial;
- Recebimento da petição inicial;
- Informações e defesa;
- Parecer do Ministério Público;
- Sentença ou acórdão de procedência da ação;
- Sentença ou acórdão de improcedência da ação;
- Ação de revisão;
- Superveniência de norma regulamentadora;
- Recurso Ordinário Constitucional;
- Mandado de Injunção Coletivo;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- *Habeas data*;
- *Conceito*;
- Legislação ativa;
- Legislação passiva;
- Objeto;
- Não cabimento;
- Competência;
- Procedimento;
- Fase administrativa;
- Fase judicial;
- Tutela antecipada;
- Sentença;
- Recursos;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Ação Popular;
- Considerações iniciais;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Objeto;
- O binômio ilegalidade e lesividade;
- Atos lesivos ao patrimônio público;
- Legitimidade ativa;
- Litisconsórcio e Assistência no polo ativo;
- Legitimidade passiva;
- Litisconsórcio e Assistência no polo passivo;
- Da Competência;
- Procedimento;
- Sentença;
- Desistência e abandono da ação;
- Recursos;
- Cumprimento de sentença;
- Funções do Ministério Público;
- Coisa julgada;
- Prescrição;
- Perguntas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROFA. CRISTINA APARECIDA FACEIRA MEDINA MOGIONI E PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Origem;
- Distinção entre o Estado Absolutista e o Estado de Direito;
- Caráter autoritário do direito administrativo;

- Estado;
- Distinção entre autonomia e soberania
- Territórios federais;
- Poderes do estado;
- Funções;
- Conceito;
- Funções primárias e secundárias;
- Distinção entre as funções administrativa e jurisdicional;
- Funções típicas e atípicas;
- Julgamentos administrativos;
- Sistemas de controle da atividade administrativa;
- Função administrativa;
- Função da administração Pública;
- Distinção entre função administrativa e função política ou de governo;
- Função administrativa;
- Conceito;
- Titularidade;
- Características da função administrativa;
- Características da função legislativa;
- Características da função jurisdicional;
- Conceito de direito administrativo;
- Outros conceitos;
- Natureza jurídica;
- Código de Direito Administrativo
- Competência legislativa;
- Competência legislativa para licitação e contratos administrativos;
- Competência legislativa sobre processo administrativo;
- Espécies de leis;
- Iniciativa do projeto de lei;
- Dispensa de lei;
- Fontes do direito administrativo;
- Conceito;
- Fontes materiais;
- Fontes formais;
- Outras classificações;
- Constituição;
- Tratados ou Convenções Internacionais;
- Lei;
- Precedentes judiciais;
- Atos normativos da Administração Pública;
- Costumes;
- Princípios gerais do direito;
- Jurisprudência;
- Doutrina;
- Administração pública;
- Conceito;
- Outras classificações;
- Da administração pública em sentido objetivo ou material ou funcional;

- Conceito;
- Função administrativa;
- Destinatário;
- Interesse público;
- Serviço público;
- Fomento;
- Polícia administrativa;
- Atividade interventiva;
- Administração pública no sentido subjetivo, orgânico ou formal;
- Conceito;
- Objeto;
- Classificação;
- Fazenda pública;
- Órgãos públicos;
- Introdução;
- Conceito;
- Ente despersonalizado;
- Capacidade processual;
- Competência dos órgãos públicos
- Teorias da relação entre o Estado, seus órgãos e agentes;
- Teoria da representação;
- Teoria do mandato;
- Teoria do órgão ou da imputação volitiva;
- Criação e extinção;
- Dispensa de lei;
- Iniciativa do projeto de lei;
- Classificação;
- Conflito entre órgãos públicos;
- Fazenda Pública;
- Perguntas.

MÓDULO II

- O regime jurídico administrativo;
- Introdução;
- Conceito;
- Princípios do direito administrativo;
- Conceito;
- Distinção entre princípio e regra;
- Supraprincípios do direito administrativo;
- Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado;
- Princípio da indisponibilidade do interesse público;
- Princípios do direito administrativo expressos na constituição;
- Princípio da legalidade;
- Princípio da moralidade;
- Princípio da impessoalidade;
- Princípio da eficiência;
- Princípio da publicidade;
- Princípio da autotutela;

- Princípio da continuidade dos serviços públicos;
- Princípio da razoabilidade;
- Princípio da proporcionalidade;
- Princípio da segurança jurídica;
- Princípio da segurança em sentido objetivo;
- Princípio da segurança jurídica em sentido subjetivo ou princípio da proteção à confiança;
- Princípio da boa-fé;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Poderes administrativos;
- Conceito;
- Nomenclatura;
- Características;
- Omissões;
- Reserva do possível;
- Abuso do poder;
- Conceito;
- Âmbito de incidência;
- Espécies;
- Excesso de poder;
- Desvio de poder;
- Abuso de poder e ilegalidade;
- Consequências;
- Modalidades de poderes administrativos;
- Poder discricionário;
- Conceito;
- Fundamento;
- Elementos nucleares;
- Distinção entre discricionariedade e arbitrariedade;
- Limites ao poder discricionário;
- Distinção entre ato vinculado e ato discricionário;
- Controle judicial;
- Ordenação de políticas públicas pelo Judiciário;
- Discricionariedade técnica;
- Distinção entre discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados;
- Poder Vinculado ou Regrado;
- Poder regulamentar ou normativo;
- Conceito;
- Nomenclatura;
- Distinção entre decreto e regulamento;
- Espécies de regulamentos;
- Regulamentos executivos;
- Regulamentos autônomos ou independentes;
- Regulamento delegado ou autorizado ou habilitado;
- Fundamento do poder regulamentar;
- Competência regulamentar;
- Natureza jurídica;

- Classificação dos atos normativos;
- Atos normativos primários ou autônomos;
- Atos normativos secundários ou derivados;
- Conteúdo dos regulamentos executivos;
- Distinção entre poder regulamentar executivo e poder regulador;
- Distinção entre função legislativa e poder regulamentar executivo;
- Ausência de regulamento executivo;
- Consequências da ausência de regulamentação;
- Controle Legislativo dos atos de regulamentação;
- Controle Judicial dos atos de regulamentação;
- Referendo ministerial;
- Poder hierárquico;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Objeto;
- Efeitos;
- Comando;
- Obediência;
- Fiscalização;
- Revisão ou controle;
- Delegação;
- Avocação;
- Distinção entre delegação e avocação;
- Exclusão do regime hierárquico;
- Distinção entre subordinação e vinculação;
- Poder disciplinar;
- Conceito;
- Características;
- Caráter interno;
- Caráter transitório;
- Caráter discricionário;
- Vinculação do poder disciplinar;
- Princípios da legalidade e anterioridade;
- Devido processo legal;
- Vedação da verdade sabida;
- Dispensa de advogado;
- Coisa julgada;
- Distinção entre ilícito penal e ilícito administrativo;
- Poder de Polícia;
- Conceito;
- Fundamento;
- Finalidade;
- Natureza jurídica;
- Distinção entre polícia-função e polícia-corporação;
- Polícia-geral e polícias-especiais;
- Âmbito de incidência;
- Poder de polícia em sentido amplo e em sentido estrito;
- Princípio da legalidade;
- Remuneração;

- Competência;
- Poder de polícia originário é derivado ou delegado;
- Destinatários;
- Distinção entre polícia administrativa e polícia judiciária;
- Polícia de Segurança ou Polícia Preventiva;
- Atuação administrativa;
- Atos administrativos normativos e concretos;
- Determinações e consentimentos;
- Atos de fiscalização;
- Medidas repressivas;
- Limites;
- Características;
- Discricionariedade e vinculação;
- Autoexecutoriedade;
- Exigibilidade;
- Coercibilidade;
- Atividade negativa;
- Indelegabilidade;
- Sanções de polícia;
- Medidas de polícia;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Atos administrativos;
- Conceito;
- Agentes do ato administrativo;
- Natureza jurídica;
- Distinção entre ato jurídico e ato administrativo;
- Distinção entre ato jurídico e negócio jurídico;
- Fato administrativo;
- Atos da administração;
- Silêncio administrativo;
- Existência, validade e eficácia;
- Hipóteses;
- Existência do ato administrativo;
- Validade dos atos administrativos;
- Competência;
- Conceito;
- Nomenclatura;
- Natureza jurídica;
- Fontes;
- Características;
- Critérios;
- Modificação da competência;
- Delegação;
- Avocação;
- Objeto ou conteúdo;
- Conceito;
- Natureza jurídica;

- Espécies;
- FORMA;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Princípio da solenidade e exceções;
- Forma vinculada e discricionária;
- Distinção entre forma e formalidades;
- Distinção entre forma e procedimento;
- Motivo;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Espécies;
- Motivo de fato;
- Motivo de direito;
- Motivação;
- Teoria dos motivos determinantes;
- Finalidade;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Espécies;
- Distinção entre finalidade e objeto;
- Distinção entre motivo e finalidade;
- Atributos ou características;
- Presunção de legitimidade ou de legalidade;
- Presunção de veracidade;
- Imperatividade ou coercibilidade;
- Autoexecutoriedade;
- Exigibilidade;
- Tipicidade;
- Mérito administrativo;
- Conceito;
- Vedações;
- Controle do mérito do ato administrativo;
- Classificação dos atos administrativos;
- Quanto aos destinatários;
- Quanto à estrutura;
- Quanto ao alcance;
- Quanto às prerrogativas;
- Quanto à sua formação da vontade administrativa;
- Quanto à forma;
- Quanto aos efeitos;
- Quanto à retratabilidade;
- Parecer;
- Atos de consentimento estatal ou negociais;
- Licença;
- Autorização;
- Diferença entre licença e autorização;
- Permissão;
- Distinção entre permissão e autorização;

- Admissão;
- Aprovação, Homologação e Visto;
- Extinção dos atos administrativos;
- Formas de extinção;
- Retirada;
- Anulação;
- Conceito;
- Invalidação;
- Espécies;
- Quem pode anular;
- Anulação pelo judiciário;
- Anulação pela administração pública;
- Necessidade de motivação;
- Dever de invalidar;
- Contraditório e ampla defesa;
- Efeitos;
- Prazo;
- Convalidação;
- Conceito;
- Fundamento;
- Efeito;
- Cabimento;
- Vedação;
- Dever ou faculdade;
- Espécies;
- Vícios dos atos administrativos;
- Conceito;
- Espécies;
- Revogação dos atos administrativos;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Serviços Públicos;
- Introdução;
- Conceito;
- Elementos;
- O Elemento Subjetivo;
- O Elemento Formal;
- O Elemento Material;
- Princípios;
- O Princípio da Continuidade do Serviço Público;
- O Princípio da Igualdade dos Usuários;
- O princípio da Mutabilidade do Regime Jurídico;
- Classificação;
- Serviços Públicos Exclusivos e Não Exclusivos do Estado;
- Serviços *uti singuli* e *uti universi*;
- Serviços Públicos (Propriamente Ditos) e Serviços de Utilidade Pública;
- Serviços Públicos Próprios e Serviços Públicos Impróprios;
- Serviços Administrativos, Comerciais ou Industriais e Sociais;

- Formas de Prestação de Serviços Públicos;
- A Descentralização do Serviço Público;
- Administração Indireta;
- Autarquias;
- Conceito e Características;
- Criação e Extinção;
- Controle ou Tutela;
- Responsabilidade das Autarquias;
- Classificação das Autarquias;
- Agências Reguladoras;
- A Questão mais tormentosa reside em saber: em que consiste o poder regulador de tais agências?
- Outra indagação refere-se ao regime especial a que se sujeitam as agências reguladoras, afinal, em que consiste tal regime?
- Agências Executivas;
- As Associações Públicas;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Fundações Instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- Introdução: o substrato da Fundação;
- A Legislação Federal a respeito das Fundações;
- Debate Doutrinário quanto à natureza Jurídica das Fundações;
- Fundação de Direito Privado e de Direito Público;
- Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- Conceito de Empresa Pública;
- Conceito de Sociedade de Economia Mista;
- Diferença entre a empresa pública e a sociedade de economia mista;
- Quanto ao Capital;
- Quanto à forma Societária;
- Quanto ao Juízo Competente para apreciar os litígios que as envolvem;
- Espécies de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista: traços comuns;
- Criação e Extinção;
- Personalidade Jurídica de Direito Privado;
- Controle ou Tutela;
- Normas constitucionais aplicáveis a todas as empresas públicas e sociedade de economia mista, exploradora da atividade econômica ou prestadora de serviço público;
- Falência;
- Contratos e Licitações;
- Atos praticados pelas prestadoras de serviço Público;
- Responsabilidade das Empresas Estatais;
- Os agentes das empresas estatais;
- O Patrimônio das empresas estatais;
- A questão da imunidade tributária;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Entidades paraestatais e terceiro setor;
- A expressão entidade para estatal no Direito Positivo;
- Serviços Sociais Autônomos;
- Entidades de Apoio;
- Organizações Sociais;
- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- Organização de Sociedade Civil;
- Servidores Públicos;
- Agente Público;
- Conceito;
- Classificação dos Agentes Públicos;
- Agentes Políticos;
- Servidores Públicos;
- Militares;
- Particulares em Colaboração com o Poder Público;
- Os servidores Públicos e sua relação com cargos, empregos e funções;
- Critério Norteador para escolha do regime de cargo e de emprego;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Algumas Considerações sobre os cargos Públicos;
- Criação e Extinção;
- Classificação dos Cargos;
- Lotação dos Cargos e Redistribuição;
- Provimento;
- Provimento Originário;
- Provimento Derivado;
- Provimento em Comissão;
- Provimento Efetivo;
- Provimento Vitalício;
- Vacância;
- Normas Constitucionais Aplicáveis ao Servidor Público;
- Introdução;
- O Princípio da isonomia;
- Acessibilidade aos cargos, empregos e funções Públicas;
- Condições e Ingresso;
- Direito à livre Associação Sindical;
- Direito de Greve;
- Proibição de acumulação remunerada de cargos, emprego e funções;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Sistema Remuneratório;
- Sistema do Subsídio;
- Sistema de Vencimento ou remuneração;
- Competência para fixação de vencimentos e subsídios;
- Normas Aplicáveis aos subsídios e às remunerações;
- Teto das remunerações e subsídios;

- Irredutibilidade de Remuneração e Subsídio;
- Aposentadoria;
- Regime previdenciário próprio do servidor público;
- O cálculo dos proventos da aposentadoria;
- As pensões e os proventos;
- As pensões;
- A previdência complementar;
- Contribuição previdenciária;
- Contagem de tempo para aposentadoria;
- O abono de permanência;
- Estabilidade;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Responsabilidade do Servidor;
- A responsabilidade Administrativa;
- Prescrição;
- Responsabilidade Civil;
- Responsabilidade Penal;
- Comunicabilidade de Instâncias;
- Alguns Direitos Equivalentes aos dos Empregados;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Licitação;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Objetivos;
- Sobrepreço;
- Superfaturamento;
- Disciplina Constitucional;
- Disciplina Legal;
- Regime de transição;
- Natureza jurídica da Lei 14.133/2021;
- Exclusão da Lei 14.133/2021;
- Repartições Públicas Sediadas no Exterior;
- Empresas públicas e sociedades de economia mista;
- Dever de licitar;
- Pessoas que não têm o dever de licitar;
- Princípios;
- Considerações iniciais;
- Princípio da legalidade;
- Princípio da vinculação ao edital;
- Princípio da competitividade;
- Princípio da igualdade ou isonomia;
- Princípio da impessoalidade;
- Princípio da moralidade;
- Princípio da probidade administrativa;

- Princípio do interesse público;
- Princípio da publicidade;
- Princípio da transparência;
- Princípio da eficiência;
- Princípio da eficácia;
- Princípio do planejamento;
- Princípio da segregação de funções;
- Princípio da celeridade;
- Princípio da economicidade;
- Princípio do desenvolvimento nacional sustentável;
- Princípio da motivação;
- Princípio da segurança jurídica;
- Princípio do julgamento objetivo;
- Princípio da razoabilidade;
- Princípio da proporcionalidade;
- Modalidades de licitação;
- Conceito;
- Espécies;
- Pregão;
- Concorrência;
- Distinção entre concorrência e pregão;
- Concurso;
- Leilão;
- Diálogo competitivo;
- Processo licitatório;
- Governança das contratações e monitoramento das licitações;
- Princípio do formalismo moderado;
- Consórcios;
- Cooperativas;
- Impedimentos legais (art. 14);
- Licitação eletrônica e presencial;
- Fases;
- Fase preparatória ou interna;
- Principais aspectos;
- Participação popular;
- Elaboração do edital;
- Parecer jurídico;
- Divulgação do edital;
- Apresentação de propostas e lances;
- Prazos mínimos;
- Garantia da proposta;
- Modo de disputa;
- Características do modo aberto;
- Lances sucessivos;
- Lances crescentes e decrescentes;
- Lances intermediários;
- Reabertura da fase de lances;
- Intervalo mínimo de valores;

- Garantia da proposta;
- Julgamento;
- Fase de julgamento das propostas;
- Conceito;
- Estrutura;
- Critérios de julgamento;
- Menor preço e maior desconto;
- Melhor técnica ou conteúdo artístico;
- Técnica e preço;
- Maior lance;
- Maior retorno econômico;
- Margem de preferência;
- Desclassificação das propostas;
- Critérios de desempate;
- Negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61);
- Habilitação;
- Conceito;
- Momento;
- Destinatário;
- Forma;
- Substituição da documentação;
- Dispensa da documentação;
- Preclusão;
- Erro ou falhas dos documentos;
- Etapas;
- Habilitação jurídica;
- Habilitação técnica;
- Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- Habilitação econômico-financeira;
- Encerramento da licitação;
- Revogação da licitação;
- Anulação da licitação;
- Adjudicação e homologação;
- Contratação direta;
- Conceito;
- Exceção;
- Situações;
- Motivação;
- Distinção entre dispensa e inexigibilidade de licitação;
- Inexigibilidade de licitação;
- Dispensa de licitação;
- Conceito;
- Licitação dispensada e dispensável;
- Hipóteses legais;
- Critério do valor;
- Licitação fracassada;
- Outros casos legais de dispensa;
- Licitação vedada ou proibida;

- Procedimentos auxiliares;
- Espécies;
- Credenciamento;
- Conceito
- Ausência de competição;
- Período de credenciamento;
- Caráter personalíssimo;
- Hipóteses;
- Extinção;
- Pré-qualificação;
- Conceito;
- Período de pré-qualificação;
- Duração;
- Procedimento;
- Cadastro;
- Procedimento de manifestação de interesse;
- Conceito;
- Procedimento;
- Principais regras;
- Sistema de registro de preços;
- Conceito;
- Cabimento;
- Critério de julgamento;
- Preços diferentes;
- Celebração de novos contratos;
- Vigência;
- Órgãos ou entidades envolvidas no SRP
- Exigências impostas ao carona;
- Limites ao carona;
- Vedação;
- Registro cadastral;
- Conceito;
- Finalidade;
- Licitação somente entre cadastrados;
- Classificação;
- Unificação do cadastro;
- Publicidade;
- Momento do cadastro;
- Atualização do cadastro;
- Consequência do cadastro;
- Certificação de Registro Cadastral;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Contratos administrativos;
- Conceito de contrato;
- Distinção entre contrato e ato unilateral;
- Distinção entre contrato e convênio;

- Contratos da administração pública;
- Conceito;
- Espécies;
- Distinção entre contratos administrativos e contratos da Administração Pública regidos pelo direito privado;
- Prerrogativas e sujeições;
- Prerrogativas;
- Sujeições;
- Competência legislativa;
- Sujeitos do contrato;
- Contratos administrativos;
- Conceito;
- Disciplina normativa;
- Contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista;
- Natureza jurídica;
- Classificação;
- Características;
- Cláusulas exorbitantes;
- Alteração Unilateral do Contrato;
- Fiscalização;
- Aplicação de sanções;
- Ocupação provisória de bens e pessoal vinculados ao objeto do contrato;
- Extinção unilateral dos contratos administrativos;
- Garantias contratuais;
- Alocação de riscos;
- Formalização dos contratos;
- Duração dos contratos;
- Subcontratação;
- Do recebimento do objeto do contrato;
- Pagamentos;
- Meios alternativos de resolução de controvérsias;
- Inexecução do contrato administrativo;
- Conceito;
- Espécie;
- Efeitos;
- Aspectos importantes;
- Fato do príncipe;
- Fato da Administração;
- Caso fortuito ou força maior;
- Teoria da imprevisão;
- Interferências imprevistas;
- Alteração bilateral do contrato administrativo;
- Exceção do contrato não cumprido;
- Extinção dos contratos administrativos;
- Conceito;
- Terminologias;
- Extinção normal dos contratos administrativos;
- Extinção anormal dos contratos administrativos;

- Resilição bilateral;
- Extinção judicial e arbitral;
- Extinção de pleno direito;
- Efeitos da extinção;
- Nulidade do contrato administrativo;
- Modalidades contratuais;
- Objeto;
- Contratação de compras ou contrato de fornecimento;
- Contratação de obras e serviços de engenharia;
- Contratação de serviços;
- Locação de imóveis;
- Contratos de publicidade;
- Convênios administrativos ou de cooperação;
- Conceito;
- Partes;
- Distinção entre contratos e convênios;
- Fundamento constitucional;
- Fundamento legal;
- Distinção entre convênio de cooperação, consórcio administrativo e consórcio público;
- Consórcio público;
- Conceito;
- Partes;
- Fundamento;
- Natureza jurídica;
- Objeto;
- Formalização;
- Subscrição do protocolo de intenções;
- Ratificação do protocolo de intenções;
- Contrato de consórcio;
- Pessoa jurídica;
- Órgão Máximo;
- Representante Legal;
- Área de atuação;
- Regime jurídico;
- Licitação e contratos administrativos;
- Prestação de contas;
- Admissão de pessoal;
- Organização e funcionamento;
- Atribuições do consórcio público;
- Contrato de rateio;
- Exclusão do ente consorciado;
- Contrato de programa;
- Retirada do consórcio;
- Responsabilidade dos agentes públicos;
- Alteração e extinção do contrato;
- Restrições do estado sobre a propriedade privada;
- Introdução;

- Desapropriação;
- Conceito;
- Objeto da desapropriação;
- Natureza jurídica ou características da desapropriação;
- Fundamentos da desapropriação;
- Tipos de desapropriação (casos de desapropriação ou modalidades de desapropriação;
- Desapropriação por zona;
- Desapropriação indireta;
- Competência para legislar sobre desapropriação;
- Competência declarar a desapropriação ou para desapropriar;
- Competência para promover a desapropriação;
- Procedimento expropriatório;
- A fase declaratória;
- A fase executória;
- Desistência da desapropriação;
- Imissão provisória de posse;
- Justa indenização;
- Anulação;
- Retrocessão;
- Direito de extensão;
- As limitações administrativas
- Ocupação temporária;
- A requisição administrativa;
- Servidão administrativa;
- Conceito;
- Características da servidão administrativa;
- Fundamento normativo da servidão;
- Formas de constituição da servidão administrativa;
- A indenização;
- O tombamento;
- Introdução;
- Conceito;
- Fundamento normativo do tombamento;
- Características do tombamento;
- Formas de constituição do tombamento;
- O tombamento e institutos afins;
- Indenização;
- Responsabilidade civil do estado;
- Evolução da responsabilidade civil do estado;
- O direito brasileiro;
- A teoria adotada no direito brasileiro;
- Responsabilidade por atos legislativos e judiciais;
- Causas excludentes da responsabilidade do estado;
- Perguntas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

PROFS. GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES E DIMAS MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Direito tributário - conceito;
- Tributo - conceito;
- Natureza jurídica;
- Espécies tributárias;
- Teoria tricotômica;
- Impostos;
- Taxas;
- Taxa, tarifa e preço público;
- Contribuições de melhoria;
- Teoria das cinco espécies;
- Empréstimos compulsórios;
- Contribuições especiais;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Limitações do Poder de Tributar;
- Princípios;
- Princípio da Legalidade Tributária;
- Princípio da Isonomia Tributária;
- Princípio da Irretroatividade Tributária;
- Princípio da Anterioridade;
- A Anterioridade Nonagesimal;
- Princípio do Não-Confisco;
- Princípio da Livre Circulação de Bens e Pessoas;
- Princípio da Uniformidade Geográfica;
- Princípio da Capacidade Contributiva;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Competência Tributária;
- Das pessoas Políticas;
- Da União;
- Dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Dos Territórios Federais;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Imunidades;
- Imunidade Recíproca;
- Imunidade dos Templos Religiosos;
- Imunidades dos Partidos Políticos, Sindicatos e Instituições de Educação e Assistência Social;
- Imunidades dos Livros;
- Imunidade de Obrigações da Dívida Pública e de Agentes Públicos;

- Imunidade do Ouro;
- Imunidade na Reforma Agrária;
- Imunidade de Energia, Telecomunicações, Combustíveis e Minerais;
- Imunidade dos Idosos;
- Outras Imunidades de Impostos;
- Imunidade de Contribuições Especiais;
- Imunidades de Taxas;
- Impostos;
- Impostos Federais;
- Imposto de Renda (IR);
- Perguntas.

MÓDULO V

- Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Imposto de Importação (II).
- Imposto de Exportação (IE);
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);
- Imposto Territorial Rural (ITR);
- Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF);
- Simples Nacional.
- Impostos Estaduais;
- Imposto Sobre Transmissão Não Onerosa (ITCMD);
- Imposto Sobre A Circulação De Mercadorias E Serviços (ICMS);
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
- Impostos Municipais;
- Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
- Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI);
- Imposto sobre Serviços (ISS).
- Contribuições Especiais;
- A CIDE Combustíveis;
- Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social.
- Repartição das Receitas Tributárias;
- Repartições de Tributos da Competência da União;
- Repartições de Tributos Promovidas pelos Estados;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Legislação Tributária;
- Emendas Constitucionais;
- Leis Complementares;
- Conflitos de Competência;
- Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar;
- Normas Gerais;
- Definição de Tributos e de suas Espécies;
- Definição de Fatos Geradores, Bases de Cálculo e Contribuintes dos Impostos discriminados na CF;

- Obrigação, Lançamento, Crédito, Prescrição e Decadência;
- Tratamento Tributário Adequado ao Ato Cooperativo;
- Tratamento Diferenciado e Favorecido para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Regime Único de Arrecadação dos Tributos de Todas as esferas de Governo;
- Critérios Especiais de Tributação, com o Objetivo de Prevenir Desequilíbrios da Concorrência;
- Empréstimos Compulsórios;
- Impostos – Competência Residual da União;
- Contribuições para a Seguridade Social não previstas expressamente na CF – União;
- IGF;
- Outras Situações (Tributos Estaduais e Municipais);
- Leis Ordinárias;
- Leis Delegadas;
- Medidas Provisórias;
- Decretos Legislativos;
- Tratados Internacionais;
- Resoluções do Senado;
- Decretos;
- Normas Complementares;
- Atos Normativos Expedidos pelas Autoridades Administrativas;
- Decisões dos Órgãos Singulares ou Coletivos de Jurisdição Administrativa, a que a Lei Atribua Eficácia Normativa;
- As Práticas Reiteradamente observadas pelas Autoridades Administrativas;
- Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Vigência da Legislação Tributária;
- Aplicação da Legislação Tributária;
- A retroatividade;
- Interpretação e Integração da Legislação Tributária;
- Interpretação Literal;
- Interpretação Benigna;
- Os Princípios Gerais de Direito Privado;
- Elementos da Competência Tributária;
- Integração.
- Obrigação Tributária;
- Fato Gerador da Obrigação Principal;
- Elementos da Obrigação Tributária;
- Sujeito Ativo;
- Sujeito Passivo;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Sujeito Passivo – parte final;
- Objeto da Obrigação Tributária;

- Causa da Obrigação Tributária;
- Solidariedade;
- Capacidade Tributária;
- Domicílio Tributário;
- Responsabilidade Tributária;
- Substituição Tributária “PARA FRENTE”;
- Responsabilidade dos Sucessores;
- Fusão, transformação, incorporação e extinção;
- Aquisição de Estabelecimento;
- Responsabilidade de Terceiros;
- Responsabilidade por infrações;
- Responsabilidade pessoal do agente;
- Denúncia espontânea;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Crédito Tributário;
- Disposições Gerais;
- Lançamento Tributário;
- Conceito de Lançamento;
- Natureza do Lançamento;
- A moeda do Lançamento;
- Legislação Aplicável ao Lançamento;
- Alterabilidade do Lançamento;
- Modificação de créditos Jurídicos;
- Modalidades de Lançamento;
- Lançamento de Ofício;
- Lançamento por declaração;
- Lançamento por Homologação;
- Suspensão do Crédito Tributário;
- Parágrafo Único - o Disposto neste Artigo não Dispensa o Cumprimento das Obrigações Acessórias Dependentes da Obrigação Principal cujo Crédito seja Suspenso, ou dela Consequentes;
- Moratória e Parcelamento;
- Depósito no Montante Integral;
- Reclamações e Recursos;
- Medida Liminar em Mandato de Segurança;
- Medida Liminar ou Tutela Antecipada, em outras Espécies de Ação Judicial;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Extinção do Crédito Tributário;
- Pagamento;
- Consignação em Pagamento.
- Repetição do Indébito;
- Compensação;
- Transação;
- Remissão.

- Decadência e Prescrição;
- Decadência;
- Prescrição;
- Conversão do Depósito em Renda;
- Pagamento antecipado e Homologação do Lançamento;
- Decisão Administrativa Irreformável.
- Decisão Judicial Passada em Julgado;
- Dação em Pagamento de Bens Imóveis;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Exclusão do Crédito Tributário;
- Considerações Gerais;
- Conceito de Isenção;
- Incidência, não-incidência, isenção e imunidade;
- Normas sobre isenção na Constituição Federal.
- A Disciplina das Isenções no Código Tributário Nacional;
- Anistia.
- Garantias e privilégios do crédito tributário;
- Presunção de fraude;
- Privilégios e preferências do crédito tributário;
- Encargos da massa falida;
- Inventário, arrolamento e liquidação de pessoas jurídicas;
- Prova de quitação de tributos.
- Administração tributária;
- Fiscalização;
- Dívida ativa;
- Certidões negativas
- Perguntas.

DIREITO AMBIENTAL

PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Introdução;
- Conceito de Meio Ambiente;
- Eventos internacionais;
- Introdução;
- Conferência de Estocolmo;
- Conferência do Rio de Janeiro;
- Conferência das Partes (COP's) e Protocolo;
- Protocolo de Kyoto;
- Protocolo de Paris;
- Perguntas.

MÓDULO II

- O meio ambiente na Constituição;

- Características;
- Deveres do poder público;
- Responsabilidade pelos danos ambientais;
- Áreas de proteção constitucional;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Princípios constitucionais ambientais;
- Princípio da Dignidade da Pessoa Humana
- Princípio da função socioambiental da propriedade;
- Princípio da vedação ao retrocesso em matéria ambiental;
- Princípio do desenvolvimento sustentável;
- Princípio do poluidor pagador;
- Princípio da prevenção;
- Princípio da participação;
- Princípio da informação;
- Princípio da educação ambiental;
- Princípio do direito humano fundamental;
- Princípio da ubiquidade;
- Princípio do limite;
- Princípio da cooperação;
- Princípio da imprescritibilidade do interesse ambiental.
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Competência ambiental;
- Repartição de competências;
- Noções básicas sobre competência ambiental;
- Competência legislativa privativa;
- Competência legislativa concorrente;
- Competência legislativa do município;
- Conflito de competência;
- Competência material ou administrativa ou executiva;
- Competência material exclusiva da União;
- Competência administrativa exclusiva dos Estados;
- Competência administrativa exclusiva dos Municípios;
- Competência material comum;
- Multa pelo mesmo fato;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA);
- Considerações iniciais;
- Degradação ambiental;
- Poluição;
- Poluidor;
- Riscos ambientais;

- Objetivos Gerais da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Instrumento da política nacional do meio ambiente;
- Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA);
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Licenciamento ambiental;
- Introdução;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Obrigatoriedade do licenciamento ambiental;
- Etapas do procedimento de licenciamento ambiental;
- Obrigatoriedade do EIA/RIMA;
- LICENÇA AMBIENTAL;
- Conceito;
- Espécies de licença;
- Licença Prévia;
- Licença de Instalação;
- Licença de Operação;
- Prorrogação e Renovação dos prazos de licença;
- Características da licença ambiental;
- Distinção entre licença ambiental e licença de Direito Administrativo;
- Modificação, Suspensão e Cancelamento da Licença Ambiental;
- Competência para o licenciamento;
- Noções gerais;
- Competência da União;
- Competência dos Estados;
- Competência dos Municípios;
- Competência do Distrito Federal;
- Competência supletiva;
- Atuação subsidiária;
- Competência para fiscalização;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Espaços territoriais especialmente protegidos;
- Conceito;
- Classificação;
- Unidades de conservação: teoria geral;
- Sistema nacional de unidades de conservação da natureza – SNUC;
- Conceito;
- Objetivos;
- Espécies de unidades de conservação;
- Rol das unidades de conservação;
- Unidades de conservação públicas e particulares;
- Reserva de biosfera;
- Reserva ecológica;

- Da criação das unidades de conservação;
- Transformação das unidades de conservação;
- Ampliação das unidades de conservação;
- Desafetação e redução das unidades de conservação;
- Implantação da área de conservação;
- Zona de amortecimento;
- Plano de manejo;
- Mosaico (art. 26);
- Corredores ecológicos;
- Compensação ambiental;
- Gestão do sistema nacional de unidades de conservação (SNUC);
- Isenção de ITR;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Unidades de conservação de proteção integral;
- Estação ecológica;
- Reserva biológica;
- Parque nacional;
- Monumento natural;
- Refúgio de vida silvestre;
- Unidades de conservação de uso sustentável;
- Área de proteção ambiental (APA);
- Área de relevante interesse ecológico;
- Floresta Nacional;
- Reserva extrativista;
- Reserva de fauna;
- Reserva de desenvolvimento sustentável;
- Reserva particular do patrimônio natural (RPPN).
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Áreas de preservação permanente (APP);
- Introdução;
- Conceito;
- Funções;
- Distinção entre app e unidade de conservação;
- Espécies;
- Regime geral de proteção e regime transitório ou especial;
- APP's por imposição legal: regime geral;
- APP's em área rural consolidada: regime especial;
- Intervenção em APP;
- Das áreas de uso restrito (arts. 10 e 11 da lei 12.251/12);
- Perguntas.

MÓDULO X

- Área de reserva legal;

- Conceito;
- Distinção entre área de reserva legal e área de preservação permanente;
- Percentual da área de reserva legal;
- Áreas de reserva legal com outros percentuais inferiores;
- Natureza jurídica;
- Fracionamento do imóvel;
- Redução da reserva legal;
- Ampliação da área de reserva legal;
- Dispensa da área de reserva legal;
- Localização da área de reserva legal;
- Cômputo da área de preservação permanente;
- Reserva legal em regime de condomínio ou coletiva;
- Forma de utilização da área de reserva legal;
- Suspensão imediata das atividades;
- Reserva legal na pequena propriedade rural;
- Regularização das áreas de reserva legal;
- Do cadastro ambiental rural (CAR);
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Responsabilidade civil ambiental;
- Conceito;
- Responsáveis pela indenização;
- Teorias;
- Conceito de dano ambiental;
- Princípio da indenização integral;
- Teoria da desconsideração da personalidade jurídica;
- Obrigações reais ou “propter rem”;
- Dano ambiental individual;
- Distinções entre o dano ambiental genuíno e o dano ambiental individual;
- Responsabilidade ambiental administrativa;
- Conceito;
- Fundamento constitucional;
- Princípio da independência ou autonomia das instâncias;
- Conceito de infração administrativa;
- Princípio da legalidade;
- Princípio da anterioridade;
- Poder de polícia ambiental;
- Competência administrativa ambiental;
- Autoexecutoriedade dos atos administrativos;
- Polícia judiciária;
- Auto de infração ambiental;
- Processo administrativo;
- Sanções administrativas;
- Multa pelo mesmo fato;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Recursos hídricos;
- Introdução;
- Domínio das águas na Constituição Federal;
- Política nacional de recursos hídricos;
- Fundamentos;
- Objetivos;
- Das diretrizes gerais de ação;
- Dos instrumentos;
- Dos planos de recursos hídricos;
- Enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;
- Da outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
- Cobrança do uso de recursos hídricos;
- Sistema de informações sobre recursos hídricos;
- Do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos;
- Recursos minerais;
- Introdução;
- Breves conceitos;
- Disciplina constitucional;
- Agência nacional de mineração;
- Exploração mineral;
- Autorização de pesquisa mineral;
- Concessão de lavra;
- Permissão de lavra garimpeira;
- Licenciamento ambiental e a exploração de recursos minerais;
- Estudo prévio de impacto ambiental;
- Perguntas.

DIREITO AGRÁRIO
PROF. MÁRIO CHIUHITE JUNIOR

MÓDULO XI

- Conceito do direito agrário;
- Características do direito agrário;
- Histórico do direito agrário no Brasil;
- Princípios fundamentais do direito agrário;
- Institutos fundamentais do direito agrário;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Institutos e elementos fundamentais do direito agrário;
- Imóvel rural;
- Propriedade familiar ou módulo rural;
- Função social da propriedade;
- Política agrícola;
- Instrumentos jurídicos de concretização da função social da propriedade;
- Usucapião;
- Colonização (prevista no estatuto da terra);

- Desapropriação para fins de reforma agrária por interesse social (artigo 184);
- Da Constituição Federal)
- Contrato agrário;
- Perguntas.

DIREITO ECONÔMICO
PROF. GUSTAVO MUZY

MÓDULO XI

- Conceito, fontes e normas do direito econômico;
- Conceito e atuação do direito econômico;
- Fontes e normas do direito econômico;
- Atividade econômica. Sujeitos econômicos. Sistemas econômicos;
- Liberalismo e intervencionismo;
- Normas econômicas constitucionais;
- A livre iniciativa como um dos fundamentos da república;
- Competência concorrente para legislar sobre direito econômico;
- Da ordem econômica;
- Da política urbana.

MÓDULO XII

- Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária;
- Agências reguladoras. Agências executivas. Parcerias público-privadas;
- Lei 12.529/11 – Lei Antitruste;
- Sistema brasileiro de concorrência;
- Das infrações da ordem econômica;
- Do controle de concentrações.

DIREITO FINANCEIRO
PROF. GUSTAVO MUZY

MÓDULO IV

- Orçamento público;
- Origem e evolução do orçamento público;
- Funções do orçamento público;
- Técnicas de elaboração do orçamento público;
- Princípios orçamentários.

MÓDULO V

- Leis orçamentárias;
- Plano plurianual – PPA;
- Lei de diretrizes orçamentárias – LDO;
- Lei orçamentária anual – LOA;
- Créditos adicionais;
- Conceito;
- Créditos suplementares;
- Créditos especiais;
- Créditos extraordinários;
- Vigência dos créditos adicionais;

- Ciclo orçamentário;
- Conceito;
- Fases do ciclo orçamentário;
- Ciclo orçamentário ampliado.

MÓDULO VI

- Receitas públicas;
- Conceito;
- Regime de contabilização;
- Classificação das receitas públicas;
- Regra de ouro;
- Receitas intraorçamentárias;
- Estágios da receita pública;
- Despesas públicas;
- Conceito;
- Regime de contabilização;
- Classificação das despesas públicas;
- Despesas intraorçamentárias;
- Estágios da execução da despesa pública;
- Restos a pagar;
- Despesas de exercícios anteriores.

MÓDULO VII

- Suprimentos de fundos ou regime de adiantamento;
- Conceito;
- Excepcionalidade e hipóteses do suprimento de fundos;
- Prazos para aplicação e prestação de contas;
- Empenho;
- Servidor apto a receber suprimento de fundos;
- Dívida ativa e passiva;
- Dívida ativa;
- Dívida passiva;
- Lei de responsabilidade fiscal;
- Introdução;
- Conceitos importantes;
- Despesas com pessoal;
- Criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da Despesa;
- Despesa obrigatória de caráter continuado;
- Transparência na gestão fiscal;
- Fiscalização da gestão fiscal;

DIREITO INTERNACIONAL **PROF. GUSTAVO MUZY**

MÓDULO VI

- Direito internacional público: conceito e fontes. Tratados internacionais;
- Costumes e princípios;
- Conceito de direito internacional público;
- Fontes do direito internacional;

- Atos internacionais;
- Personalidade internacional. Estados e organizações internacionais;
- Imunidade internacional. Embaixadas e consulados;
- Personalidade internacional;
- Estados;
- Organizações internacionais;
- Imunidade internacional;
- Embaixadas e consulados;
- Nacionalidade. Nacionais e estrangeiros. Vistos. Repatriação. Deportação;
- Expulsão. Extradicação. Asilo político;
- Nacionalidade;
- Vistos;
- Repatriação;
- Deportação;
- Expulsão;
- Extradicação;
- Asilo político.

MÓDULO VII

- Direito comunitário. Etapas de integração. Mercosul;
- Direito comunitário;
- Etapas de integração;
- Mercosul;
- Proteção internacional dos direitos humanos;
- Declaração universal dos direitos do homem;
- Cortes internacionais;
- Domínio público internacional;
- Mar territorial. Zona contígua;
- Zona econômica exclusiva;
- Plataforma continental;
- Alto-mar;
- Rios internacionais;
- Espaço aéreo;
- Espaço sideral;
- Antártida.

MÓDULO VIII

- Direito internacional privado brasileiro;
- Conceito;
- Fontes;
- Lei de introdução ao direito brasileiro;
- Competência jurisdicional nas relações jurídicas com elemento estrangeiro;
- Arbitragem internacional;
- Prestação de alimentos no estrangeiro – Convenção de Nova York e Convenção de Haia;
- Convenção sobre a cobrança internacional de alimentos para crianças e outros membros da família;

MÓDULO 9

- Protocolo sobre a lei aplicável às obrigações de prestar alimentos;
- Convenção de Nova York;
- Convenção sobre a prestação de alimentos no estrangeiro;
- Subtração internacional de crianças – Convenção de Haia;
- Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças;

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PROF^a.ANA JÚLIA PIRES KACHAN

MÓDULO VI

- Conceito;
- Evolução história mundial – breves considerações;
- Evolução legislativa brasileira – principais elementos;
- Fontes do direito previdenciário;
- Fontes Formais;
- Fontes materiais;
- Autonomia;
- Organização da seguridade social;
- Atribuições;
- Estabilidade;
- Vigência temporal;
- Direto adquirido e previdência social;
- Competência legislativa;
- Princípios/objetivos da seguridade social (artigo 194, parágrafo único da CF/88);
- Universalidade da cobertura e do atendimento;
- Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- Irredutibilidade do valor dos benefícios;
- Equidade na forma de participação no custeio;
- Diversidade da base de financiamento;
- Gestão democrática e descentralizada do sistema;
- Financiamento da seguridade social – artigo 195 da CF;
- Princípios Implícitos;
- Diretamente ligado ao princípio da solidariedade;
- Características;
- Da previdência social;
- Finalidade e princípios básicos da previdência social;
- Conceito;
- Finalidade;
- Princípios básicos;
- Beneficiários da previdência social – RGPS;
- Segurados obrigatórios;
- Filiação e inscrição;
- Conceito, características e abrangência: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial;
- Empregado;

- Empregado doméstico;
- Contribuinte individual;
- Trabalhador avulso;
- Segurado especial;
- Não descaracteriza a condição de segurado especial;
- Segurado facultativo: conceito, características, filiação e inscrição;
- Trabalhadores excluídos do regime geral.

MÓDULO VII

- Dependentes;
- Manutenção e perda da qualidade de segurado;
- Lei 13.846/2019;
- Período de carência;
- Salário-de-benefício e cálculos dos benefícios previdenciários;
- Nova regra EC 103/19;
- Novidade lei 13.846/19: – atividades concomitantes;
- Reajustamento do valor dos benefícios;
- CNIS – Cadastro Nacional De Informações Sociais;
- Acidentes do trabalho: beneficiários das prestações. Conceito. Acidente típico, doença profissional, doença do trabalho. Excludentes;
- Dia do acidente;
- Carência/benefícios;
- NTEP (nexo técnico epidemiológico);
- CAT – comunicação de acidente de trabalho;
- Seguro de acidentes do trabalho SAT/RAT;
- Riscos;
- FAP – fator acidentário de proteção;
- Estabilidade;
- Competência;
- Espécies de prestações.

MÓDULO VIII

- Aposentadorias;
- Regra 1 – pontos;
- Regra 2 – tempo + idade mínima;
- Regra 3 – pedágio 50% para segurado que esteja há 2 anos ou menos da aposentadoria pela regra anterior;
- Regra 4 – idade progressiva;
- Regra 5 – pedágio 100%;
- Nova aposentadoria dos professores;
- Regra 6 – transição da aposentadoria especial;
- Aposentadoria por tempo de contribuição – vigente antes da EC 103/19 – apenas devida ao segurado que preencher os requisitos antes da EC – direito adquirido;
- Início do pagamento;
- Nova sistemática de contribuições, após Reforma da Previdência, quando o salário de contribuição não atinge o mínimo legal;
- O Decreto 10.410/2020 e a normatização ilegal/inconstitucional;
- Problemática da qualidade de segurado;

- Problemática da carência;
- Agrupamento, complementação e utilização do excedente como solução;
- Possibilidade de regularização *post mortem*;
- Inclusão do tempo de auxílio-doença como carência;
- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria do deficiente;
- Aposentadoria especial;
- Regra – transição da aposentadoria especial – EC 103/19;
- Tabelas de conversão;
- Aposentadoria por invalidez (aposentadoria por incapacidade permanente – nova nomenclatura pela EC 103/19);
- Não é vitalícia;
- Doença preexistente e relação jurídica previdenciária;
- Auxílio doença;
- Auxílio acidente;
- Salário maternidade.

MÓDULO IX

- Salário-família;
- Auxílio reclusão;
- Pensão por morte;
- Abono anual;
- Acumulação indevida de benefícios;
- Descontos no benefício;
- Prescrição e decadência;
- Serviço social;
- Habilitação e reabilitação Profissional;
- Justificação administrativa;
- Contagem recíproca;
- Plano de custeio;
- Contribuições da União;
- Contribuições do segurado;
- Plano simplificado de previdência;
- Contribuições das empresas;
- Contribuições do empregador doméstico;
- Contribuições do produtor rural.

MÓDULO X

- Salário-de-contribuição;
- Conceito;
- Parcelas integrantes e parcelas não integrantes;
- Limites mínimo e máximo;
- Competência do INSS e da secretaria da receita federal;
- Contribuição para o PIS-PASEP;
- 11% sobre a nota fiscal – retenção;
- Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos;
- Outras receitas da seguridade social;
- Arrecadação e recolhimento das contribuições;

- Certidão negativa de débito (CND);
- Responsabilidade solidária;
- Prescrição e decadência no custeio;
- Parcelamento de contribuições e demais importâncias devidas à seguridade social;
- Restituição e compensação de contribuições;
- Infrações à legislação previdenciária;
- Recurso das decisões administrativas;
- Saúde.

DIREITO DO TRABALHO
PROFA. VERA LUCIA CARLOS

MÓDULO II

- Introdução;
- Conceito e características;
- Origem histórica;
- Natureza Jurídica;
- Autonomia;
- Fontes do direito do trabalho;
- Classificação das fontes;
- Do pluralismo jurídico;
- Fontes subsidiárias e Formas de Integração;
- Equidade;
- Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço;
- Princípios do Direito do Trabalho;
- Noção de Princípio;
- Identificação Dos Princípios;
- O princípio protetivo ou princípio da proteção do trabalhador;
- Princípio da primazia da realidade;
- Princípio da irrenunciabilidade dos direitos;
- Princípio da continuidade da relação de emprego;
- Âmbito da aplicação pessoal do direito do trabalho;
- Relação de Trabalho e Relação de Emprego;
- Definição;
- Estrutura da relação empregatícia;
- Elementos componentes da relação de emprego;
- Requisitos legais para a definição de empregado;
- Novas formas de subordinação;
- Relações de Trabalho Lato Sensu;
- Natureza Jurídica Do Vínculo Empregatício;
- Trabalhador Autônomo;
- Trabalhador Eventual;
- Trabalhador Voluntário;
- Contrato de trabalho;
- Definição;
- Consensual;
- Sinalagmático ou comutativo;
- Oneroso;
- Contrato de trato sucessivo;
- Bilateral;

- Contrato de atividade;
- Contrato dotado de alteridade;
- Elementos Essenciais;
- Condições de validade;
- Agente capaz;
- Trabalho em atividade lícita;
- Liberdade de contratação;
- Forma não vedada ou prescrita em lei;
- Contratos individuais e contratos plúrimos ou de equipe;
- Sujeitos da relação de emprego;
- Conceito legal de empregado;
- Definição;
- Pessoa física;
- Não eventualidade ou continuidade;
- Subordinação;
- Salário;
- Pessoalidade;
- Alteridade;
- Novas formas de subordinação;
- Empregador;
- Empregador por equiparação;
- Grupo econômico;
- Responsabilidade solidária e subsidiária;
- Alterações na estrutura jurídica da empresa;
- Sucessão de empregadores;
- Concessão do serviço público;
- Desmembramento de municípios. Responsabilidade trabalhista;
- Contrato Por Prazo Determinado;
- Definição;
- Tipos de contratos por prazo determinados;
- Contrato De Obra Certa;
- Peculiaridades;
- Contrato por prazo determinado da lei 9601/98;
- Tipos especiais de contrato de trabalho conforme a reforma trabalhista;
- Contrato de trabalho intermitente;
- Contrato de trabalho temporário;
- Tipos de atividade que poderá contratar trabalho temporário;
- Subordinação;
- Responsabilidade solidária da tomadora;
- Trabalhador temporário rural;
- Trabalhador temporário e terceirização;
- Quarteirização e pejetização;
- Contrato de facção;
- Contrato de empreitada e terceirização;
- Funcionalismo da empresa de prestação de serviços a terceiros;
- Saúde e segurança do trabalho;
- Terceirização e equiparação salarial;
- Terceirização atividade fim e as relações sindicais;
- Terceirização na administração pública;
- Tipos Especiais De Empregados;
- Contrato de trabalho adolescente;

- Contrato de aprendizagem;
- Prorrogação do contrato de aprendizagem;
- Jornada de trabalho;
- Cota de aprendizagem;
- Seguro-desemprego;
- Vale transporte;
- Acordo ou convenção;
- Empregado Rural;
- Conceito;
- Legislação aplicável;
- Aviso prévio;
- Salário;
- Intervalo intrajornada;
- Trabalho noturno;
- Consórcio de empregador rural;
- Empregado a domicílio – teletrabalho;
- Diferença entre homework e teletrabalho;
- Empregado doméstico;
- Conceito;
- Legislação aplicável;
- Da limitação da jornada de trabalho;
- Dos períodos de repouso;
- Contratação de doméstico por prazo determinado;
- Descontos no salário;
- Da justa causa;
- FGTS;
- Aviso prévio;
- Contrato de emprego no serviço público;
- Princípios de Direito Administrativo;
- Contratação temporária do servidor;
- Cargos de Comissão;
- Alteração do contrato de trabalho;
- Estabilidade do servidor público celetista;
- Do direito de greve;
- Greve dos policiais civis;
- Competência hierárquica para julgar interdito proibitório;
- Competência dissídio coletivo servidor estatutário;
- Tipos especiais de relações de trabalho;
- Alteração do contrato de trabalho;
- Alteração normativa e contratual;
- Princípios aplicáveis às alterações contratuais;
- Classificação das transferências;
- Provisória;
- Definitiva;
- Alterações decorrentes de alteração de regulamento da empresa;
- Súmulas e OJ sobre alterações contratuais;
- Suspensão e interrupção das obrigações do contrato;
- Fundamento;
- Conceitos;
- Hipóteses de suspensão;
- Faltas justificadas;

- Licença médica;
- Gestação;
- Aborto não criminoso;
- Nojo;
- Gala;
- Licença maternidade;
- Licença paternidade;
- Doação de sangue;
- Alistamento eleitoral;
- Trabalho em eleições;
- Serviço militar;
- Exames vestibulares;
- Testemunha;
- Jurado do tribunal do júri;
- Comparecimento em juízo;
- Atuação como conciliador em comissão de conciliação prévia;
- Participação do Conselho Nacional da Previdência Social;
- Participação no Conselho Curador do FGTS;
- Reunião oficial em Organismo Internacional do qual o Brasil seja membro;
- Licença remunerada do aeronauta deslocado para curso fora de sua base;
- Adaptação do aeronauta em caso de transferência permanente;
- Paralisação por conveniência do empregador;
- Outras faltas autorizadas pelo empregador;
- Questões atinentes à suspensão e interrupção;
- Limbo previdenciário;
- Jornada de trabalho;
- Limitação da jornada de trabalho;
- Jornada normal de trabalho;
- Jornada “in itinere”;
- Jornada de trabalho. Escala 12x36. Validade;
- Jornada de tempo parcial (art. 58-A);
- Quanto ao período;
- Jornada noturna-diurna. Mista e em revezamento. Semanal ou quinzenal;
- Quanto à condição pessoa do trabalhador: menor e adulto;
- Horas extraordinárias e suas consequências econômicas;
- Horas extras decorrentes de ajuste bilateral;
- Acordo de prorrogação e horas;
- Compensação de jornada de trabalho;
- Do banco de horas – Medida provisória 927;
- Benefício emergencial de preservação de emprego e da renda;
- Redução proporcional de jornada de trabalho e de salário;
- Empregados proibidos de fazer horas extraordinárias;
- Períodos de repouso;
- Conceito;
- Repouso intrajornada;
- Motoristas e cobradores fracionamento do repouso;
- Exceção – intervalos intrajornadas remunerados;
- Repouso interjornada;
- Repouso semanal remunerado;
- Descanso anual;
- Férias anuais remuneradas;

- Natureza jurídica;
- Período aquisitivo e período concessivo;
- Perda do direito de férias;
- Duração do direito de férias;
- Fracionamento de férias;
- Férias coletivas;
- Comunicação das férias e pagamento da remuneração;
- Abono das férias;
- Proibição de prestar serviços;
- Direito de coincidência;
- Remuneração das férias;
- Efeitos da extinção do contrato de trabalho sobre as férias;
- Férias dos empregados marítimos;
- Extinção do contrato;
- Feriados;
- Férias proporcionais e justa causa;
- Salário e remuneração;
- Conceito;
- Características do salário;
- Valor do salário;
- Formas e meios de pagamento do salário. Proteção ao salário;
- Salário utilidade e empregado rural;
- Modalidades do salário;
- Verbas rescisórias;
- Outras parcelas que não têm natureza salarial;
- Regras de proteção ao salário;
- Igualdade salarial;
- Equiparação e equivalência salarial;
- Equivalência salarial e o trabalho do estrangeiro;
- Término do contrato de trabalho;
- Causas e classificação;
- Formalidades;
- Dispensa individual e coletiva;
- Plano de demissão voluntária;
- Causas de término do contrato de trabalho;
- Aviso prévio;
- Conceito;
- Características do aviso prévio;
- Estabilidade no emprego;
- Caracterização e distinções;
- Formas de estabilidade;
- Estabilidade do servidor público contratado pelo regime CLT;
- Estabilidade eleitoral;
- Outras formas de estabilidade;
- Readmissão e reintegração;
- Resolução do contrato por inadimplemento das obrigações dos contratantes;
- Justa causa do empregado;
- Espécies de justa causa do empregado;
- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- Negociação habitual;
- Outras figuras de justa causa;

- Efeitos econômicos da dispensa por justa causa para o empregado;
- Despedida indireta;
- Figuras de justa causa;
- Efeitos econômicos da rescisão indireta;
- Falta grave;
- Indenização por tempo de serviço;
- Indenização nos casos de contrato a termo;
- Outras formas de término do contrato;
- O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

PROF^a VERA LUCIA CARLOS

MÓDULO I

- Processo;
- Conceito;
- Objetivos;
- Natureza Jurídica;
- Autonomia;
- Princípios;
- Princípios De Direito Constitucional Que Se Aplicam No Direito Processual Do Trabalho;
- Princípios Gerais Do Direito Processual;
- Princípios específicos do Direito Processual Do Trabalho;
- Fontes Do Direito Processual Do Trabalho;
- A interpretação das normas;
- A integração da norma;
- Aplicação subsidiária do CPC ou processo do trabalho;
- Organização e competência Da Justiça Do Trabalho;
- Tribunal Superior do Trabalho;
- Tribunais Regionais do Trabalho;
- Funcionamento Dos Tribunais Regionais Do Trabalho (TRT);
- Juízes do Trabalho;
- Competência da Justiça do Trabalho;
- Conceito;
- Competência Material;
- Competência da Justiça do Trabalho – Relações de trabalho e relação de consumo;
- Competência da Justiça do Trabalho antes de direito público externo;
- Competência para julgamento de dissídio coletivo servidor estatutário;
- As ações decorrentes dos contratos de empreitada;
- Ações que envolvam questões relacionadas ao meio ambiente do trabalho;
- Competência da Justiça do Trabalho para os pedidos de complementação de aposentadoria;
- Competência para julgar crime de falso testemunho;
- Competência crime de anotações falsas em CTPS;
- Competência em razão das pessoas;
- Competência em razão do local;
- Impossibilidade de ser ajustado foro de eleição;
- Conflitos de competência entre órgãos da Justiça do Trabalho;
- Competência funcional na Justiça do Trabalho;
- Competência funcional dos Tribunais Regionais do Trabalho;

- Competência funcional do Tribunal Superior do Trabalho;
- Da modificação da competência na Justiça do Trabalho;
- Da ação trabalhista;
- Condições da ação;
- Pressupostos processuais;
- Atos processuais;
- Características;
- Ato judicial eletrônico;
- Princípios aplicáveis aos atos processuais;
- Da comunicação dos atos processuais;
- Citação por edital;
- WhatsApp pode ser usado para intimações judiciais;
- Comunicado por cartas;
- Carta precatória;
- Carta rogatória;
- Carta de ordem;
- Nulidade da citação;
- Nulidades processuais;
- Princípios das nulidades;
- Partes do processo;
- Conceito;
- Capacidade;
- Representação da parte;
- Hipóteses de representação convencional;
- Irregularidade de representação;
- Assistência;
- Mandato;
- Atos praticados mediante caução de *ratio*;
- Renúncia ao mandato tácito;
- Revogação do mandato;
- Assistência judiciária;
- Legitimação;
- Autônoma;
- Substituição processual;
- Sucessão processual;
- Sucessão por morte do empregado;
- Habilitação no processo do trabalho;
- Litisconsórcio;
- Classificação;
- Quanto à necessidade de sua formatação;
- Intervenção de terceiros;
- Assistência;
- Processamento;
- Coisa julgada;
- Oposição;
- Nomeação à autoria;
- Denúnciação da lide;
- Chamamento a autoria ou ao processo;
- Incidente de desconsideração de personalidade jurídica;
- *Amicus Curiae*;
- Litigância de má-fé;

- Responsabilidade por dano processual;
- Honorários de advogado;
- Classificação das ações trabalhistas e processo e procedimento;
- Classificação das ações;
- Processo e procedimento;
- Tipos de procedimentos no processo do trabalho;
- Procedimento ordinário;
- Procedimento sumário;
- Procedimento sumaríssimo;
- Peculiaridades do procedimento sumaríssimo;
- Procedimento especial;
- Do processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial;
- Petição inicial;
- Da petição inicial – Rito ordinário;
- Requisitos da petição inicial no processo do trabalho;
- Teoria da substanciação;
- Petição judicial eletrônica;
- Desistência da ação no processo do trabalho;
- Audiência trabalhista;
- Forma da audiência trabalhista;
- Dever de comparecimento das partes na audiência;
- Consequência do não comparecimento das partes;
- Revelia;
- Advogado preposto;
- Revelia e confissão ficta;
- Consequências do não comparecimento das partes na audiência em prosseguimento;
- Audiência da reclamada e presença do advogado;
- Audiência virtual;
- Defesa da reclamada;
- Da exceção de impedimento;
- Exceção de suspeição;
- Exceção de incompetência territorial;
- Da decisão da exceção;
- Da preclusão para se arguir suspeição ou impedimento;
- Momento para se arguir impedimento;
- Suspeição;
- Defesa indireta contra o processo de caráter peremptório;
- Defesa indireta de mérito;
- Arguição da prescrição – momento;
- Defesa de mérito;
- Ações dúplices e reconvenção;
- Contestação por negativa geral;
- Princípio da eventualidade;
- Prova;
- Conceito;
- Fundamento legal;
- Princípios que devem ser observados pelo juiz relacionados com provas;
- Objeto das provas;
- O ônus da prova – quem deve provar;
- Valoração da prova;

- Meios de prova;
- Desconhecimento dos fatos pelo preposto;
- Prova documental;
- Documento digital;
- Ata notarial;
- Pessoas que têm legitimidade para solicitar ata notarial;
- Momento da produção de prova documental;
- Incidente de falsidade;
- Obrigatoriedade da prova documental;
- Prova testemunhal;
- Comparecimento da testemunha em audiência;
- Não podem depor como testemunha;
- Informante;
- Número de testemunhas;
- Acareação;
- Falso testemunho;
- Inspeção judicial;
- Prova emprestada;
- Razões finais e sentença;
- Segunda tentativa de conciliação;
- Sentença no processo do trabalho;
- Dispositivo ou conclusão;
- Valor das custas e responsabilidade pelo pagamento;
- Fixação da natureza das parcelas;
- Notificação da união da sentença e acordos homologados com parcelas indenizatórias;
- Citação ao revel da sentença;
- Da inalterabilidade da sentença depois da publicação;
- Súmula 303 da Fazenda Pública. Duplo grau de jurisdição;
- Honorários advocatícios;
- Assistência judiciária no processo do trabalho;
- Da tutela provisória no processo do trabalho;
- Tutela de evidência;
- Recurso;
- Conceito;
- Efeitos dos recursos;
- Pressupostos de admissibilidade recursal;
- Pressupostos subjetivos ou intrínsecos;
- Processo judicial eletrônico;
- Preparo;
- Custas;
- Forma do recurso – regularidade formal;
- Recursos em espécie;
- Embargos de declaração;
- Recurso ordinário;
- Recurso adesivo;
- Recurso de revista;
- Embargos de divergência;
- Embargos infringentes;
- Agravo de instrumento;
- Agravo de petição;

- Reclamação Correicional – correição parcial;
- Execução;
- Fraude à execução;
- Da responsabilidade do sócio;
- Responsabilidade do espólio;
- Espécies de execução;
- Ordens de bens para serem penhorados;
- Bens impenhoráveis conforme novo CPC;
- Seguro de garantia judicial;
- Remição;
- Execução contra a Fazenda Pública.